

Enviar relatoria e
para conhecimento do Sr. Deputado

10/01/18

**EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS
CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

PMP C/Protocolo

07 Maio 2018 - 71927

ASSUNTO: CPAS - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na sequência da comunicação enviada a Vossa Excelência no passado dia 29 de Março de 2018 (Pronúncia sobre o objecto da petição n.º 477/XIII/3.ª), junto enviamos os documentos de prestação de contas da CPAS relativos ao exercício de 2017. A referida documentação inclui (i) Relatório e Contas, (ii) Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e o Estudo de Sustentabilidade, (iii) Relatório de Auditoria elaborado por entidade Auditora externa e (iv) Parecer do Conselho de Fiscalização.

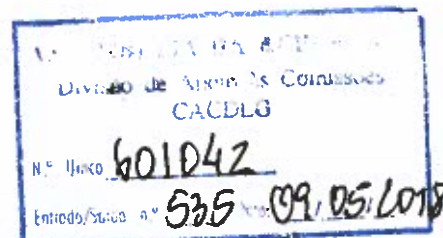
Aproveitamos o ensejo para informar V. Exa. que o Conselho Geral da CPAS, na sua reunião de 24 de Abril de 2018, emitiu parecer favorável às referidas contas.

Apresentamos a Vossa Excelência o protesto da nossa mais elevada consideração e os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Direcção



(António Costeira Faustino)



ANEXO: O Citado

COMUNICADO DA DIRECÇÃO DA CPAS

Relatório e Contas da CPAS - Exercício de 2017

A Direcção divulga a todos os Beneficiários os documentos de prestação de contas da CPAS, relativos ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 ([consulte aqui](#)), que incluem o "Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e o Estudo de Sustentabilidade" emanado de entidade independente ([consulte aqui](#)), o Parecer do Conselho de Fiscalização e o Relatório de Auditoria do Auditor Externo independente ([consulte aqui](#)).

Os INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2017 atestam o desempenho positivo da CPAS no PLANO ECONÓMICO, FINANCEIRO E DE SUSTENTABILIDADE.

OS RESULTADOS LÍQUIDOS foram positivos em 762.929,88 €, o que representa um crescimento positivo de 106,85% face a 2016.

OS RESULTADOS OPERACIONAIS apesar de ainda se apresentarem negativos melhoraram expressivamente em 9.308.529,09 €, o que representa um crescimento positivo de 29,05% face a 2016.

OS RESULTADOS FINANCEIROS foram positivos em 12.440.846,63 €, mesmo após o reforço de uma política conservadora de risco.

A COBRANÇA DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES subiu para 82,23% de taxa de cumprimento dos Beneficiários, sendo a melhor dos últimos 10 anos.

A DÍVIDA GERADA EM 2017 POR CONTRIBUIÇÕES NÃO PAGAS foi de 16.198.145,71 €, com uma cobrança efectiva de valores em dívida de 9.072.087,30 €, o que representa a melhor cobrança de valores em dívida da história da CPAS.

A DÍVIDA ACUMULADA LÍQUIDA DE PLANOS EM CURSO registada no final do ano foi de 119.986.071,09 €, tendo-se reduzido a dívida em 1.387.688,63 € face a 2016.

A COBRANÇA COERCIVA DE CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA gerou 1.633 processos judiciais no valor total em dívida de 37.292.517,53 € e 546 notificações judiciais avulsas no valor total em dívida de 16.893.819,40 €.

AS NOVAS INSCRIÇÕES registaram uma forte subida computando-se em 2.081 inscrições (1.746 Advogados, 333 Solicitadores e 2 Beneficiários com outras profissões jurídicas). Inscreveram-se ainda 3.429 estagiários (2.919 Advogados e 510 Solicitadores) dos quais 1.317 com pagamento de contribuições e 2.112 sem pagamento de contribuições.

O RÁCIO BENEFICIÁRIOS CONTRIBUINTES POR PENSIONISTA (sem incluir estagiários com pagamento de contribuições) reforçou-se para 5,609 e apresenta-se bastante acima do rácio de 1,4 da Segurança Social.

O CUSTO COM BENEFÍCIOS E PARTICIPAÇÕES A BENEFICIÁRIOS apresentou o maior valor do quinquénio, ou seja, 2.844.993,67 €, o que representa um incremento de 9,71% face a 2016.

O PAGAMENTO DE PENSÕES E SUBSÍDIOS totalizou 95.708.801,58 €, havendo um acréscimo de 5.640.789,42 €, o que representa um incremento de 6,26% face a 2016. Este acréscimo representa a menor variação anual dos últimos 5 anos.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ACTUARIAL E DO ESTUDO DE SUSTENTABILIDADE

- **Existe uma melhoria da sustentabilidade do Regime a médio prazo.**
- **A deterioração da sustentabilidade que vinha a verificar-se nos anos anteriores foi travada e prevê-se agora uma trajectória de crescente sustentabilidade do Regime e reforço da sua solidez.**
- **Prevê-se o significativo crescimento do valor dos Activos Financeiros da CPAS, podendo este atingir cerca de 656 Milhões de Euros em 2031 (mais 75 Milhões de Euros do que o valor em 2017).**
- **A robustez do Regime deverá continuar a ser avaliada e, sempre que necessário, reforçada através da introdução de medidas complementares.**

A Direcção considera que a expressão e evolução dos principais indicadores do Exercício de 2017 e bem assim dos resultados apurados são positivos e reflectem a correcção favorável da trajectória da sustentabilidade do Sistema, o bom desempenho operacional da CPAS, o rigor da gestão e, sobretudo, o empenho e a confiança que a generalidade dos Beneficiários depositaram na CPAS.

Lisboa, 10 de Abril de 2018

A DIRECÇÃO

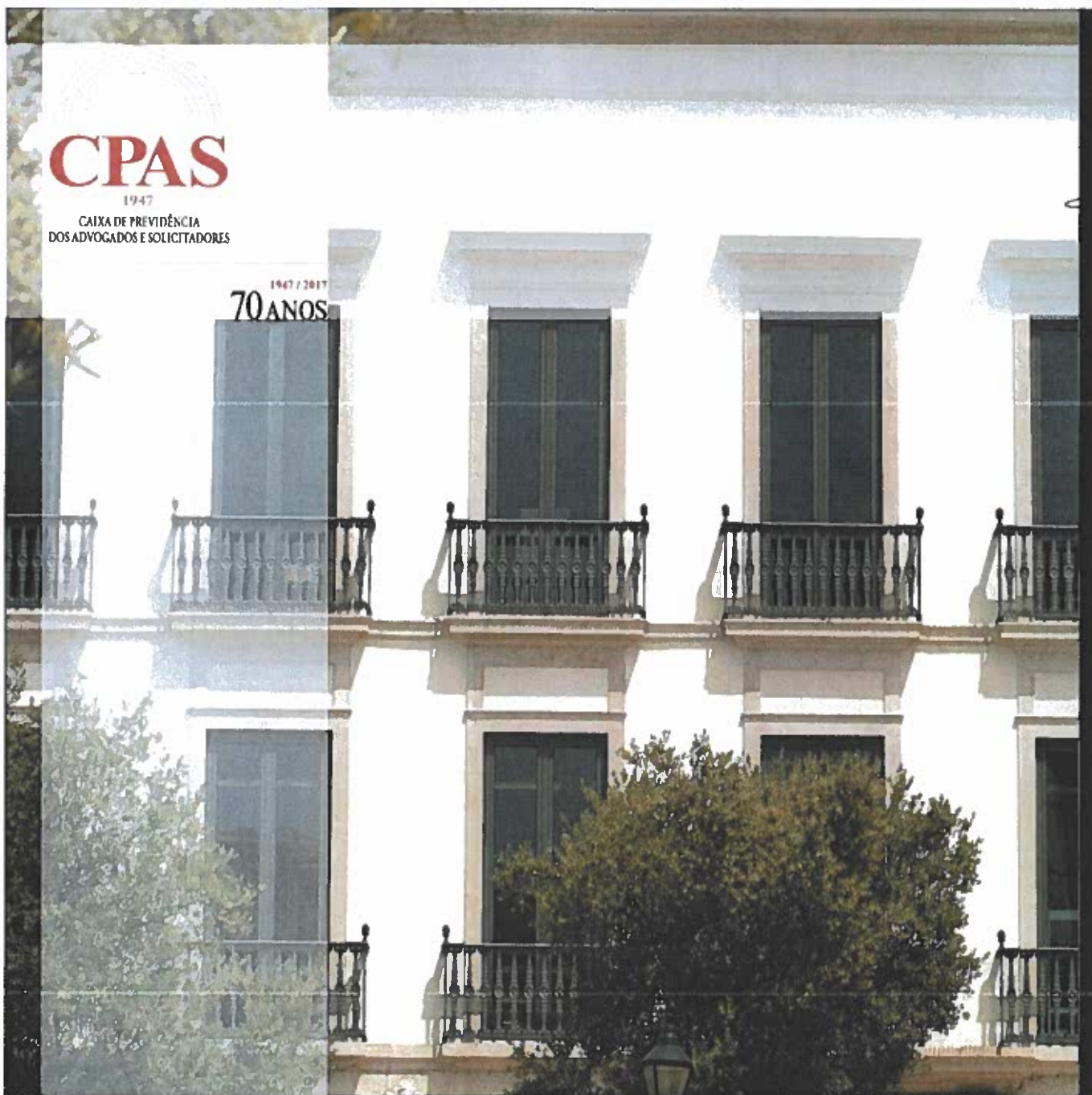
António Costeira Faustino
Victor Alves Coelho
Carlos Pinto de Abreu
Susana Afonso
José Manuel Oliveira

CPAS

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

1947 / 2017
70 ANOS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2017

W
~~W~~
W
M)

○

○

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. RELATÓRIO SÍNTESE	13
3. ESTRUTURA ORGÂNICA	19
4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO	23
5. BENEFICIÁRIOS	
Movimento de Beneficiários	25
Universo de Beneficiários	34
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS	
Pensões de reforma	39
Subsídios de invalidez	43
Subsídios de sobrevivência	46
7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS	51
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	
Operacional (Proveitos, Custos, Resultados)	63
Financeira (Proveitos, Custos, Resultados)	78
Extracrdinária (Proveitos, Custos, Resultados)	90
Líquida (Resultados)	99
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	
Cobrança e dívida de contribuições	101
Dívidas de terceiros	114
Análise económica	114
Conjuntura e condicionantes envolventes	116
Opções estratégicas da CPAS	120
10. SÍNTESE ACTUARIAL	133
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO	135
12. MENSAGEM DA DIRECÇÃO	137
13. MAPAS	140
14. ANEXOS	204
Relatório de Gestão do Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior	
Orçamento e Plano de Actividades para 2018	
Relatório Actuarial e Estudo de Sustentabilidade	
Certificação Legal de Contas	
Parecer do Conselho de Fiscalização	

[Handwritten signatures and initials]



A actual Direcção da CPAS tem a responsabilidade pela organização, elaboração e assinatura dos documentos de prestação de contas da CPAS relativos ao EXERCÍCIO DE 2017, sendo este o primeiro ano em que esteve envolvida na gestão da Instituição, já que apenas tomou posse no dia 11 de Janeiro de 2017.

No ano anterior, a Direcção assumiu formalmente a organização, a elaboração e a assinatura dos documentos de prestação de contas da CPAS, relativos ao EXERCÍCIO DE 2016, embora durante este ano de 2016 a actual Direcção não tenha tido qualquer intervenção na gestão da CPAS, sendo que a responsabilidade por essa gestão e respectivas operações coube exclusivamente à anterior Direcção (trienio de 2014-2016).

Importa sublinhar o facto de os documentos de prestação de contas da CPAS serem sujeitos a uma permanente actividade de acompanhamento, controlo, parecer, auditoria e fiscalização de várias entidades, sobretudo após o exercício de 2016 em que reforçadamente passou a existir um novo órgão institucional destinado ao acompanhamento e fiscalização da administração da CPAS e dos referidos documentos de prestação de contas - o Conselho de Fiscalização - e a obrigatoriedade da intervenção de uma entidade externa independente responsável pela elaboração de um Relatório Actuarial e um Estudo de Sustentabilidade anual.

No que designadamente respeita aos documentos de prestação de contas da CPAS, cabe referenciar a existência e a actividade de um Auditor Externo independente que emite um Relatório de Auditoria, a existência e a actividade de um Conselho de Fiscalização, onde se integra um Revisor Oficial de Contas, que emite um Relatório Anual e Parecer, a existência de uma entidade externa independente que elabora por anexo aos documentos de prestação de contas um Relatório Actuarial das pensões em pagamento e um Estudo de Sustentabilidade.

Intervêm ainda neste processo de elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas o Conselho Geral da CPAS que emite o seu Parecer e os Membros do Governo responsáveis pela Justiça e pela Segurança Social que aprovam os referidos documentos.

Os documentos de prestação de contas são remetidos aos Conselhos Gerais da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e merecem ainda ampla divulgação pública na sede e Portal da CPAS e mantêm-se disponíveis neste suporte pelo menos durante 3 anos após a sua aprovação.

A actividade e a administração da CPAS e respectivos documentos de prestação de contas são, pois, amplamente divulgados, apreciados e escrutinados por múltiplas entidades intervenientes no respectivo processo de parecer e aprovação, sendo, assim, este processo muito participado, transparente e rigoroso.

Para o ano de 2018 está prevista uma mutação no plano de organização contabilística que a CPAS vem adoptando (o POCISSSS - Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social), que foi revogado com a publicação do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro e em que se preconiza a adopção do denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Tendo em consideração que o SNC-AP se aplica expressamente às entidades de Solidariedade e de Segurança Social e através do mesmo se estrutura especificamente um plano de contas para este tipo de instituições, encontrando-se a CPAS neste universo e estando obrigada a remeter as suas contas à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelos Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o ano de 2018 será para a CPAS um ano de transição no que respeita à implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Neste contexto, afigurou-se prudente e necessário assegurar nos documentos de prestação de contas de 2017 a estruturação que vinha sendo adoptada nos últimos anos para que se encerrasse um referencial com um percurso longo e se permitisse a comparabilidade da informação económica e financeira, observando-se a generalidade dos métodos e dos critérios técnicos, valorimétricos e contabilísticos utilizados nos últimos exercícios.

1. INTRODUÇÃO

A Direcção desenvolveu durante 2017 uma intensa actividade de gestão que abrangeu todas as Áreas Operacionais da CPAS e todas as actividades que a Instituição prossegue.

NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DA GESTÃO

Não obstante o esforço feito e o tempo consumido (os primeiros 4 meses do mandato) para que os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 fossem organizados e atempadamente submetidos aos diferentes crivos legais e regulamentares preconizados, foi possível realizar um diagnóstico à organização dos recursos e ao desenvolvimento das diferentes operações que a CPAS vinha assegurando.

Em 2017 iniciou-se e concluiu-se um processo de reestruturação do modelo de organização interno levando à definição de seis Áreas Operacionais (Organograma na página 145), com uma clara identificação dos respectivos responsáveis operacionais e a afectação dos diferentes colaboradores por cada uma das referidas Áreas.

No quadro deste processo de reestruturação estabeleceu-se uma precisa caracterização de funções operacionais atribuídas aos responsáveis e colaboradores de cada Área Operacional e uma definição de competências originárias ou delegadas.

Fixou-se ainda um plano de avaliação anual do desempenho de todos os colaboradores da CPAS com a definição de objectivos a prosseguir e um plano de acção a executar.

Neste plano foram estabelecidos e formalizados procedimentos administrativos internos em vários domínios de actuação da estrutura da CPAS.

Sempre com o foco colocado na preocupação de contenção de custos de funcionamento e do peso da estrutura, o que implicou a decisão de não proceder a quaisquer actualizações salariais dos colaboradores da CPAS, mas antes privilegiar uma política de anualmente premiar o desempenho e mérito dos mesmos colaboradores, com base numa avaliação rigorosa e programada, deu-se início ao levantamento das insuficiências da estrutura operacional designadamente para responder à política definida pela Direcção que vai no sentido de que a estrutura operacional da CPAS passa a ser essencial e não passiva na formação, desenvolvimento e conclusão de qualquer processo operacional ou decisório.

Assim, cada uma das Áreas Operacionais, acompanhadas, conforme o caso, pelas Áreas Operacionais que se consideram transversais a qualquer actividade ou operação, caso da Área Jurídica, Área Financeira e Área Informática, tomou-se parte activa e interveniente em qualquer processo decisório, designadamente dos que possam ser desenvolvidos ao nível da gestão, passando verdadeiramente a actuar como mais uma "válvula de segurança" ou de "auto controlo" do processo decisório, contribuindo para uma grande transparência em relação a qualquer decisão operacional ou de gestão.

Nesta linha e tendo em vista a corporização de um efectivo Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno foram desenvolvidos, estruturados e implementados Mapas de Gestão Mensal reunindo informação de gestão operacional e respectivos indicadores / rácios em todas e cada uma das Áreas Operacionais por referência a cada mês de actividade e que são presentes e debatidos em reuniões da Direcção com o conjunto dos respectivos responsáveis operacionais.

Ainda nesta linha de reforço da intervenção da estrutura operacional foi dada especial atenção às seguintes Áreas Operacionais:

Área Jurídica

Esta Área Operacional tem uma actuação transversal em relação a todas as demais Áreas Operacionais e foi nesta nova orgânica chamada a intervir com profundidade e intersecção em todos os assuntos e actividades da CPAS.

Trata-se de uma Área Operacional de fundamental importância numa organização como a da CPAS e que estava manifestamente subdimensionada, tendo tido anteriormente uma intervenção circunstancial ou pontual relativamente à generalidade das diferentes operações e dos assuntos jurídicos inerentes.

1. INTRODUÇÃO

Numa primeira abordagem esta Área teve que recorrer a apoio urgente externo para acompanhamento de *dossiers* específicos da Área do Património Imobiliário que revestiam grande complexidade, responsabilidade, dimensão e urgência na sua abordagem, tendo subseqüentemente sido iniciado e concluído um processo público de contratação a termo de 2 advogadas para o quadro interno da CPAS, visando a formação de uma equipa para assegurar, entre o mais, a urgente e imprescindível acção pré-contenciosa e contenciosa nas situações de não pagamento de contribuições.

Área Informática

Esta Área Operacional tem igualmente uma actuação transversal em relação a todas as demais Áreas Operacionais e é de vital importância a sua permanente operacionalidade e capacidade técnica para resolver imediatamente as dificuldades que todos os dias se colocam no tratamento de dados, organização e gestão da informação.

À semelhança do que sucede em qualquer outra organização, a Área Informática tende a consumir recursos financeiros significativos com actualização de hardware e software e a depender da inevitável prestação de serviços de terceiras entidades especializadas.

Durante muito tempo esta Área quase exclusivamente dependeu de prestadores de serviços externos, situação que se começou a inverter desde 2016, sendo que o recrutamento de recursos humanos qualificados para a estrutura da CPAS reveste grande dificuldade face ao pleno emprego destes recursos e à sua grande valorização no mercado.

No final de 2017 foi, no entanto, possível seleccionar e contratar no mercado 1 colaborador com formação em engenharia informática para o reforço desta Área, visando a redução da dependência e do recurso à prestação de serviços de terceiros, contendo-se o crescimento dos respectivos encargos que nem sequer conduziam ou conduzem a uma apropriação ou retenção de *know how* interno.

Área Financeira e de Gestão de Activos Mobiliários

Esta Área Operacional é de essencial importância, tendo a seu cargo a gestão técnica de um grande volume de dados, informação financeira, fiscal e documentos contabilísticos.

Para além destas actividades, nesta Área assegura-se ainda a gestão do vasto conjunto de activos financeiros mobiliários e a relação com os Bancos e entidades financeiras gestoras de activos mobiliários.

Após uma rigorosa análise à estrutura dos recursos afectos a esta Área foi necessário proceder à contratação de 2 novos colaboradores com formação superior em contabilidade tendo em vista, por um lado, o incremento da qualificação dos recursos e, por outro lado, a substituição de 2 outros colaboradores que cessaram a sua actividade na CPAS.

Durante o exercício de 2017 foi exigido a esta Área um especial esforço e empenho nos trabalhos que asseguram a transição do plano de organização contabilística POCISSSS, revogado com a publicação do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Área Património Imobiliário

Esta Área Operacional reveste igualmente grande importância já que lhe cabe um conjunto de actividades operacionais muito exigentes designadamente as relativas à gestão da carteira de imóveis, à manutenção/conservação desses activos, ao acompanhamento de várias empreitadas em curso (há vários anos) e à interacção com vários operadores externos.

Também aqui foi necessário iniciar uma exigente reorganização dos meios humanos afectos a esta Área, tendo sido fundamental a contratação de 1 colaborador com formação na área da engenharia para acompanhamento da gestão dos activos imobiliários e incremento da sua rentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se que esta Área desenvolva competências que permitam consolidar uma actuação estruturada no acompanhamento da gestão do património imobiliário da Instituição e incrementar a sua rentabilidade – matéria de essencial importância para assegurar o adequado retomo dos investimentos financeiros.

Acresce que esta Área virá a ter no futuro uma ainda maior relevância, na justa medida em que existe uma forte expectativa e também necessidade de reforçar a curto/médio prazo a carteira dos activos imobiliários, como forma de equilibrar a exposição da CPAS em investimentos financeiros e mitigar riscos de mercado.

Área de Recursos Humanos

Esta Área Operacional passou a ter uma intervenção qualificada no domínio da gestão efectiva dos recursos humanos e na implementação e acompanhamento de iniciativas várias, designadamente na avaliação de desempenho e formação dos referidos recursos humanos.

Para o efeito, esta Área foi reforçada através do recrutamento interno de uma colaboradora qualificada para poder corresponder aos desafios que lhe foram colocados e ainda à necessidade de adopção de regras exigentes em relação ao tratamento da informação e confidencialidade de dados.

Também as crescentes exigências relativas ao reforço das estruturas dos Postos Médicos e sua requalificação em curso impõem a esta estrutura uma maior intervenção no sentido de garantir que estes serviços passam a ter uma maior expressão.

Área Administrativa e Gestão de Beneficiários e de Secretariado de Direcção

Esta Área Operacional tem do ponto de vista da logística funcional uma importância muito grande já que nela reside a maior parte das relações ou interacções com os Beneficiários.

Toda esta Área foi reconfigurada, tendo sido igualmente reforçada com a contratação a termo de 1 colaboradora com formação superior, para melhor poder corresponder às solicitações e expediente dos Beneficiários e ao seu rápido encaminhamento e tratamento.

NO PLANO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Adoptou-se uma política de plena interacção e abertura da informação da CPAS aos Beneficiários, assente no princípio de que toda a informação que pode ser disponibilizada e não colida com a reserva ou limitação legal, designadamente a inerente à confidencialidade de dados pessoais, pode e deve ser regularmente disponibilizada a todos os Beneficiários em circunstâncias de igualdade e generalidade.

Durante o ano de 2017 foram divulgados e publicados no Portal da CPAS e remetidos por email 12 comunicados, relativamente a diferentes temas da vida e gestão da CPAS, abrindo-se assim uma nova vertente comunicacional com os Beneficiários.

Também durante 2017, a Direcção desdobrou-se em múltiplas intervenções junto de órgãos institucionais e seus titulares e inclusivamente realizou múltiplas apresentações da CPAS em vários pontos do País, a solicitação de diversas entidades.

Esta actuação requereu, por parte da Instituição, um grande esforço operacional para suportar uma logística não esperada e por parte dos membros da Direcção uma disponibilidade que sobrecarregou as respectivas agendas, mas que conduziram a resultados sempre positivos já que se logrou clarificar e esclarecer situações que ou não eram conhecidas ou, nalguns casos, estavam a ser distorcidas com propósitos pouco construtivos.

A Direcção mantém a intenção de prosseguir tal linha de actuação ainda que isso exija com grande relevo um esforço pessoal dos seus membros e uma dispersão que carece de cuidada atenção para que não se comprometam os objectivos essenciais da gestão.

1. INTRODUÇÃO

Em 2017, logo no início do mandato em curso, a Direcção assegurou a realização de uma Assembleia Geral convocada a pedido de Beneficiários para debater a situação da CPAS e em que claramente foi apresentada com todo o rigor a realidade operacional, económica e financeira da Instituição para além dos estudos de sustentabilidade então disponíveis.

Ainda em 2017, a Direcção assegurou também a realização de duas reuniões do Conselho Geral da CPAS, uma primeira particularmente destinada à apreciação e parecer sobre os documentos de prestação de contas de 2016, uma segunda relativa, entre o mais, à análise e pronúncia sobre um conjunto de alterações ao Regulamento da CPAS que corporizavam várias medidas de natureza social e económica, estruturadas no muito curto espaço de tempo do mandato.

NO PLANO DA RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS E CUSTOS

A Direcção teve desde o início do seu mandato a preocupação de racionalização de custos iniciando um processo de análise da estrutura de custos da CPAS tendente a estabelecer uma programada redução / realocação de custos durante o triénio em curso.

Neste primeiro ano do mandato e na Área do Património Imobiliário foram reequacionados eventuais investimentos em equipamentos (mobiliário para os apartamentos do empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia) e renegociados contratos com prestadores de serviços o que gerou respectivamente uma não incursão em custos da ordem dos 1,7 milhões de Euros e numa redução de custos não recorrentes de cerca de 100 mil Euros.

Na Área Financeira e em relação à gestão das carteiras de valores mobiliários por parte das entidades financeiras gestoras foram renegociados os custos decorrentes dos respectivos contratos o que determinou uma redução de custos recorrentes da ordem dos 700 mil Euros.

Os custos recorrentes com o funcionamento da Direcção na vertente da respectiva remuneração legalmente prevista foram igualmente reduzidos em cerca de 35 %, sendo que se deve sublinhar que não existe qualquer outra remuneração ou compensação para além da relativa às senhas de presença cujo valor unitário não é actualizado desde 1998.

Assinale-se ainda que não existem ou são atribuídos cartões de crédito, carros, ajudas de custo ou qualquer outro tipo de vantagem a título de remuneração acessória aos membros da Direcção e que estes inclusivamente vêm assumindo e pagando pessoalmente, para além das despesas identificadas, a generalidade das despesas de representação, viagens, refeições, quilómetros, portagens, parques de estacionamento, comunicações e outras no interesse da CPAS, sendo que as próprias despesas de investimento em meios de equipamento para funcionamento (computadores portáteis, telemóveis e outros) são asseguradas pelos próprios membros da Direcção.

Igualmente como medida de racionalização de custos foi decidido concentrar todos os membros da Direcção num único gabinete da Direcção, libertando assim os espaços dos demais gabinetes da Direcção para o funcionamento dos serviços da CPAS, o que permitiu colocar no mercado o Edifício das Escadinhas da Barroca, contíguo à sede da CPAS, antes destinado ao funcionamento dos serviços e a um denominado Espaço Memória CPAS que foi realocado no edifício sede e passou a ser a Sala dos Beneficiários.

Esta decisão não só determinou um corte nos custos recorrentes inerentes ao funcionamento dos serviços naquele edifício como passou a gerar um rendimento ou receita recorrente da ordem dos 32 mil Euros / ano.

Foram ainda introduzidas alterações a contratos vários de prestação de serviços em execução designadamente com segurança, consultadoria informática e actuariado, o que implicou uma redução de custos tendencialmente recorrentes da ordem dos 110 mil Euros.

O processo de racionalização de custos prosseguiu ainda noutros domínios designadamente na vertente da desmaterialização de comunicações e expedição de correio via CTT, embora de forma cautelosa atento o facto de existirem grupos de Beneficiários que não têm pleno acesso a meios de comunicação electrónica.

1. INTRODUÇÃO

Não obstante existirem variáveis e factores condicionantes foi também elaborado e aprovado como instrumento interno de previsão e gestão dos custos e receitas um primeiro orçamento geral tentativo para o ano de 2018, mesmo admitindo-se que, naturalmente, este instrumento será significativamente impactado, positiva ou negativamente, pelos efeitos da mutação do actual plano de organização contabilística da CPAS para um novo plano de contabilidade (SNC-AP), bem como pela eventual implementação de um conjunto de medidas que reuniu o consenso da Direcção e do Conselho Geral da CPAS e que visam sobretudo moderar o esforço contributivo dos Beneficiários e ampliar a vertente assistencial do Sistema, situação que impacta negativamente o desempenho da Instituição mas não põe imediatamente em causa a sua sustentabilidade.

NO PLANO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO E MEDIDAS

Em 28 de Novembro de 2017, o Conselho Geral da CPAS emitiu pronúncia favorável a um primeiro conjunto de Medidas (e respectivo projecto de alterações ao Regulamento em vigor) que foram estudadas e apresentadas pela Direcção da CPAS [<http://www.cpas.org.pt/Data/Sites/1/media/medidas.pdf>] em muito curto espaço de tempo, considerando que o actual mandato se iniciou em 11 de Janeiro de 2017 e os primeiros 4 meses concentraram o esforço e a atenção para a organização e apresentação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016.

Também em Novembro de 2017 o Presidente da CPAS e os Bastonários da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução reuniram com a Senhora Ministra da Justiça, tendo tido oportunidade de apresentar as referidas Medidas e alterações ao Regulamento.

No mês de Dezembro de 2017 foi solicitada uma reunião com carácter de urgência ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e foram ainda remetidos a este e à Senhora Ministra da Justiça os documentos relativos às referidas Medidas (e respectivo projecto de alterações ao Regulamento), visando a sua análise e eventual aprovação, com a esperada indicação para o início do necessário processo legislativo.

As referidas Medidas (e respectivo projecto de alterações ao Regulamento em vigor) foram amplamente divulgadas através do site da CPAS e colocadas à apreciação e recolha das eventuais pronúncias por parte dos Beneficiários.

As Medidas alinhadas e que vieram a ser ulteriormente desenvolvidas colocam-se quer na vertente social quer na vertente económica e reúnem condições para concretizar alguns dos anseios dos Beneficiários na vertente social.

Aguarda-se o desenvolvimento desta matéria por parte das entidades oficiais sendo certo que embora não se coloque em crise a trajectória de sustentabilidade do Sistema, conforme aliás resulta dos estudos técnicos realizados por entidade externa independente (Willis Towers Watson), o esforço de ajustamento de alguns aspectos do Sistema e o ir ao encontro de alguns dos anseios dos Beneficiários na vertente social implica alguma degradação da *performance* de recuperação da CPAS.

Sublinhe-se que a introdução de alterações, ainda que pontuais, num qualquer sistema de previdência reveste sempre muita complexidade e exigentes estudos, facto que consome recursos e implica custos com expressão significativa, para além do tempo necessário à ponderação de eventuais impactos decorrentes dessas alterações.

NO PLANO DA RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA

A Direcção da CPAS foi confrontada com uma dívida acumulada e provisionada de contribuições não pagas por parte dos Beneficiários ao longo das últimas décadas que, no final de 2016, ascendia a cerca de 121

1. INTRODUÇÃO

milhões de Euros, situação esta que em larga medida se terá justificado pelo facto de no passado não ter ocorrido relevantemente a cobrança coerciva das referidas dívidas.

Ainda que do ponto de vista económico a referida dívida acumulada não tenha relevância efectiva, já que a CPAS não está vinculada a pagar reformas, subsídios ou outras prestações relativamente aos Beneficiários que apresentam as contribuições em dívida, no plano financeiro e da sustentabilidade já assim não será.

Mas mais do que isso considerou a Direcção da CPAS estar vinculada, por razões de ordem legal e por imperativos de justiça face aos Beneficiários que cumprem escrupulosamente com a sua obrigação contributiva, a efectivar a cobrança coerciva da referida dívida e a obviar a prescrições.

Durante o ano de 2017 foram iniciados, em contencioso, 1.633 processos judiciais no valor total em dívida de 37.292.517,53 Euros.

Atento o facto da estrutura operacional da CPAS não estar preparada para um movimento administrativo significativo e uma logística considerável que viabilizasse esta actividade de cobrança coerciva das contribuições em dívida, foi necessário dotar a estrutura dos meios necessários não só ao acompanhamento do movimento administrativo tendente a assegurar a tramitação dos processos individuais dos Beneficiários com dívidas, mas também dos meios técnicos para promover a cobrança em Tribunal.

Ainda assim, durante 2017 foram organizados e tramitados os referidos 1.633 processos de execução, 546 notificações judiciais avulsas e 1.608 acordos prestacionais, ou seja, números que traduzem uma realidade no domínio da cobrança coerciva nunca antes verificada na CPAS, mesmo tendo-se associado às dificuldades internas na gestão deste assunto o facto de uma parte dos Tribunais comuns ter vindo a considerar-se incompetente para a tramitação dos processos de execução das dívidas.

A Direcção, para além da acção pedagógica que tem vindo a realizar junto dos Beneficiários no sentido de que, no seu próprio interesse, devem regularizar as contribuições em dívida, tem em aplicação acordos prestacionais que permitem o pagamento em prestações muito alongadas no tempo das contribuições em dívida e organizou um protocolo junto de instituição financeira com uma linha de crédito directa e privilegiada aos Beneficiários para o pagamento de contribuições em dívida.

A cobrança coerciva de contribuições em dívida continuará a ser prosseguida activamente, especialmente quando existir uma clarificação legislativa relativa à competência dos Tribunais para a tramitação da execução de dívidas por contribuições não pagas pelos Beneficiários.

NO PLANO DO DESEMPENHO ECONÓMICO E APLICAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO

O actual exercício de 2017 corresponde ao segundo ano económico completo de actividade da CPAS após a entrada em vigência do Decreto-Lei N.º 119/2015, de 29 de Junho, que aprovou o novo Regulamento.

A entrada em vigor deste novo Regulamento foi balizada pela apresentação de um estudo de sustentabilidade e pela determinação de ser necessária uma permanente monitorização da implementação das alterações e da evolução do Sistema, no sentido de se verificarem os efeitos ou impactos resultantes das mesmas e eventualmente para se implementarem outras medidas actuarialmente convenientes.

No exercício de 2016 já se tinham detectado alguns impactos favoráveis em resultado da aplicação do novo Regulamento designadamente em relação aos principais rácios que relevam para efeito da apreciação da trajectória de sustentabilidade do Sistema, como a desaceleração do crescimento do custo total com pagamento de pensões de reforma, subsídios de invalidez e subsídios de sobrevivência, a diminuição do número de pensões de reforma atribuídas e o aumento da base contributiva, que passou a ter mais 1.778 Beneficiários em relação ao ano anterior.

Em 2017 confirmou-se a melhor expectativa no sentido de uma recuperação do Sistema e da sua sustentabilidade tendo os principais indicadores sido positivos e apontando para a consolidação da trajectória ascendente da sustentabilidade da CPAS.

1. INTRODUÇÃO

Sem prejuízo dos números que adiante se detalham e explicam cabe, introdutoriamente, evidenciar um conjunto de indicadores que bem atestam o desempenho positivo da CPAS em 2017 e a expectativa de recuperação do Sistema e da sua sustentabilidade.

Os Resultados Líquidos confirmaram em absoluto a inversão da sua tendência negativa e apresentaram-se positivos em cerca de 763 MII Euros.

Os Resultados Operacionais mantiveram-se negativos, mas inflectiram significativamente diminuindo em cerca em 9,3 Milhões de Euros. Isto significa que, não obstante a forte recuperação registada neste indicador, as receitas operacionais têm que melhorar para cobrir os custos de previdência, de assistência e de administração.

Os Resultados Financeiros tiveram uma expressão positiva de cerca de 13 Milhões de Euros, em linha com os resultados do ano anterior e em consonância com o reforço da política conservadora de investimentos financeiros sublinhada junto das entidades gestoras.

No que respeita ao movimento de Beneficiários cabe referir que em 2017 foram registadas na CPAS 2.081 novas inscrições (1.746 advogados, 333 solicitadores e 2 Beneficiários com outras profissões jurídicas) bem como mais 3.429 estagiários (2.919 advogados e 510 solicitadores) dos quais 1.317 com pagamento de contribuições e 2.112 sem pagamento de contribuições.

Houve, mais uma vez, um reforço do rácio de Beneficiários contribuintes por pensionista (sem incluir estagiários com pagamento de contribuições) que actualmente é superior a 5,609, permanecendo bastante acima dos 1,4 da Segurança Social. A relação entre novos contribuintes (sem incluir estagiários com pagamento de contribuições) e novos pensionistas foi, em 2017, de 6,496 novos contribuintes por cada novo pensionista.

No que respeita a benefícios e comparticipações, o ano de 2017 revelou-se o ano em que o esforço realizado pela CPAS na vertente social se apresentou como o maior valor do quinquénio, no montante de 2.844.993,67 Euros.

No que respeita ao pagamento de pensões e subsídios houve um acréscimo de 5.640.789,42 Euros, mas sendo de registar que este acréscimo representa a menor variação anual dos últimos 5 anos.

Relativamente à cobrança da emissão de contribuições feita em 2017, a taxa de cumprimento foi de 82,23%.

Sublinha-se que esta percentagem é a melhor dos últimos 10 anos e se consultarmos os registos dos últimos 15 anos apenas conseguimos encontrar percentagens de cobrança, no que respeita à emissão do próprio ano, ligeiramente superiores em 2007, 2005 e 2004, respectivamente de 82,48%, 82,86% e 82,40%.

A dívida por contribuições não pagas gerada em 2017 foi de 16.198.145,71 Euros, tendo-se por outro lado verificado uma cobrança efectiva de valores em dívida de 9.072.087,30 Euros.

O valor das prestações relativas ao Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à CPAS e relativos a acordos de pagamento prestacional de dívidas de contribuições, que foram recebidas até 31 de Dezembro de 2017, no âmbito dos planos e acordos em curso, totalizou 8.623.715,38 Euros.

A dívida acumulada líquida de planos em curso totalizava, em 31 de Dezembro de 2017, 119.986.071,09 Euros, ou seja, menos 1.387.688,63 Euros do que no final de 2016.

NO PLANO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros da CPAS e respectivo património associado assumem-se de fundamental importância para a obtenção de rendimentos necessários a colmatar necessidades de pagamentos por responsabilidades com pensões, subsídios e outras prestações.

A gestão deste património afecto e os investimentos realizados neste domínio caracterizam-se por critérios de elevada prudência e de conservadorismo, procurando-se sempre a maior segurança dos investimentos

1. INTRODUÇÃO

designadamente através da intervenção de entidades institucionais especializadas e legalmente autorizadas a desenvolver as actividades pertinentes, como seja o caso das entidades gestoras das carteiras de activos mobiliários, às quais foram concedidos mandatos de gestão discricionária com a indicação de pausarem a sua conduta por regras de total transparência, não conflitos de interesses, prudência e conservadorismo em relação aos investimentos.

A Direcção da CPAS identificou no âmbito deste património a elevada concentração do peso relativo dos activos em valores mobiliários (sobretudo em obrigações) pelo que tem vindo a desenvolver acções no sentido de tentar reduzir a expressão ou peso destes activos, com o incremento do peso dos activos imobiliários de qualidade que, atenta a sua natureza, são mais aptos a aportar menor risco e rendimento mais estável e regular, o que se tem tornado de difícil concretização já que a conjuntura de mercado não é favorável.

Trata-se naturalmente de uma acção que deve ser conduzida com prudência e num horizonte temporal alargado, sobretudo para que os activos imobiliários a adquirir sejam qualificados e tenham potencial de valorização e rendimento, não sendo especialmente marcados pela espiral de aumento de preços que actualmente prevalece no mercado.

PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO

Relativamente à estrutura dos activos mobiliários e conforme adiante se explana em toda a informação pertinente é possível verificar que a mesma apresenta uma composição de títulos conservadora de 81,81% em Obrigações, 12,80% em Acções, 1,85% em Liquidez e 3,53% em outros tipos de activos.

Refira-se igualmente a preocupação da CPAS em conseguir uma adequada diversificação prudencial dos diversos riscos associados a este tipo de activos, quer seja por uma correcta diversificação entre Bancos depositários (10 entidades financeiras diferentes), quer uma correcta diversificação por país emissor (Títulos de mais de 20 países diferentes) quer por título (mais de 500 emissores diferentes).

Em qualquer caso a dimensão destes activos e o seu peso relativo no conjunto dos investimentos financeiros deverão ser reequacionados para se encontrar um melhor equilíbrio entre todos os activos sob gestão e riscos envolvidos, o que implica um horizonte temporal adequado e uma ponderação cuidada da necessária diversificação do tipo de activos.

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Relativamente aos activos imobiliários e conforme adiante se explana em toda a informação pertinente é possível verificar que a carteira de imóveis, em geral (exceptuando um ou dois casos), apresenta uma composição qualificada, com imóveis bem localizados e com risco moderado de mercado e rendimento.

Incrementou-se uma política de aumento do rendimento proveniente do património imobiliário da CPAS, iniciando um processo de gestão muito rigoroso dos contratos de arrendamento e outros, tendente à actualização de rendas e colocação no mercado de espaços devolutos, bem como da gestão dos custos associados à respectiva manutenção e conservação.

Procuraram-se oportunidades de investimento seguro, solicitando-se aos parceiros institucionais a identificação de necessidades e de oportunidades que fossem geradoras de sinergias, o que levou a um bem sucedido investimento na aquisição de um imóvel no Funchal, com localização privilegiada, e o seu arrendamento à Ordem dos Advogados para instalação do respectivo Conselho Regional da Madeira.

Igualmente e como já anteriormente assinalado, o Edifício das Escadinhas da Barroca, em Lisboa, contíguo à sede da CPAS, antes destinado ao funcionamento dos serviços e a um denominado Espaço Memória CPAS, foi destinado a arrendamento à Ordem dos Advogados, passando a gerar um rendimento anual na ordem dos 32 mil Euros.

1. INTRODUÇÃO

A Direcção da CPAS irá prosseguir o objectivo do reforço deste tipo de activos imobiliários, designadamente como forma de diversificação prudencial dos investimentos e do rendimento, muito concentrados em valores mobiliários.

Prosseguiram e concluíram-se diversos trabalhos já anteriormente contratados e em curso de reabilitação, conservação e reparação nos vários imóveis do património da CPAS, tendo sido concluídas as empreitadas de reforço estrutural e reabilitação no prédio sito da Rua Duque de Palmela, a reabilitação de diversas fracções no prédio sito da Rua D. Estefânia e a reabilitação total do prédio sito na Rua das Escadinhas da Barroca, todos estes imóveis situados em Lisboa.

Foi também feita a vistoria para efeito de recepção provisória do empreendimento sito na Madalena em Vila Nova de Gaia, empreendimento este de grande dimensão e constituído por 3 edifícios habitacionais com 81 apartamentos e um edifício destinado a serviços, comércio e equipamentos comuns e que actualmente se encontra em fase de licenciamento, para ser colocado no mercado de arrendamento.

NO PLANO DA SUSTENTABILIDADE

Conforme resulta de imposição legal expressa foi realizada por entidade externa independente (Willis Towers Watson) uma análise prospectiva da sustentabilidade do Sistema através do Relatório de Sustentabilidade que se encontra por anexo aos documentos de prestação de contas.

Este relatório é claro no sentido da conclusão de que existirá uma melhoria da sustentabilidade do Sistema a médio prazo.

A deterioração da sustentabilidade que se vinha a verificar em anos anteriores foi colmatada, em parte, pela alteração do Regulamento em 2015.

Estima-se que de 2019 em diante o valor dos Activos Financeiros da CPAS deverá aumentar atingindo cerca de 656 Milhões de Euros em 2031 (mais 75 Milhões de Euros do que o valor em 2017).

Ao longo do período de análise de 15 anos estima-se ainda que exista uma recuperação parcial do rácio contribuições versus pensões de reforma e que, durante um período de vários anos (8 anos), esse rácio se situe acima de 1, o que significa que apenas as contribuições cobradas são suficientes para assegurar o pagamento das pensões de reforma.

RELATÓRIO SÍNTESE¹

BENEFICIÁRIOS

Em 2017 inscreveram-se 2.081 novos Beneficiários ordinários.

Com a entrada em vigor em 1 de Julho de 2015 do novo Regulamento da CPAS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho, extinguiu-se a faculdade de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade, pelo que chegaram ao termo do período de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade 876 Beneficiários.

Permanecem 452 Beneficiários em período de suspensão provisória.

No final do ano de 2017, o número de Beneficiários extraordinários era de 1.682.

Ainda em 2017 foi registada a inscrição de 3.429 estagiários, dos quais 1.317 com pagamento de contribuições e 2.112 sem pagamento de contribuições.

No mesmo ano faleceram 181 Beneficiários, dos quais 133 eram reformados ou subsidiados.

Em 31 de Dezembro de 2017 o total dos Beneficiários contribuintes era de 34.363.

Se considerarmos, para efeitos de cálculo do número de contribuintes por pensionista, uma base contributiva que não incluía os estagiários com pagamento de contribuições foi a base contributiva de 32.996 Beneficiários que suportou os custos de 5.883 pensionistas de reforma e de titulares de subsídios de invalidez e de sobrevivência, o que representa uma relação de 5,609 contribuintes para um pensionista/subsidiado.

Tomando em conta que existem 4.356 pensionistas de reforma, a relação, neste caso, é de 7,575 contribuintes para um pensionista de reforma.

Os dados de 2017 revelam ainda que a relação de novos Beneficiários contribuintes por cada novo pensionista/subsidiado foi de 6,496.

No universo de Beneficiários observou-se, no que diz respeito à actividade profissional, que 84,64% são advogados, que 5,02% são advogados estagiários, 9,46% são solicitadores, 0,86% são solicitadores estagiários e 0,01% têm outras profissões jurídicas.

A maioria dos 34.363 Beneficiários contribuintes concentra-se nos 4.º, 5.º e 6.º escalões contributivos.

Nos referidos escalões contributivos encontram-se 27.092 Beneficiários, o que corresponde a 78,84% dos Beneficiários contribuintes.

PENSÕES DE REFORMA

O número de pensões de reforma atribuídas foi de 319, para um total de pensionistas de reforma de 4.356, tendo o custo total com pensões de reforma ascendido a 87.514.121,44 Euros.

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

O número de subsídios de invalidez atribuídos foi de 17, passando o total de subsidiados de invalidez a ser de 122, tendo o custo total com estes subsídios ascendido a 1.725.149,65 Euros.

¹ Os dados analisados neste capítulo são referentes ao MAPA 2 (Demonstração de Resultados - modelo CPAS) - páginas 158 e 159

2. RELATÓRIO SÍNTESE

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA

Foram atribuídos 130 subsídios de sobrevivência, passando o total de subsidiados de sobrevivência a 1.405, sendo que o custo total com estes subsídios ascendeu a 6.469.530,49 Euros.

BENEFÍCIOS

Em relação aos 2.974 benefícios imediatos atribuídos, no montante de 2.844.993,67 Euros, salientamos, como medidas de apoio aos Beneficiários mais jovens, os benefícios de nascimento, no montante de 523.216,00 Euros, de maternidade, no montante de 1.117.290,60 Euros e a comparticipação no internamento hospitalar por maternidade, no montante de 66.996,38 Euros.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

PROVEITOS

Os Proveitos Operacionais, que representam o conjunto das contribuições regulamentares, totalizaram 91.240.926,89 Euros, sendo que o valor das emissões líquidas totalizaram 91.193.791,74 Euros, o que representa um incremento de 17,93% face ao ano anterior.

Os Proveitos Financeiros totalizaram 22.571.189,41 Euros.

Salientam-se os rendimentos de investimentos em obrigações que totalizaram 5.826.839,44 Euros, os rendimentos de imóveis que totalizaram 2.821.680,74 Euros, os ganhos por aumento de justo valor que totalizaram 7.909.959,14 Euros e as mais-valias na alienação de títulos e unidades de participação que totalizaram 3.424.843,88 Euros.

Os Proveitos Extraordinários provenientes essencialmente de juros de mora devidos à CPAS por contribuições em atraso, das multas resultantes das penas pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e ainda de anulações de provisões para cobrança duvidosa, totalizaram 11.303.623,53 Euros.

Assim, em 2017 o total de Proveitos e Ganhos da CPAS foi de 125.115.739,83 Euros, o que representou um incremento de 8,03% relativamente ao ano anterior.

CUSTOS

Os Custos Operacionais reflectem os custos de previdência, de assistência, de administração e com o reforço da provisão para contribuições em dívida.

Os custos de previdência (reformas) totalizaram 87.514.121,44 Euros, o que representa um acréscimo de 6,46% relativamente ao ano anterior e de 65,82% no quinquénio.

Os custos com as reformas representam 104,18% do valor líquido da cobrança de contribuições.

Os custos de assistência reflectem o peso dos subsídios de invalidez no montante de 1.725.149,65 Euros, ou seja, -9,38% do que no ano anterior, dos subsídios de sobrevivência no montante de 6.469.530,49 Euros, isto é +8,57% do que em 2016, sendo estas as verbas de valor mais significativo. Assume também relevo nesta rubrica o montante de subsídios de maternidade de 1.117.290,60 Euros.

Os custos de administração totalizaram 2.887.680,77 Euros e representaram 3,44% do valor líquido da cobrança de contribuições.

2. RELATÓRIO SÍNTESE

Reforçou-se a provisão para contribuições em dívida em 10.522.781,15 Euros, tendo o valor acumulado desta provisão atingido o montante de 97.102.118,68 Euros, o que representa uma cobertura de 80,93% do total da dívida de contribuições.

O imposto sobre o rendimento pago pela CPAS relativamente às aplicações financeiras, cujos ganhos não se encontram abrangidos pela isenção conferida pelo artigo 9.º, n.º 1 c) e n.º 2 do Código do IRC, ascendeu a 1.671.944,00 Euros.

O total dos Custos e Perdas Operacionais totalizaram 113.977.748,49 Euros, o que representou +4,15% do que em 2016.

A diferença relativamente ao exercício anterior, de mais 4.537.237,92 Euros, espelha com maior incidência o crescimento dos custos de previdência.

Os Custos Financeiros totalizaram 10.130.342,78 Euros, o que representou - 40,48% do que em 2016.

Para este valor contribuíram, no essencial, os encargos com serviços bancários, apesar da substancial redução face ao ano anterior nesta rubrica, as diferenças de câmbio desfavoráveis, os custos com reduções de justo valor e menos valias na alienação de títulos.

Os custos e perdas com imóveis totalizaram 545.273,74 Euros e compreendem, entre outros, os custos com seguros, despesas de conservação e reparação e encargos com vigilância e segurança.

As menos-valias geradas na alienação de títulos e unidades de participação totalizaram 2.246.323,72 Euros e a redução de justo valor dos títulos detidos pela CPAS foi de 4.332.019,97 Euros.

Os custos referenciados foram causados pela desvalorização de alguns investimentos, sendo de notar que as reduções de justo valor se traduzem em perdas potenciais, passíveis de recuperação em anos seguintes, e as menos-valias em perdas reais na diferença entre os preços de compra e de venda dos activos.

O total dos Custos e Perdas Extraordinárias foi de 244.718,68 Euros.

Assim, o total dos Custos e Perdas foi de 124.352.809,95 Euros, representando um decréscimo de 2.611.360,68 Euros, ou seja, - 2,06% em relação a 2016.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Em 2017 o total de Proveitos e Ganhos da Instituição permitiram cobrir na totalidade os Custos e Perdas.

Com efeito, o Resultado Operacional foi de -22.736.821,60 Euros, o Resultado Financeiro de +12.440.846,63 Euros e o Resultado Extraordinário de +11.058.904,85 Euros.

O Saldo Final do exercício, resultante da adição daquelas três rubricas, foi de +762.929,88 Euros, invertendo-se, assim, a trajectória de saldos negativos dos últimos anos.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2017 as contribuições cobradas ascenderam a 84.003.256,28 Euros, sendo que 74.931.168,98 Euros respeitam a contribuições emitidas durante o ano de 2017 e 9.072.087,30 Euros reportam-se a anos anteriores.

O referido montante de cobrança representa um acréscimo de 21,78% relativamente a 2016.

Considerando que a cobrança líquida do próprio ano atingiu 74.931.168,98 Euros, constata-se que a percentagem de cobrança das contribuições líquidas emitidas relativas ao ano de 2017 foi de 82,23%, o que representa a melhor cobrança dos últimos 10 anos e também uma das melhores cobranças de sempre.

2. RELATÓRIO SÍNTESE

A dívida gerada por contribuições não pagas em 2017 foi de 16.198.145,71 Euros, o que representa +6,68% do que o valor gerado em 2016.

Por outro lado, neste período, a movimentação da dívida levou a uma redução do seu valor em 8.963.380,75 Euros.

Para efeitos de redução da dívida de contribuições, na parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, há que incluir o valor das prestações relativas ao *Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à CPAS* e das prestações relativas a acordos de pagamento prestacional de dívidas de contribuições, que foram recebidas até 31 de Dezembro de 2017, no âmbito dos planos e acordos em curso, totalizando 8.623.715,38 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2017, a dívida acumulada líquida de planos em curso totalizava 119.986.071,09 Euros, ou seja, menos 1.387.688,63 Euros do que no final de 2016.

ANÁLISE ACTUARIAL

Consideraram-se como pressupostos adequados para o cálculo do valor actual das pensões em pagamento (VAPP) a utilização da tábua de mortalidade TV 88/90 (-1) e a taxa de desconto de 3,00%, o que determina como VAPP um montante de 1.094.830.308,00 Euros.

No termo do EXERCÍCIO DE 2017, o valor acumulado do Fundo de Garantia era de 491.122.506,41 Euros.

QUADRO SÍNTESE DA ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE ACTIVOS FINANCEIROS

TIPO DE INVESTIMENTO (31/12/2017)	VALOR	PESO RELATIVO
Acções	23.261.837,47 €	5,70%
Obrigações com garantia de Estado	17.408.051,17 €	4,27%
Obrigações de empresas	211.307.741,21 €	51,80%
Fundos de investimento mobiliário de acções	28.970.150,82 €	7,10%
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	105.084.470,44 €	25,76%
Fundos de investimento mobiliário mistos	361.657,12 €	0,09%
Fundos de investimento mobiliário de tesouraria	365.028,74 €	0,09%
Fundos de investimento mobiliário alternativos	8.402.733,38 €	2,06%
Fundos de investimento imobiliário	5.284.492,12 €	1,30%
Depósitos a prazo	7.459.728,80 €	1,83%
TOTAL	407.905.891,27 €	100,00%

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO

CLASSE DE ACTIVOS	VALOR	PESO RELATIVO (%)	PESO RELATIVO (%)
Imóveis	70.597.577,39 €	13,69%	
Terrenos	1.843.673,98 €	0,36%	
Imobilizações em curso	13.579.675,09 €	2,63%	
Fundos de investimento imobiliário	5.284.492,12 €	1,02%	17,71%
Títulos	395.161.670,35 €	76,64%	76,64%
Depósitos a prazo	7.549.728,80 €	1,46%	
Depósitos à ordem e caixa	21.565.549,99 €	4,18%	5,65%
TOTAL	515.482.367,72 €	100,00%	100,00%

2. RELATÓRIO SÍNTESE

RENTABILIDADE

No ano de 2017 a taxa média anual de rendimento do activo bruto da CPAS, sem contribuições vencidas, foi de +2,321%.

FUNDOS PRÓPRIOS

No ano de 2017 os fundos próprios da CPAS totalizaram, 543.614.037,84 Euros, contra 542.788.615,94 Euros em 2016, o que representa um acréscimo de 825.421,90 Euros.

2. RELATÓRIO SÍNTESE

h,

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

ORGÃOS DA CPAS

DIRECÇÃO

A remuneração dos membros da Direcção continua a aplicar o disposto na Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro, com a atribuição ao Presidente e restantes membros da Direcção de uma senha de presença, no valor nominal diário correspondente a 199,52 Euros, seja por presença nas reuniões plenárias da Direcção, diligências e/ou deslocações em representação da CPAS, valor que se mantém inalterado desde 1998.

A anterior Direcção realizou, em 2017, 8 reuniões.

No dia 11 de Janeiro de 2017 foi empossada a actual Direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

No ano de 2017 foram realizadas pela actual Direcção 158 reuniões.

Para além destas reuniões, os membros da Direcção intervieram praticamente todos os dias da semana (em muitos casos em dias de descanso semanal) nas actividades da CPAS.

Os custos com Senhas de Presença em 2017 foram os seguintes:

MANDATO - TRIÉNIO 2014-2016 - PRESENCAS EM 2017 (entre 1 de Janeiro e 11 de Janeiro de 2017)	
Nº DE PRESENCAS	VALOR TOTAL (COM IVA 23%)
8	9.570,99 €

MANDATO - TRIÉNIO 2017-2019 - PRESENCAS EM 2017		
	Nº DE PRESENCAS	VALOR ANUAL (COM IVA 23%)
António Costeira Faustino	151	37.056,85 €
Victor Alves Coelho	146	35.829,80 €
Carlos Pinto de Abreu	138	33.866,52 €
Susana Afonso	138	33.866,52 €
José Manuel de Oliveira	77	18.896,54 €
		159.516,23 €

Como referido, os membros da Direcção desenvolveram a sua actividade relativamente à CPAS praticamente em todos os dias da semana, designadamente reunindo, entre si, para além das reuniões assinaladas.

Em regra e salvo situações especiais identificadas neste documento, os membros da Direcção declinaram qualquer outra remuneração para além da remuneração relativa às 3 reuniões semanais obrigatórias previstas no Regulamento da CPAS.

Os membros da Direcção declinaram o pagamento pela CPAS de qualquer tipo de despesas relativas ao funcionamento da Direcção e sua própria actividade, tendo eles próprios assumido os custos das referidas despesas.

As despesas com transportes, portagens, quilómetros em viatura própria, alugueres de automóveis, parques de estacionamento, comunicações, telefones, refeições e outras foram, por opção dos próprios membros da Direcção, foram, assim, assumidas por estes.

A CPAS também não incorreu em qualquer custo com a aquisição de equipamentos informáticos ou de telecomunicações para utilização dos membros da Direcção, pelo facto de estes terem optado por utilizar ou adquirir a seu encargo equipamentos próprios para o efeito.

Para além das referidas senhas de presença, não existem quaisquer remunerações, cartões de crédito ou outros "fringe benefits" atribuídos aos membros da Direcção.

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

Do que atrás se referiu, excluem-se apenas as deslocações a Lisboa do membro da Direcção que tem a sua residência no Porto e duas únicas deslocações de membros da Direcção em representação da CPAS, durante todo o ano de 2017, totalizando respectivamente 621,00 Euros e 1.352,23 Euros.

OUTROS ÓRGÃOS DA CPAS

Para a prossecução dos seus fins estatutários a CPAS conta, desde a entrada em vigor do actual Regulamento com três órgãos funcionais: a Direcção, o Conselho Geral e o Conselho de Fiscalização.

O Conselho Geral é composto por vinte membros representativos dos Advogados e dos Associados da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, sendo, por excelência, o órgão consultivo da Direcção da CPAS, conforme resulta das competências que lhe são atribuídas pelo art.º 14.º do RCPAS.

O Conselho de Fiscalização, constituído pela primeira vez com a eleição para o mandato 2017/2019, tem funções eminentemente fiscalizadoras da administração e das contas da CPAS, sendo constituído por três membros, sendo um Advogado, um Associado da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Em 2017 não ocorreram quaisquer pagamentos aos membros dos referidos órgãos, tendo apenas sido pagas as deslocações aos membros do Conselho Geral que têm residência fora de Lisboa.

ESTRUTURA ORGÂNICA

No EXERCÍCIO DE 2017 e no que se refere à estrutura orgânica de suporte, a CPAS teve ao seu serviço os seguintes trabalhadores:

Assessores	5
Técnicos Superiores	3
Técnicos Especialistas Principais	2
Técnico Especialista	1
Técnicos	13
Técnico de Informática	1
Técnicos Adjuntos de Informática	3
Técnicos Administrativos	11
Auxiliares Administrativos	4
Total	43

Colaboraram com a CPAS, em regime de contrato de prestação de serviços, os seguintes profissionais, em regime independente ou através de sociedades:

REGIME INDEPENDENTE	
Consultor Jurídico/Advogado*	1
Médicos	3
Total	4

* Cessou actividade em Fevereiro de 2018

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

ATRAVÉS DE SOCIEDADES	
Consultor Jurídico/Advogado	1
Engenheiro Civil*	1
Médico	1
Serviços de Limpeza	1
Total	4

* Cessou actividade em Fevereiro de 2018

No EXERCÍCIO DE 2017 manteve-se o recurso à contratação externa que em larga medida já vinha do mandato anterior, essencialmente para a área de projectos, desenvolvimento e manutenção de informática e para a área de conservação, restauro e reparação de imóveis e gestão imobiliária.

Apesar do assinalável incremento das actividades da Instituição, o QUINQUÉNIO 2013/2017 apresenta quanto à estrutura de recursos a seguinte expressão:

ESTRUTURA ORGÂNICA - QUINQUÉNIO 2013/2017					
	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores por conta de outrem	31	32	36	40	43
Profissionais independentes / Sociedades	10	11	11	12	8
Total de colaboradores/independentes	41	43	47	52	51

Em 2017, os custos com a referida estrutura orgânica foram os seguintes:

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM - (Sede)		
Remunerações certas com pessoal	765.919,39 €	
Subsídios de férias e de Natal	63.340,87 €	
Trabalho extraordinário	35.715,33 €	
Isenção de horário de trabalho	25.074,65 €	
Abonos para falhas	1.035,47 €	
Subsídio de alimentação	54.750,12 €	
Passe social	1.508,20 €	
Refeições funcionários	664,11 €	
Segurança social - regime geral	200.445,91 €	
Outros custos com o pessoal	34.731,50 €	
Transportes de pessoal	294,70 €	
Deslocações e representação Funcionários	18.391,18 €	1.201.871,43 €
TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM - (Postos médicos)		
Remunerações base do pessoal	35.325,74 €	
Subsídios de férias e de Natal	5.988,48 €	
Subsídio de alimentação	4.752,94 €	
Segurança social - regime geral	9.573,42 €	55.640,58 €
TOTAL		1.257.512,01 €

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and a circular stamp.

4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

No EXERCÍCIO DE 2017 o crescimento e a dinâmica administrativa da CPAS exprimiram-se nos indicadores de actividade dos diversos núcleos funcionais que adiante se expressam.

A CPAS recebeu 48.363 documentos que registou, tratou, arquivou e/ou digitalizou, entre os quais 27.622 foram recebidos por correio electrónico e 912 através do Portal do Beneficiário.

Processaram-se e contabilizaram-se 2.648 cheques e 1.120 vales recebidos por via postal.

Àqueles valores acresceram os pagamentos diários efectuados directamente na sede, em moeda, cheque e através de pagamento electrónico em terminal de multibanco.

Foram expedidas 441.148 cartas, o que representou um custo de 177.468,44 Euros.

Durante o EXERCÍCIO DE 2017, 2.918 Beneficiários aderiram ao serviço de correspondência com a CPAS através de correio electrónico, totalizando no final do ano 17.915 aderentes entre os Beneficiários activos.

A CPAS remeteu, durante o ano de 2017, 665.322 e-mails a Beneficiários e manteve o esforço de sensibilização no sentido da adesão àquela forma de comunicação.

No final do ano de 2017, o total de Beneficiários registados no Portal do Beneficiário era de 29.396.

DEPARTAMENTO DE INSCRIÇÕES E BENEFÍCIOS

No que respeita a Benefícios, o Departamento de Inscrições e Benefícios analisou, instruiu e despachou o conjunto de processos relativos a benefícios discriminado no quadro seguinte:

TIPO DE BENEFÍCIO	2017	
	DEFERIDO	INDEFERIDO
Benefícios de nascimento	914	33
Benefícios de maternidade	517	16
Comparticipações por internamento hospitalar		
- Por maternidade	205	3
- Por doença	549	25
Benefícios de apoio à recuperação	313	58
Assistência médica e medicamentosa	227	0
Subsídios por morte	113	1
Comparticipações nas despesas de funeral	136	0
Total de benefícios e participações	2974	136

4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

DEPARTAMENTO DE PENSÕES

O Departamento de Pensões da CPAS analisou, instruiu e despachou o número de processos relativos a pensões e subsídios discriminados no quadro seguinte:

TIPO DE PENSÃO OU SUBSÍDIO	2017
	DEFERIDO
Pensões de reforma	319
Subsídios de invalidez	17
Subsídios de sobrevivência	130
Subsídios de assistência	27
Bolsas de estudo	3
Total de pensões e subsídios	496

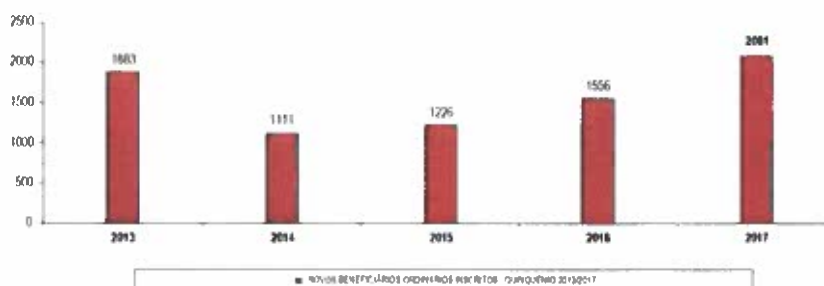
5. BENEFICIÁRIOS

MOVIMENTO DE BENEFICIÁRIOS

INSCRIÇÕES ORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO de 2017 inscreveram-se 2.081 novos Beneficiários ordinários conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	NOVAS INSCRIÇÕES	INSCRIÇÕES ORDINÁRIAS			
		VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NOANO	NOQUINQUÊNIO	NOANO	NOQUINQUÊNIO
2013	1.883				
2014	1.111	- 772		- 41,00%	
2015	1.226	+ 115		+ 10,35%	
2016	1.556	+ 330		+ 26,92%	
2017	2.081	+ 525	+ 198	+ 33,74%	+ 10,52%



25

INSCRIÇÕES DE ESTAGIÁRIOS

O Regulamento da CPAS estipula que logo que os estagiários (Advogados e Solicitadores/Agentes de Execução) se inscrevam nas respectivas ordens profissionais ficam obrigatoriamente inscritos na CPAS, como Beneficiários. Esta estipulação legal não vinha sendo observada desde 2015, por razões alheias à CPAS.

Em 2017, reuniram-se as condições necessárias para que aquela estipulação fosse cumprida tendo sido registada a inscrição de 3.429 estagiários, dos quais 1.317 com pagamento de contribuições e 2.112 sem pagamento de contribuições.

Sem prejuízo desta obrigação legal de inscrição, os estagiários apenas ficam obrigados a contribuir para a CPAS na segunda metade do período programático do estágio e (apenas e só) se no decurso de tal período procederem à entrega da declaração de início de actividade para efeitos fiscais.

No final de 2017, 2.128 Beneficiários estagiários não tinham pagamento de contribuições e 1.367 encontravam-se a contribuir.

5. BENEFICIÁRIOS

É importante enfatizar que o esforço contributivo dos Beneficiários estagiários é altamente valorizado pelo regime actualmente em aplicação, pelo que se tem como conveniente que, mesmo voluntariamente, estes Beneficiários iniciem o seu percurso contributivo o mais cedo possível.

Por um lado, com o pagamento de contribuições os Beneficiários em causa ficam imediatamente abrangidos por um (o seu) regime de protecção social, dando início a uma carreira contributiva que lhes dará acesso a uma pensão de reforma.

Por outro lado, decorrido 1 ano de contribuições, os Beneficiários acedem ao leque de benefícios imediatos que o regime também comporta, como, por exemplo, o benefício de nascimento, a comparticipação nas despesas de internamento hospitalar ou o apoio à recuperação por internamento hospitalar.

SUSPENSÕES PROVISÓRIAS DOS EFEITOS DA INSCRIÇÃO

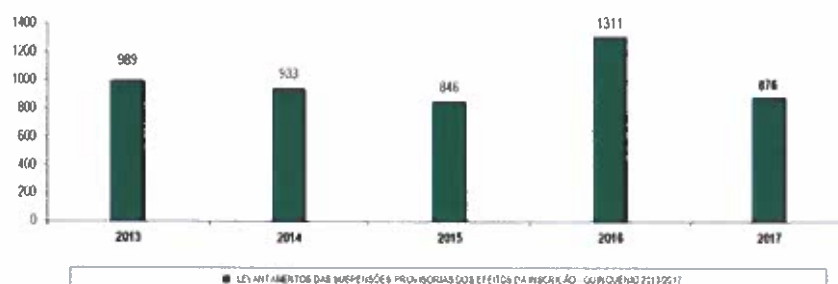
Com a entrada em vigor em 1 de Julho de 2015 do novo Regulamento da CPAS extinguiu-se a faculdade de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade.

No EXERCÍCIO DE 2017, chegaram ao termo do período de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade 876 Beneficiários. Permanecem ainda em período de suspensão provisória 452 Beneficiários.

LEVANTAMENTO DAS SUSPENSÕES PROVISÓRIAS DOS EFEITOS DA INSCRIÇÃO

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de levantamentos da suspensão provisória dos efeitos da inscrição foi de 876, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

LEVANTAMENTO DAS SUSPENSÕES PROVISÓRIAS DOS EFEITOS DA INSCRIÇÃO					
ANO	LEVANTAMENTOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	989				
2014	933	- 56		- 5,66%	
2015	846	- 87		- 9,32%	
2016	1.311	+ 465		+ 54,96%	
2017	876	- 435	- 113	- 33,18%	-11,43%

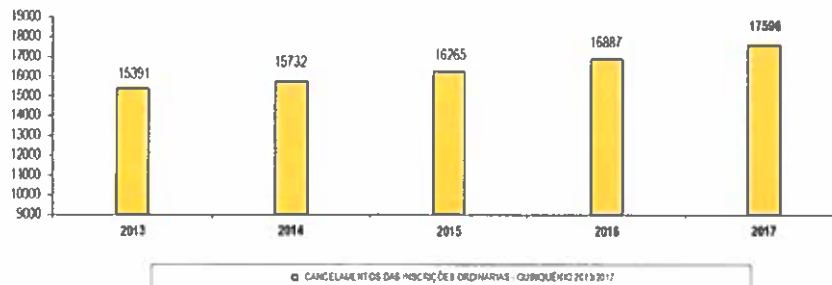


5. BENEFICIÁRIOS

CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES ORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO DE 2017, o cômputo de situações de cancelamento da inscrição ordinária foi de mais 709 relativamente a 2016, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES ORDINÁRIAS					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	15.391				
2014	15.732	+ 341		+ 2,22%	
2015	16.265	+ 533		+ 3,39%	
2016	16.887	+ 622		+ 3,82%	
2017	17.596	+ 709	+ 2.205	+ 4,20%	+ 14,33%



27

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de Beneficiários com inscrição ordinária sem pagamento de contribuições foi de 18.048, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	BENEFICIÁRIOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	18.142				
2014	18.518	+ 376		+ 2,07%	
2015	18.792	+ 274		+ 1,48%	
2016	18.215	- 577		- 3,07%	
2017	18.048	- 167	- 94	- 0,92%	- 0,52%

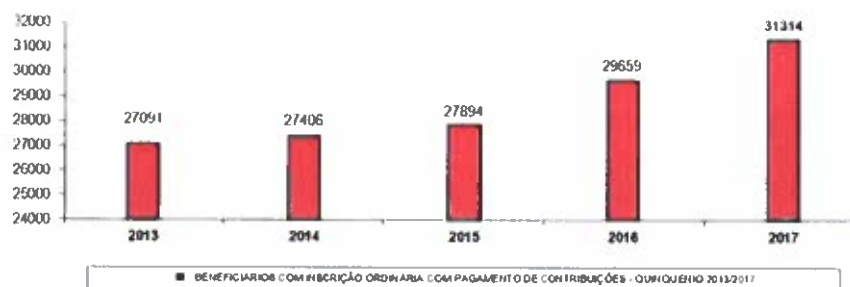


5. BENEFICIÁRIOS

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de Beneficiários com inscrição ordinária com pagamento de contribuições foi de 31.314, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	BENEFICIÁRIOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	27.091				
2014	27.406	+ 315		+ 1,16%	
2015	27.894	+ 488		+ 1,78%	
2016	29.659	+ 1.765		+ 6,33%	
2017	31.314	+ 1.655	+ 4.223	+ 5,58%	+ 15,59%



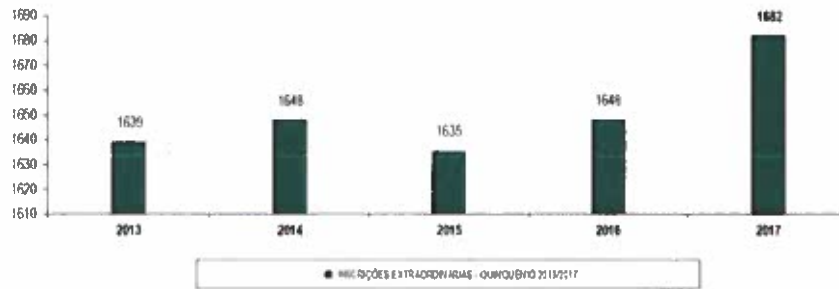
28

INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de inscrições extraordinárias foi de 1.682, mais 34 do que em 2016, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	1.639				
2014	1.648	+ 9		+ 0,55%	
2015	1.635	- 13		- 0,79%	
2016	1.648	+ 13		+ 0,80%	
2017	1.682	+ 34	+ 43	+ 2,06%	+ 2,62%

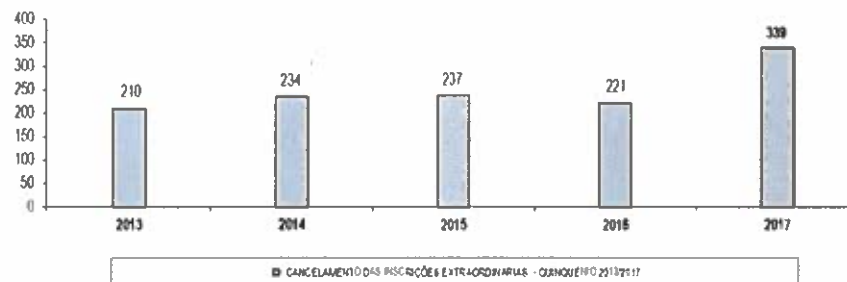
5. BENEFICIÁRIOS



CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO DE 2017, verificaram-se mais 118 situações de cancelamento da inscrição extraordinária relativamente ao ano anterior, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	210				
2014	234	+ 24		+ 11,43%	
2015	237	+ 3		+ 1,28%	
2016	221	-16		- 6,75%	
2017	339	+ 118	+ 129	+ 53,39%	+ 61,43%



REFORMADOS

Com a entrada em vigor em 1 de Julho de 2015 do novo Regulamento da CPAS, cessou a obrigação de contribuir para o Sistema após a reforma [artigo 79.º, nº 4].

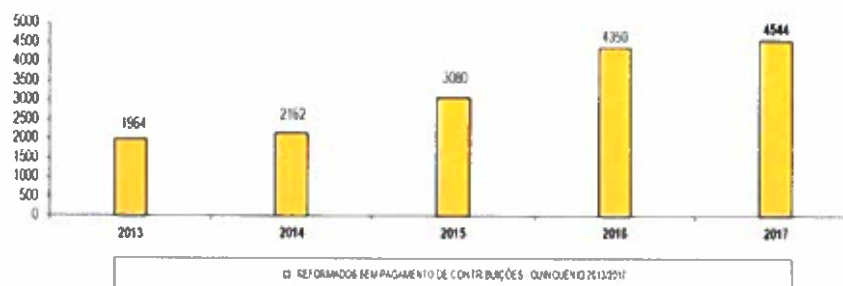
Os Beneficiários reformados que em 01.07.2015 se encontravam a pagar contribuições, puderam continuar a fazê-lo no decurso de 12 meses após a atribuição da última melhoria à pensão de reforma [artigo 105.º]. No final de 2017 não existia nenhum reformado com pagamento de contribuições.

5. BENEFICIÁRIOS

REFORMADOS SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de Beneficiários reformados sem pagamento de contribuições foi de 4.544, mais 194 relativamente a 2016, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

REFORMADOS SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	1.964				
2014	2.162	+ 198		+ 10,08%	
2015	3.080	+ 918		+ 42,46%	
2016	4.350	+ 1.270		+ 41,23%	
2017	4.544	+ 194	+ 2.580	+ 4,46%	+ 131,36%

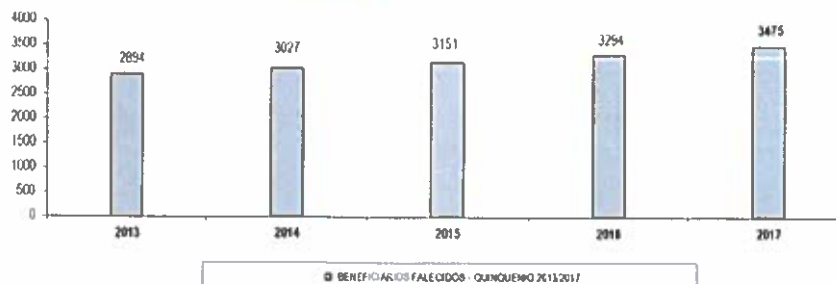


30

FALECIDOS

Em 2017 faleceram 181 Beneficiários, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS FALECIDOS					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	2.894				
2014	3.027	+ 133		+ 4,60%	
2015	3.151	+ 124		+ 4,10%	
2016	3.294	+ 143		+ 4,54%	
2017	3.475	+ 181	+ 581	+ 5,49%	+ 20,08%



5. BENEFICIÁRIOS

O número de Beneficiários falecidos deve ser analisado em sede de impacto na entrada de contribuições e, bem assim, no que concerne aos efeitos nos custos com pensões.

Se os Beneficiários falecidos, à data do óbito, se encontravam a contribuir, o fenómeno morte gera um impacto redutor na entrada de contribuições.

Dos 181 Beneficiários falecidos no exercício findo, 41 eram contribuintes. Dos 140 não contribuintes, 133 eram reformados ou subsidiados.

No que se refere aos custos com pensões, o número de Beneficiários falecidos provoca efeitos diferentes, havendo que distinguir, entre os Beneficiários falecidos, os que se encontravam em situação de reforma dos que não se encontravam reformados.

O falecimento de Beneficiários reformados não representa uma extinção ou anulação das despesas sociais correspondentes ao valor total das pensões de reforma que se extinguem pela morte, isto porque normalmente a pensão de reforma reverte para o cônjuge e/ou filhos e/ou ascendentes, neste último caso até à entrada em vigor do novo Regulamento, gerando subsídios de sobrevivência de valor entre o mínimo de 30% e o máximo de 90% da pensão de reforma ou entre o mínimo de 10% e o máximo de 90% da pensão de reforma, conforme se trate de subsídios atribuídos antes ou após a entrada em vigor das regras estatuídas no novo Regulamento.

Por seu turno, em sede de custos sociais com pensões, o falecimento de Beneficiários não reformados não tem um efeito inerte. Na realidade, no caso de morte dos Beneficiários que tenham completado 70 anos de idade, ainda que não reformados, ou que tenham 10 anos de inscrição na Caixa, poderão os seus familiares requerer a atribuição do subsídio de sobrevivência.

SÍNTESE DO MOVIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017

A síntese do movimento de Beneficiários, no EXERCÍCIO DE 2017, é a que adiante se expressa:

Inscrições de novos Beneficiários	2.081
Falecidos	181
Beneficiários com inscrição ordinária cancelada	17.596
Beneficiários com inscrição ordinária com pagamento de contribuições	31.314
Beneficiários com inscrição ordinária sem pagamento de contribuições	18.048
Beneficiários com inscrição extraordinária	1.682
Beneficiários com inscrição extraordinária cancelada	339
Beneficiários reformados com pagamento de contribuições	4.544

CENÁRIO DOS BENEFICIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O peso relativo de Beneficiários não contribuintes e contribuintes, no universo global de Beneficiários inscritos no termo do EXERCÍCIO DE 2017, é o que adiante se expressa:

BENEFICIÁRIOS NÃO CONTRIBUINTES	25.059	42,17%
BENEFICIÁRIOS CONTRIBUINTES	34.363	57,83%
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	59.422	100,00%

5. BENEFICIÁRIOS

SITUAÇÃO	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Beneficiários inscritos	53.385	54.596	55.831	57.387	62.897
Beneficiários falecidos	- 2.894	- 3.027	- 3.151	- 3.294	- 3.475
Beneficiários vivos	50.491	51.569	52.680	54.093	59.422
BENEFICIÁRIOS INSCRITOS NÃO CONTRIBUINTES					
Beneficiários com suspensão provisória dos efeitos da inscrição	2.751	2.786	2.527	1.328	452
Beneficiários ordinários cancelados	15.391	15.732	16.265	16.887	17.596
Beneficiários extraordinários cancelados	210	234	237	221	339
Beneficiários estagiários					2.128
Beneficiários reformados sem pagamento de contribuições	1.964	2.162	3.080	4.350	4.544
Total de Beneficiários sem pagamento de contribuições	20.316	20.914	22.109	22.786	25.059
BENEFICIÁRIOS INSCRITOS CONTRIBUINTES					
Beneficiários com inscrição ordinária	27.091	27.406	27.894	29.659	31.314
Beneficiários com inscrição extraordinária	1.639	1.648	1.635	1.648	1.682
Beneficiários estagiários					1.367
Beneficiários reformados com pagamento de contribuições	1.445	1.601	1.042	0	0
Total de Beneficiários com pagamento de contribuições	30.175	30.655	30.571	31.307	34.363

Foi esta base contributiva de 34.363 Beneficiários que suportou os custos de 5.883 pensionistas de reforma e de titulares de subsídios de invalidez e de sobrevivência, o que representa uma relação de 5,841 contribuintes para um pensionista/subsidiado.

Se considerarmos, para efeitos de cálculo do número de contribuintes por pensionista, uma base contributiva que não inclua os estagiários com pagamento de contribuições no total de 32.996 Beneficiários contribuintes, a relação de contribuintes para um pensionista/subsidiado é de 5,609.

Tomando em conta que existem 4.356 pensionistas de reforma, a relação, neste caso, é de 7,575 contribuintes para um pensionista de reforma.

No que concerne à relação contribuintes/pensionistas e subsidiados, o QUINQUÊNIO 2013/2017 apresenta a seguinte expressão de evolução:

RELAÇÃO CONTRIBUINTES/PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS				
ANO	UNIVERSO DE CONTRIBUINTES	UNIVERSO DE PENSIONISTAS	PERCENTAGEM PENSIONISTAS VERSUS CONTRIBUINTES	NÚMERO DE CONTRIBUINTES POR PENSIONISTA
2013	28.730	4.609	16,04%	6,233
2014	29.054	4.959	17,07%	5,859
2015	29.529	5.345	18,10%	5,525
2016	31.307	5.623	17,96%	5,568
2017	32.996	5.883	17,83%	5,609

5. BENEFICIÁRIOS

A relação entre o número de contribuintes e o número de pensionistas e subsidiados e a relação entre novos contribuintes e novos pensionistas revela no mesmo quinquênio a seguinte variação:

RELAÇÃO CONTRIBUINTES / PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS					
ANO	CONTRIBUINTES		PENSIONISTAS		NÚMERO DE NOVOS CONTRIBUINTES POR NOVO PENSIONISTA
	NÚMERO	VARIAÇÃO	NÚMERO	VARIAÇÃO	
2013	28.730	+ 640	4.609	+ 316	2,025 / 1 pensionista
2014	29.054	+ 324	4.959	+ 350	0,926 / 1 pensionista
2015	29.529	+ 475	5.345	+ 386	1,231 / 1 pensionista
2016	31.307	+ 1.778	5.623	+ 278	6,396 / 1 pensionista
2017	32.996	+ 1.689	5.883	+ 260	6,496 / 1 pensionista

A situação no final do EXERCÍCIO DE 2017 apresentava resumidamente a seguinte expressão:

Beneficiários inscritos	59.422
Beneficiários inscritos contribuintes	34.363
Beneficiários inscritos contribuintes (não incluindo estagiários)	32.996
Beneficiários pensionistas e subsidiados:	5.883
Reforma	4.356
Invalidez	122
Sobrevivência	1.405

5. BENEFICIÁRIOS

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS

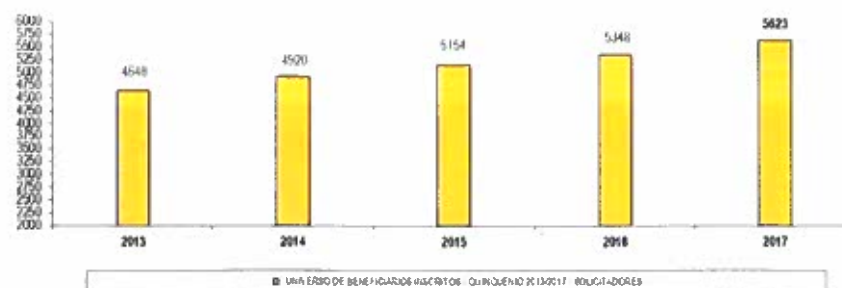
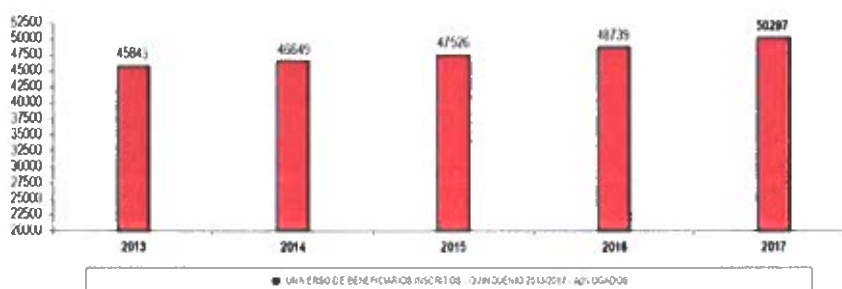
REPARTIÇÃO POR PROFISSÃO

No EXERCÍCIO DE 2017, o universo de Beneficiários repartia-se entre Advogados e Solicitadores em conformidade com o que adiante se expressa:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS – REPARTIÇÃO POR PROFISSÃO		
Beneficiários inscritos	59.422	
Advogados	50.297	84,64%
Estagiários - Advogados	2.984	5,02%
Solicitadores	5.623	9,46%
Estagiários - Solicitadores	511	0,86%
Outras profissões jurídicas	7	0,01%

No quinquênio e quanto a esta matéria, o universo dos Beneficiários inscritos apresenta a seguinte expressão:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS										
ANO	ADVOGADOS					SOLICITADORES				
	NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO		NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	45.843					4.648				
2014	46.649	+ 806		+ 1,76%		4.920	+ 272		+ 5,85%	
2015	47.526	+ 877		+ 1,88%		5.154	+ 234		+ 4,76%	
2016	48.739	+ 1.213		+ 2,55%		5.348	+ 194		+ 3,76%	
2017	50.297	+ 1.558	+ 4.454	+ 3,20%	+ 9,72%	5.623	+ 275	+ 975	+ 5,14%	+ 20,98%



5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO POR GÊNERO

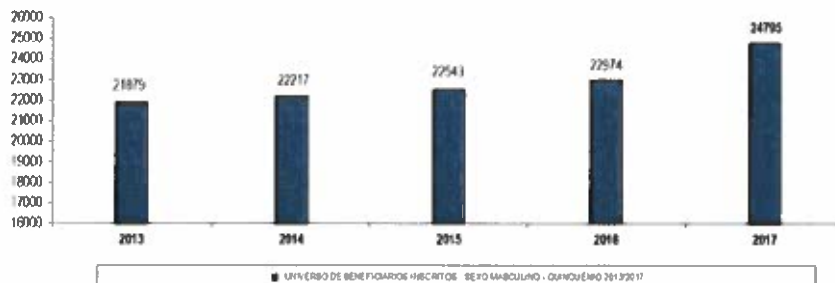
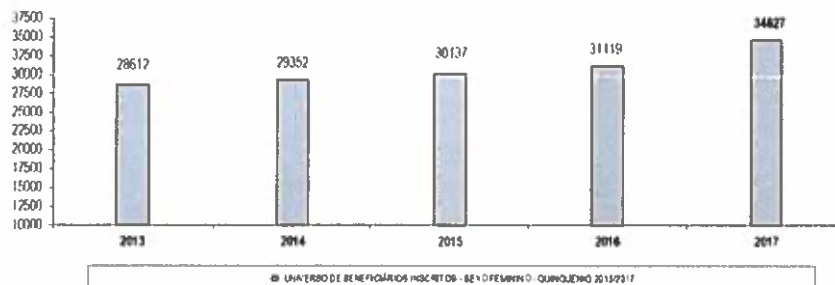
No EXERCÍCIO DE 2017, o universo de Beneficiários inscritos repartiu-se por gênero em conformidade com o que adiante se expressa:

Beneficiários inscritos	59.422	
Mulheres	34.627	58,27%
Homens	24.795	41,73%

No quinquênio e quanto a esta matéria, o universo dos Beneficiários inscritos apresenta a seguinte expressão:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS										
ANO	MULHERES					HOMENS				
	NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO		NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	28.612					21.879				
2014	29.352	+ 740		+ 2,59%		22.217	+ 338		+ 1,54%	
2015	30.137	+ 785		+ 2,67%		22.543	+ 326		+ 1,47%	
2016	31.119	+ 982		+ 3,26%		22.974	+ 431		+ 1,91%	
2017	34.627	+ 3.508	+ 6.015	+ 11,27%	+ 21,02%	24.795	+ 1.821	+ 2.916	+ 7,93%	+ 13,33%

35

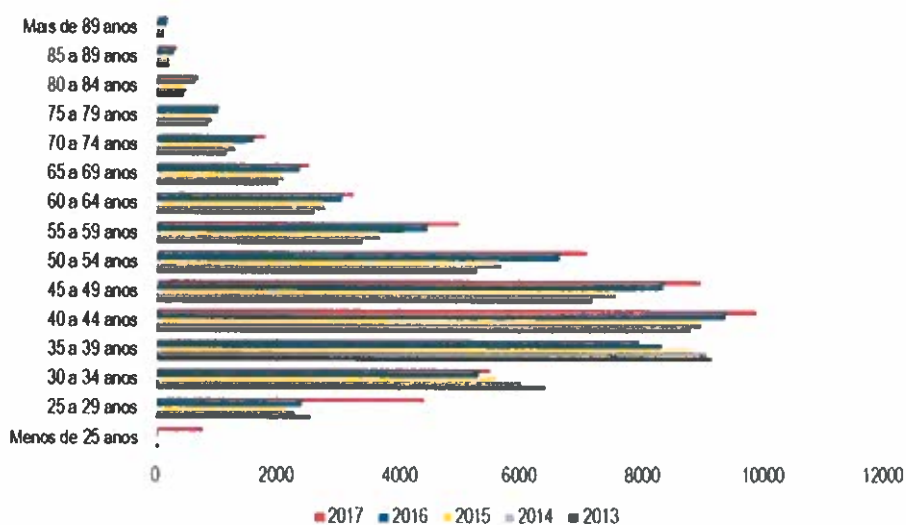


5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

No universo de Beneficiários inscritos, a repartição por Escalão Etário evoluiu no QUINQUÉNIO 2013/2017, em conformidade com o que adiante se expressa:

ESCALÃO ETÁRIO	UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS				
	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Menos de 25 anos	54	44	39	38	771
25 a 29 anos	2.578	2.326	2.201	2.399	4.394
30 a 34 anos	6.437	6.047	5.600	5.300	5.508
35 a 39 anos	9.179	9.079	8.847	8.322	7.960
40 a 44 anos	8.818	9.006	9.231	9.394	9.903
45 a 49 anos	7.196	7.592	7.884	8.348	8.963
50 a 54 anos	5.291	5.713	6.204	6.654	7.099
55 a 59 anos	3.401	3.679	4.056	4.447	4.981
60 a 64 anos	2.628	2.797	2.905	3.067	3.247
65 a 69 anos	2.037	2.124	2.252	2.371	2.524
70 a 74 anos	1.176	1.315	1.462	1.613	1.817
75 a 79 anos	872	932	976	1.018	1.029
80 a 84 anos	465	515	575	644	699
85 a 89 anos	223	241	267	296	331
Mais de 89 anos	136	159	181	182	196
TOTAL	50.491	51.569	52.680	54.093	54.093



REPARTIÇÃO DO UNIVERSO DE CONTRIBUÍNTES POR ESCALÃO CONTRIBUTIVO

Com a entrada em vigor do novo Regulamento da CPAS foram introduzidas as seguintes alterações ao quadro de escalões contributivos:

- Criação de oito novos escalões contributivos, com o objectivo de:
 - Possibilitar aos Beneficiários da CPAS um leque de opções mais alargado, mediante a introdução de cinco novos escalões correspondentes a grupos de remunerações convencionais intermédias inexistentes no anterior regulamento (10.º, 12.º, 14.º, 16.º e 17.º escalões);

5. BENEFICIÁRIOS

- o Criar três escalões iniciais que variam, em termos de base contributiva, entre 25% e 75% da remuneração mínima mensal garantida (RMMG): o 1.º escalão, aplicável aos advogados estagiários e aos associados estagiários da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (OSAE); o 2.º escalão, aplicável até ao fim do primeiro ano civil após a inscrição como advogado ou associado da OSAE; o 3.º escalão, aplicável até ao fim do segundo ano civil após a inscrição como advogado ou associado da OSAE.

No EXERCÍCIO de 2017, as contribuições foram calculadas pela aplicação da taxa de 19% a uma remuneração convencional, de entre escalões indexados à RMMG fixada em 557,00 Euros (DECRETO-LEI n.º 86-B/2016, de 29 de Dezembro), em conformidade com o que adiante se expressa:

QUADRO ESCALÕES CONTRIBUTIVOS EM 2017		
ESCALÃO RCPAS 1994	ESCALÃO NOVO RCPAS	CONTRIBUIÇÃO MENSAL
	1.º ESCALÃO	26,46 €
	2.º ESCALÃO	52,92 €
	3.º ESCALÃO	79,37 €
1.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO	105,83 €
2.º ESCALÃO	5.º ESCALÃO	211,66 €
3.º ESCALÃO	6.º ESCALÃO	317,49 €
4.º ESCALÃO	7.º ESCALÃO	423,32 €
5.º ESCALÃO	8.º ESCALÃO	529,15 €
6.º ESCALÃO	9.º ESCALÃO	634,98 €
	10.º ESCALÃO	740,81 €
7.º ESCALÃO	11.º ESCALÃO	846,64 €
	12.º ESCALÃO	952,47 €
8.º ESCALÃO	13.º ESCALÃO	1.058,30 €
	14.º ESCALÃO	1.164,13 €
9.º ESCALÃO	15.º ESCALÃO	1.269,96 €
	16.º ESCALÃO	1.375,79 €
	17.º ESCALÃO	1.481,62 €
10.º ESCALÃO	18.º ESCALÃO	1.587,45 €

37

A repartição do universo de contribuintes por escalão contributivo evoluiu no QUINQUÉNIO 2013/2017, em conformidade com o que adiante se expressa:

		UNIVERSO DE CONTRIBUINTES				
ESCALÃO RCPAS 1994	ESCALÃO NOVO RCPAS	ANO				
		2013	2014	2015	2016	2017
	1.º ESCALÃO			10	53	1.346
	2.º ESCALÃO			616	1.941	2.913
	3.º ESCALÃO			63	80	850
1.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO	6.259	6.602	3.328	2.557	1.967
2.º ESCALÃO	5.º ESCALÃO	15.750	16.403	19.620	20.348	21.493
3.º ESCALÃO	6.º ESCALÃO	4.970	4.612	4.206	3.874	3.632
4.º ESCALÃO	7.º ESCALÃO	928	924	932	903	835
5.º ESCALÃO	8.º ESCALÃO	636	609	584	524	473
6.º ESCALÃO	9.º ESCALÃO	489	488	404	351	312
	10.º ESCALÃO			30	68	57
7.º ESCALÃO	11.º ESCALÃO	349	333	259	191	154
	12.º ESCALÃO			17	36	32
8.º ESCALÃO	13.º ESCALÃO	247	231	174	117	93
	14.º ESCALÃO			2	11	8
9.º ESCALÃO	15.º ESCALÃO	162	129	107	92	77
	16.º ESCALÃO			2	4	6
	17.º ESCALÃO			2	3	2
10.º ESCALÃO	18.º ESCALÃO	385	324	215	154	113
TOTAL		30.175	30.655	30.571	31.307	34.363

5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO DOS ESCALÕES ETÁRIOS DO UNIVERSO DE CONTRIBUINTES POR ESCALÃO CONTRIBUTIVO

No EXERCÍCIO DE 2017, os diversos escalões etários do universo de Beneficiários contribuintes repartiram-se pelas opções de escalão contributivo, em conformidade com o que adiante se expressa:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS CONTRIBUINTES																			
OPÇÕES CONTRIBUTIVAS - 2017																			
ESCALÃO ETÁRIO	ESCALÃO																		TOTAL
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	13.º	14.º	15.º	16.º	17.º	18.º	
Menos de 25	236	69	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	306
25 a 29 anos	628	1.524	369	192	157	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.873
30 a 34 anos	160	506	255	385	2.609	20	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.938
35 a 39 anos	93	274	73	278	4.516	241	36	14	7	1	0	1	1	0	0	0	0	1	5.538
40 a 44 anos	74	233	66	323	5.031	604	121	45	23	2	1	4	1	0	1	0	0	0	6.529
45 a 49 anos	41	136	36	280	4.032	836	159	63	30	4	18	6	13	0	6	0	0	11	5.671
50 a 54 anos	46	80	20	231	2.532	773	212	129	74	16	44	10	17	1	22	2	0	22	4.231
55 a 59 anos	28	45	16	158	1.583	637	178	114	105	29	48	9	33	7	22	3	2	34	3.051
60 a 64 anos	19	28	10	88	753	351	107	80	66	5	34	2	26	0	21	1	0	43	1.634
65 a 69 anos	15	12	2	25	183	107	16	23	8	0	7	0	2	0	5	0	0	2	405
70 a 74 anos	3	5	3	6	77	36	2	3	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	138
75 a 79 anos	2	0	0	0	14	14	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33
80 a 84 anos	0	1	0	1	1	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
85 a 89 anos	1	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Mais de 89 anos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	1.346	2.913	850	1.967	21.492	3.632	835	473	312	57	154	32	93	8	77	6	2	113	34.363

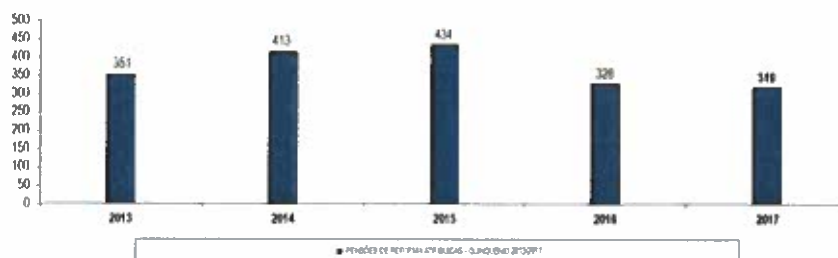
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

PENSÕES DE REFORMA

PENSÕES ATRIBUÍDAS

No EXERCÍCIO DE 2017 o número de pensões de reforma atribuídas foi de 319, sendo 198 pensões de reforma por idade [65 anos de idade e pelo menos 15 anos de carreira contributiva], 108 pensões de reforma por anos de profissão [60 anos de idade e pelo menos 36 anos de carreira contributiva], 10 pensões de reforma por conversão de subsídios de invalidez e 3 pensões de reforma por invalidez, em conformidade com o que adiante se expressa:

PENSÕES DE REFORMA					
ANO	PENSÕES ATRIBUÍDAS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	351				
2014	413	+ 62		+ 17,66%	
2015	434	+ 21		+ 5,08%	
2016	328	- 106		- 24,42%	
2017	319	- 9	- 32	- 2,74%	- 9,12%



39

PENSIONISTAS DE REFORMA

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de pensionistas de reforma falecidos foi de 130, em conformidade com o que adiante se expressa:

Beneficiários falecidos com pensão de reforma por idade	91
Beneficiários falecidos com pensão de reforma por anos de profissão	20
Beneficiários falecidos com pensão de reforma reduzida	0
Beneficiários falecidos com pensão de reforma por antecipação	14
Beneficiários falecidos com reforma por conversão de subsídios de invalidez em pensão de reforma	4
Beneficiários falecidos com reforma por invalidez	1
PENSIONISTAS DE REFORMA FALECIDOS NO EXERCÍCIO DE 2017	130

Assim, no final do EXERCÍCIO DE 2017, o total de pensionistas de reforma passou a ser de 4.356, em conformidade com o que adiante se expressa:

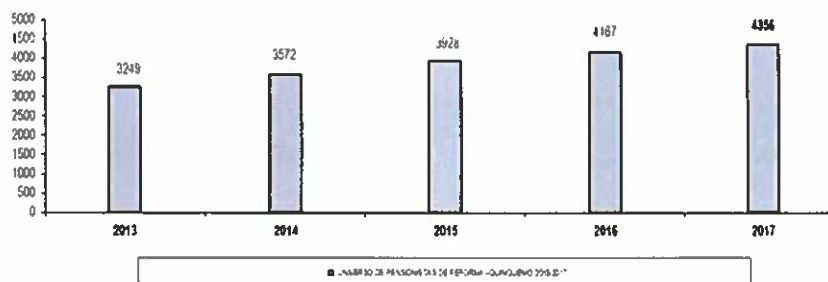
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

PENSIONISTAS DE REFORMA	TOTAL EM 31/12/2016	PENSÕES ATRIBUÍDAS EM 2017	FALECIDOS EM 2017	TOTAL EM 31/12/2017 *
PENSÕES DE REFORMA POR IDADE [65 anos de idade e 15 anos de carreira contributiva]	2.945	+ 198	- 91	3.052
PENSÕES DE REFORMA POR ANOS DE PROFISSÃO [60 anos de idade e 36 anos de carreira contributiva]	1.038	+ 108	- 20	1.126
PENSÕES DE REFORMA REDUZIDA [ARTIGO 20.º da PORTARIA N.º 487/83, de 27 de Abril]	2	0	- 0	2
PENSÕES DE REFORMA POR ANTECIPAÇÃO [ARTIGO 22.º da PORTARIA N.º 487/83, de 27 de Abril]	32	0	- 14	18
PENSÕES DE REFORMA POR CONVERSÃO DE SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ EM PENSÃO DE REFORMA	150	+ 10	- 4	156
PENSÕES DE REFORMA POR INVALIDEZ	0	+ 3	- 1	2
TOTAL DE PENSIONISTAS DE REFORMA	4.167	+ 319	- 130	4.356

(*) - No relatório actuarial o número total de pensionistas é de 4.356, a diferença diz respeito a 2 Beneficiários a quem foi atribuída pensão de reforma com efeitos a 2017 mas que tinham o pagamento da mesma suspenso por não estar ainda entregue toda a documentação para finalização do processo.

No que respeita à evolução do universo de pensionistas de reforma, a evolução quinquenal comportou-se em conformidade com o que adiante se expressa:

UNIVERSO DE PENSIONISTAS DE REFORMA					
ANO	TOTAL DE PENSIONISTAS DE REFORMA	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	3.249				
2014	3.572	+ 323		+ 9,94%	
2015	3.928	+ 356		+ 9,97%	
2016	4.167	+ 239		+ 6,08%	
2017	4.356	+ 189	+ 1.107	+ 4,54%	+ 34,07%



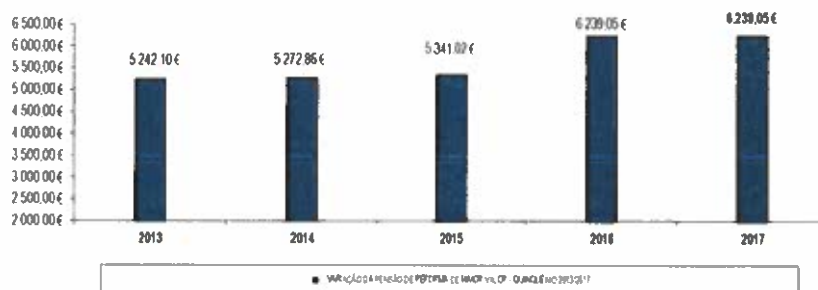
Sublinha-se que não foi apenas o número de pensões de reforma atribuídas em cada exercício que variou e o universo de pensionistas de reforma que cresceu, mas foi também o montante mensal das pensões de reforma que evoluiu.

No EXERCÍCIO DE 2017 a pensão de reforma de maior valor foi de 6.239,05 Euros/mês.

Em relação a esta matéria evidencia-se a evolução das pensões de reforma de maior valor mensal no quinquénio, conforme adiante se expressa:

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

PENSÕES DE REFORMA DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	5.242,10 €				
2014	5.272,86 €	+ 30,76 €		+ 0,59%	
2015	5.341,02 €	+ 68,16 €		+ 1,29%	
2016	6.239,05 €	+ 898,03 €		+ 16,81%	
2017	6.239,05 €	0,00 €	+ 996,95 €	+ 0,00%	+ 19,02%



Também o custo total das pensões de reforma aumentou, tendo atingido no EXERCÍCIO DE 2017 o montante de 87.514.121,44 Euros, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTO TOTAL DAS PENSÕES DE REFORMA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	52.775.590,99 €				
2014	63.733.171,22 €	+ 10.957.580,23 €		+ 20,76%	
2015	74.537.071,58 €	+ 10.803.900,36 €		+ 16,95%	
2016	82.205.614,83 €	+ 7.668.543,25 €		+ 10,29%	
2017	87.514.121,44 €	+ 5.308.506,61 €	+ 34.738.530,45 €	+ 6,46%	+ 65,82%



O custo total das pensões de reforma pagas em 2017 foi, pois, de 87.514.121,44 Euros, o que representa um incremento de 5.308.506,61 Euros no ano e um acréscimo de 34.738.530,45 Euros no quinquênio.

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

A distribuição do número de pensionistas de reforma pelos diversos níveis de valor da pensão de reforma teve a seguinte evolução no QUINQUÊNIO 2013/2017:

INTERVALOS	PENSIONISTAS DE REFORMA									
	2013		2014		2015		2016		2017	
Entre 0,00 € e 500,00 €	900	27,70%	898	25,14%	908	23,11%	959	23,01%	993	22,80%
Entre 500,01 € e 750,00 €	592	18,22%	595	16,66%	626	15,94%	636	15,26%	648	14,88%
Entre 750,01 € e 1000,00 €	436	13,42%	469	13,13%	511	13,01%	544	13,05%	559	12,83%
Entre 1000,01 € e 1.250,00 €	311	9,57%	345	9,66%	380	9,67%	390	9,36%	416	9,55%
Entre 1.250,01 € e 1.500,00 €	185	5,69%	215	6,02%	233	5,93%	256	6,14%	263	6,04%
Entre 1.500,01 € e 1.750,00 €	135	4,16%	160	4,48%	185	4,71%	199	4,78%	210	4,82%
Entre 1.750,01 € e 2.000,00 €	92	2,83%	112	3,14%	140	3,56%	157	3,77%	166	3,81%
Entre 2.000,01 € e 2.250,00 €	85	2,62%	111	3,11%	124	3,16%	125	3,00%	138	3,17%
Entre 2.250,01 € e 2.500,00 €	56	1,72%	78	2,18%	93	2,37%	105	2,52%	119	2,73%
Entre 2.500,01 € e 2.750,00 €	50	1,54%	72	2,02%	86	2,19%	99	2,38%	104	2,39%
Entre 2.750,01 € e 3.000,00 €	56	1,72%	73	2,04%	92	2,34%	95	2,28%	100	2,30%
Entre 3.000,01 € e 3.250,00 €	57	1,75%	71	1,99%	80	2,04%	92	2,21%	104	2,39%
Entre 3.250,01 € e 3.500,00 €	45	1,39%	48	1,34%	70	1,78%	74	1,78%	78	1,79%
Entre 3.500,01 € e 3.750,00 €	58	1,79%	70	1,96%	85	2,16%	90	2,16%	96	2,20%
Entre 3.750,01 € e 4.000,00 €	56	1,72%	65	1,82%	69	1,76%	73	1,75%	77	1,77%
Entre 4.000,01 € e 5.000,00 €	135	4,15%	190	5,33%	246	6,27%	273	6,55%	285	6,54%
TOTAL	3.249	100,00%	3.572	100,00%	3.928	100,00%	4.167	100,00%	4.356	100,00%

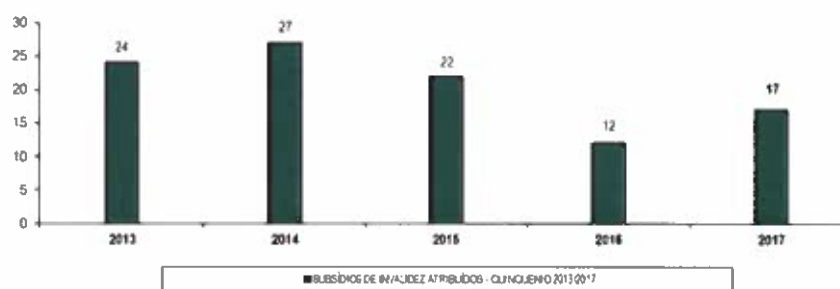
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídos 17 novos subsídios de invalidez, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ			
		VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	24				
2014	27	+ 3		+ 12,50%	
2015	22	- 5		- 18,52%	
2016	12	- 10		- 45,45%	
2017	17	+ 5	- 7	+ 41,67%	- 29,17%



TITULARES DE SUBSÍDIO DE INVALIDEZ

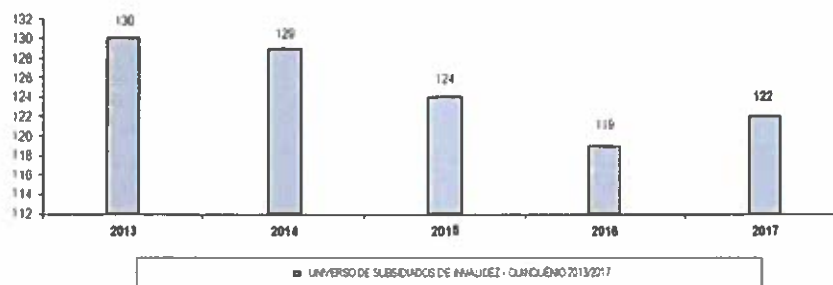
No EXERCÍCIO DE 2017, o número de subsídios de invalidez extintos foi de 4.

No mesmo período, 10 subsídios de invalidez converteram-se em pensões de reforma.

O total destes subsidiados passou, pois, a ser de 122, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	TOTAL DE SUBSIDIADOS DE INVALIDEZ	UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE INVALIDEZ			
		VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	130				
2014	129	- 1		- 0,77%	
2015	124	- 5		- 3,88%	
2016	119	- 5		- 4,03%	
2017	122	+ 3	- 8	+ 2,52%	- 6,15%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



O subsídio de invalidez de maior valor foi de 4.863,19 Euros/mês, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	4.858,20 €				
2014	4.863,19 €	+ 4,99 €		+ 0,10%	
2015	4.968,45 €	+ 105,26 €		+ 2,16%	
2016	4.968,45 €	0,00 €		0,00%	
2017	4.863,19 €	- 105,26 €	+ 4,99 €	- 2,12%	+ 0,10%

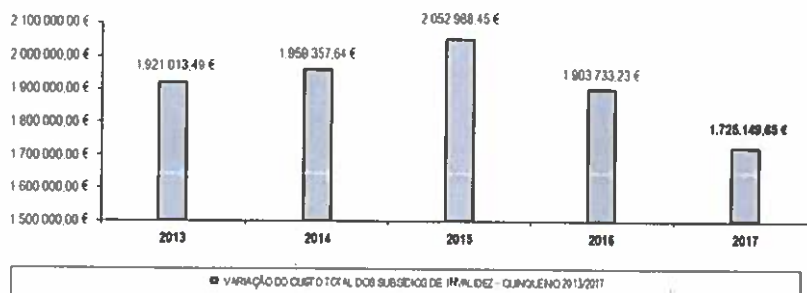
44



No EXERCÍCIO DE 2017, o custo total dos subsídios de invalidez pagos atingiu 1.725.149,65 Euros, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTO TOTAL DOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ PAGOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	1.921.013,49 €				
2014	1.959.357,64 €	+ 38.344,15 €		+ 2,00%	
2015	2.052.988,45 €	+ 93.630,81 €		+ 4,78%	
2016	1.903.733,23 €	- 149.255,22 €		- 7,27%	
2017	1.725.149,65 €	- 178.583,58 €	- 195.863,84 €	- 9,38%	- 10,20%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



A distribuição do número de subsidiados de invalidez pelos diversos níveis de valor de subsídio de invalidez teve a seguinte evolução no QUINQUÊNIO 2013/2017:

INTERVALOS	SUBSIDIADOS DE INVALIDEZ									
	2013		2014		2015		2016		2017	
Entre 0,00 € e 500,00 €	44	33,85%	45	34,88%	39	31,46%	39	32,77%	44	36,07%
Entre 500,00 € e 750,00 €	26	20,00%	24	18,60%	26	20,97%	26	21,85%	27	22,13%
Entre 750,00 € e 1.000,00 €	16	12,31%	16	12,40%	14	11,29%	11	9,24%	12	9,84%
Entre 1.000,00 € e 1.250,00 €	11	8,46%	13	10,08%	12	9,68%	14	11,76%	13	10,66%
Entre 1.250,00 € e 1.500,00 €	6	4,62%	6	4,65%	6	4,84%	6	5,04%	5	4,10%
Entre 1.500,00 € e 2.000,00 €	9	6,93%	7	5,43%	7	5,64%	5	4,20%	6	4,92%
Entre 2.000,00 € e 2.500,00 €	10	7,70%	7	5,43%	7	5,64%	7	5,88%	4	3,28%
Maiores que 2.500,00 €	8	6,16%	11	8,53%	13	10,48%	11	9,24%	11	9,02%
TOTAL	130	100,00%	129	100,00%	124	100,00%	119	100,00%	122	100,00%

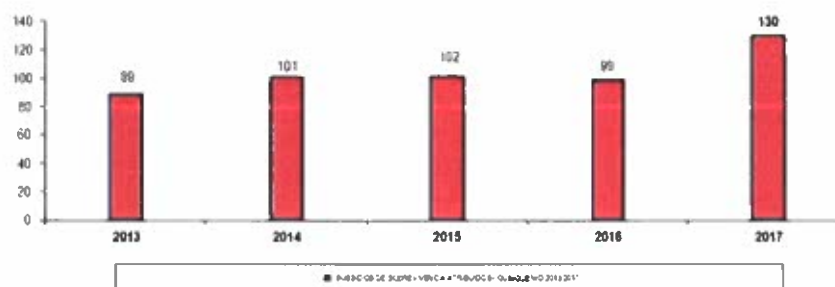
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de subsídios de sobrevivência atribuídos foi de 130, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA					
ANO	SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	89				
2014	101	+ 12		+ 13,48%	
2015	102	+ 1		+ 0,99%	
2016	99	- 3		- 2,94%	
2017	130	+ 31	+ 41	+ 31,31%	+ 46,07%



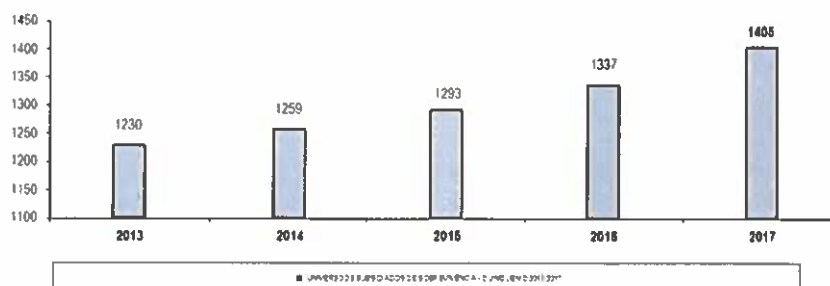
46

TITULARES DE SUBSÍDIO DE SOBREVIVÊNCIA

No EXERCÍCIO DE 2017, o número de subsidiados de sobrevivência que cessaram o seu direito ao subsídio, por morte ou outra causa, foi de 62, tendo o total destes subsidiados passado a ser de 1.405, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

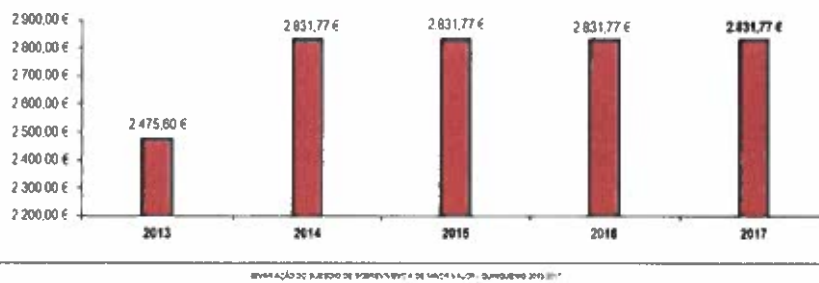
UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE SOBREVIVÊNCIA					
ANO	SUBSIDIADOS DE SOBREVIVÊNCIA	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	1.230				
2014	1.259	+ 29		+ 2,36%	
2015	1.293	+ 34		+ 2,78%	
2016	1.337	+ 44		+ 3,40%	
2017	1.405	+ 68	+ 175	+ 5,09%	+ 14,23%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



No EXERCÍCIO DE 2017, o subsídio de sobrevivência de maior valor foi de 2.831,77 Euros/mês, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

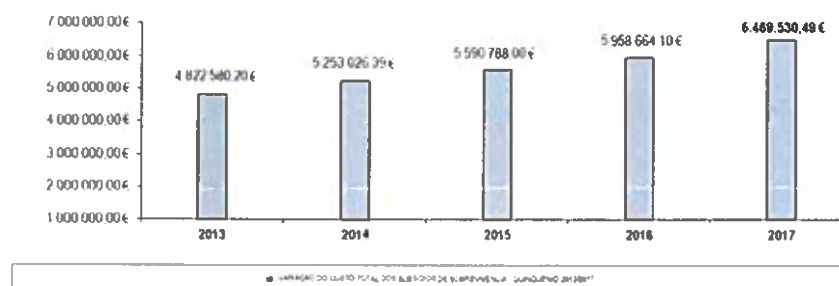
SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	2.475,60 €				
2014	2.831,77 €	+ 356,17 €		+ 14,39%	
2015	2.831,77 €	+ 0,00 €		0,00%	
2016	2.831,77 €	+ 0,00 €		0,00%	
2017	2.831,77 €	+ 0,00 €	+ 356,17 €	0,00%	+ 14,39%



No EXERCÍCIO DE 2017, o custo total dos subsídios de sobrevivência atingiu 6.469.530,49 Euros, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTO TOTAL DE SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA PAGOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	4.822.580,20 €				
2014	5.253.026,39 €	+ 430.446,19 €		+ 8,93%	
2015	5.590.788,00 €	+ 337.761,61 €		+ 6,43%	
2016	5.958.664,10 €	+ 367.876,10 €		+ 6,58%	
2017	6.469.530,49 €	+ 510.866,39 €	+ 1.646.950,29 €	+ 8,57%	+ 34,15%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



A distribuição do número de subsidiados de sobrevivência pelos diversos níveis de valor de subsídio de sobrevivência teve a seguinte evolução no QUINQUÊNIO 2013/2017:

INTERVALOS	SUBSIDIADOS DE SOBREVIVÊNCIA									
	2013		2014		2015		2016		2017	
Entre 0,00 € e 500,00 €	1.079	87,73%	1.092	86,80%	1.100	85,09%	1.126	84,22%	1.170	83,27%
Entre 500,00 € e 750,00 €	74	6,02%	77	6,12%	99	7,67%	101	7,55%	112	7,97%
Entre 750,00 € e 1.000,00 €	25	2,03%	30	2,38%	33	2,55%	32	2,39%	36	2,56%
Entre 1.000,00 € e 1.250,00 €	23	1,87%	25	1,99%	26	2,01%	31	2,32%	34	2,42%
Entre 1.250,00 € e 1.500,00 €	11	0,89%	12	0,95%	12	0,93%	14	1,05%	16	1,14%
Entre 1.500,00 € e 1.750,00 €	7	0,57%	7	0,56%	6	0,46%	11	0,82%	11	0,78%
Entre 1.750,00 € e 2.000,00 €	5	0,41%	7	0,56%	7	0,50%	8	0,60%	9	0,64%
Entre 2.000,00 € e 2.250,00 €	4	0,33%	4	0,32%	4	0,32%	5	0,37%	7	0,50%
Maiores que 2.250,00 €	2	0,16%	4	0,32%	6	0,47%	9	0,67%	10	0,71%
TOTAL	1.230	100,00%	1.258	100,00%	1.293	100,00%	1.337	100,00%	1.405	100,00%

48

SÍNTESE DO UNIVERSO DE PENSIONISTAS E DE SUBSIDIADOS, DAS PENSÕES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS EM 2017 E RESPECTIVO CUSTO

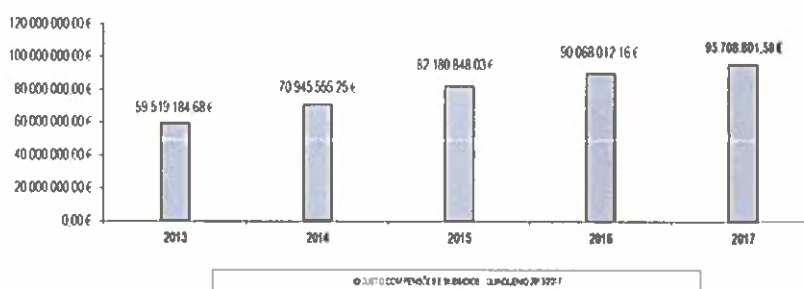
No EXERCÍCIO DE 2017 o Universo de pensionistas e subsidiados, o número de pensões e subsídios atribuídos e o custo com pensões e subsídios, apresenta a seguinte expressão:

UNIVERSO DE PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS		PENSÕES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS		CUSTO COM PENSÕES E SUBSÍDIOS	
Reforma	4.356	Reforma	319	Reforma	87.514.121,44 €
Invalidez	122	Invalidez	17	Invalidez	1.725.149,65 €
Sobrevivência	1.405	Sobrevivência	130	Sobrevivência	6.469.530,49 €
Universo de pensionistas e subsidiados	5.883	Total	466	Total	95.708.801,58 €

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

No EXERCÍCIO DE 2017, o custo com pensões e subsídios atingiu 95.708.801,58 Euros, conforme se retira da evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTO COM PENSÕES E SUBSÍDIOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	59.519.184,68 €				
2014	70.945.555,25 €	+ 11.426.370,57 €		+ 19,20%	
2015	82.180.848,03 €	+ 11.235.292,78 €		+ 15,84%	
2016	90.068.012,16 €	+ 7.887.164,13 €		+ 9,60%	
2017	95.708.801,58 €	+ 5.640.789,42 €	+ 36.189.616,90 €	+ 6,26%	+ 60,80%



6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signature

○

○

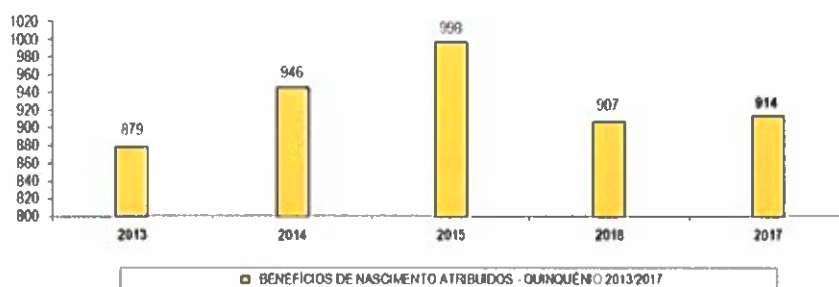
7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO DE NASCIMENTO

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídos 914 benefícios de nascimento cujo custo respectivo atingiu 523.216,00 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

BENEFÍCIO DE NASCIMENTO					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	879				
2014	946	+ 67		+ 7,62%	
2015	998	+ 52		+ 5,50%	
2016	907	- 91		- 9,12%	
2017	914	+ 7	+ 35	+ 0,77%	+ 3,98%



51

CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE NASCIMENTO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	426.315,00 €				
2014	471.250,00 €	+ 44.935,00 €		+ 10,54%	
2015	513.565,00 €	+ 42.315,00 €		+ 8,98%	
2016	492.620,00 €	- 20.945,00 €		- 4,08%	
2017	523.216,00 €	+ 30.596,00 €	+ 96.901,00 €	+ 6,21%	+ 22,73%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIO DE MATERNIDADE

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídos 517 benefícios de maternidade cujo custo respectivo atingiu 1.117.290,60 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

BENEFÍCIO DE MATERNIDADE					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	520				
2014	572	+ 52		+ 10,00%	
2015	609	+ 37		+ 6,47%	
2016	544	- 65		- 10,67%	
2017	517	- 27	- 3	- 4,96%	- 0,58%



52

CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE MATERNIDADE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	892.691,00 €				
2014	979.410,00 €	+ 86.719,00 €		+ 9,71%	
2015	1.082.399,50 €	+ 102.989,50 €		+ 10,52%	
2016	1.012.985,00 €	- 69.414,50 €		- 6,41%	
2017	1.117.290,60 €	+ 104.305,60 €	+ 224.599,60 €	+ 10,30%	+ 25,16%

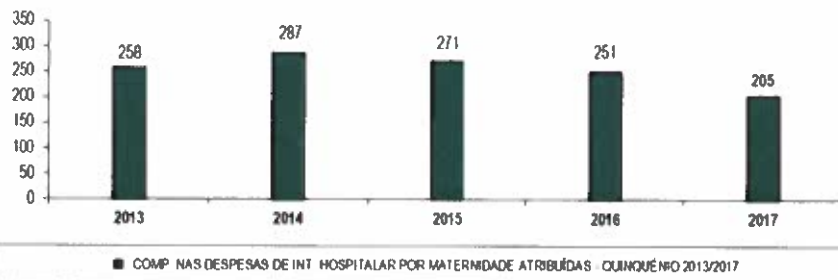


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE

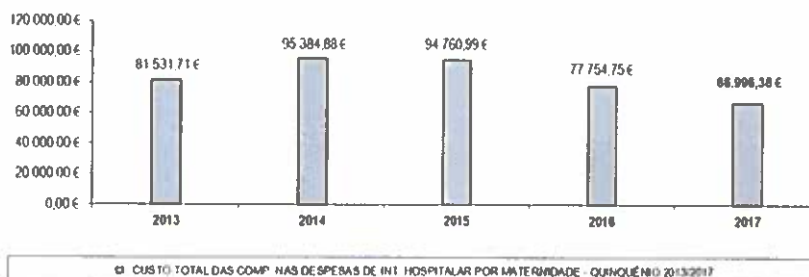
No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídas 205 comparticipações nas despesas de internamento hospitalar por maternidade, cujo custo respectivo atingiu 66.996,38 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	258				
2014	287	+ 29		+ 11,24%	
2015	271	- 16		- 5,57%	
2016	251	- 20		- 7,38%	
2017	205	- 46	- 53	- 18,33%	- 20,54%



53

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	81.531,71 €				
2014	95.384,88 €	+ 13.853,17 €		+ 16,99%	
2015	94.760,99 €	- 623,89 €		- 0,65%	
2016	77.754,75 €	- 17.006,24 €		- 17,95%	
2017	66.996,38 €	- 10.758,37 €	- 14.535,33 €	- 13,84%	- 17,83%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídas 549 comparticipações nas despesas de internamento hospitalar por doença, cujo custo respectivo atingiu 356.314,22 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	465				
2014	503	+ 38		+ 8,17%	
2015	530	+ 27		+ 5,37%	
2016	486	- 44		- 8,30%	
2017	549	+ 63	+ 84	+ 12,96%	+ 18,06%



54

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	295.477,89 €				
2014	341.188,59 €	+ 45.710,70 €		+ 15,47%	
2015	344.218,60 €	+ 3.030,01 €		+ 0,89%	
2016	354.508,01 €	+ 10.289,41 €		+ 2,99%	
2017	356.314,22 €	+ 1.806,21 €	+ 60.836,33 €	+ 0,51%	+ 20,59%

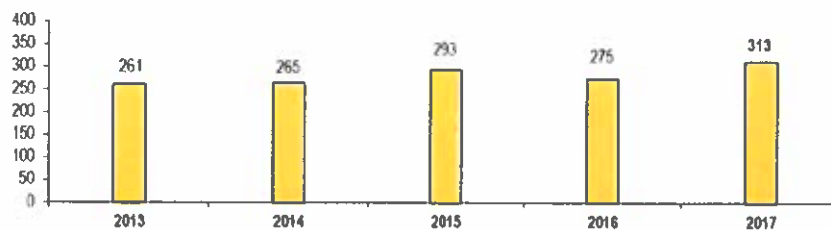


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídos 313 benefícios de apoio à recuperação, cujo custo respectivo atingiu 266.876,00 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

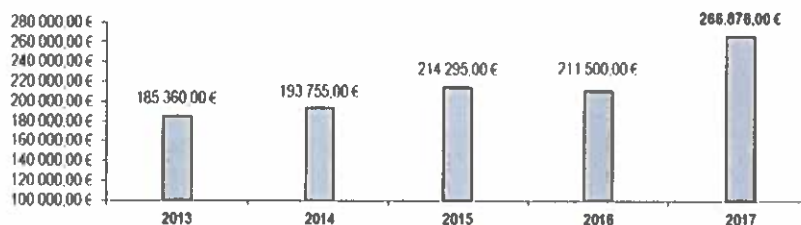
BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	261				
2014	265	+ 4		+ 1,53%	
2015	293	+ 28		+ 10,57%	
2016	275	- 18		- 6,14%	
2017	313	+ 38	+ 52	+ 13,82%	+ 19,92%



□ BENEFÍCIOS DE APOIO À RECUPERAÇÃO ATRIBUÍDOS - QUINQUÊNIO 2013/2017

55

CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	185.360,00 €				
2014	193.755,00 €	+ 8.395,00 €		+ 4,53%	
2015	214.295,00 €	+ 20.540,00 €		+ 10,60%	
2016	211.500,00 €	- 2.795,00 €		- 1,30%	
2017	266.876,00 €	+ 55.376,00 €	+ 81.516,00 €	+ 26,18%	+ 43,98%



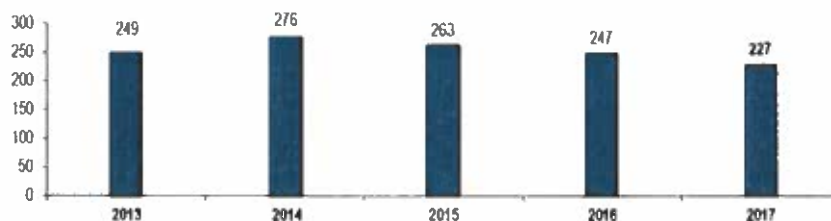
□ CUSTO TOTAL DOS BENEFÍCIOS DE APOIO A RECUPERAÇÃO - QUINQUÊNIO 2013/2017

7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA

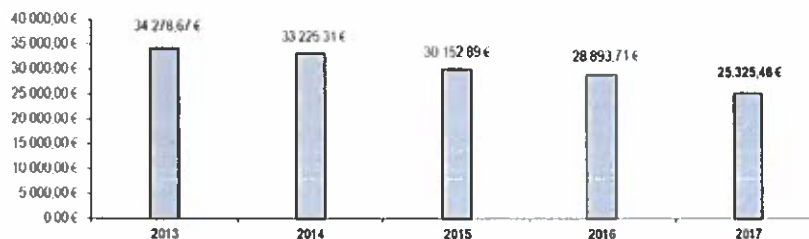
No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídas 227 participações nas despesas de assistência médica e medicamentosa e meios auxiliares de diagnóstico, cujo custo respectivo atingiu 25.325,46 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	249				
2014	276	+ 27		+ 10,84%	
2015	263	- 13		- 4,71%	
2016	247	- 16		- 6,08%	
2017	227	- 20	- 22	- 8,10%	- 8,84%



56

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	34.278,67 €				
2014	33.225,31 €	- 1.053,36 €		- 3,07%	
2015	30.152,89 €	- 3.072,42 €		- 9,25%	
2016	28.893,71 €	- 1.259,18 €		- 4,18%	
2017	25.325,46 €	- 3.568,25 €	- 8.953,21 €	- 12,35%	- 26,12%

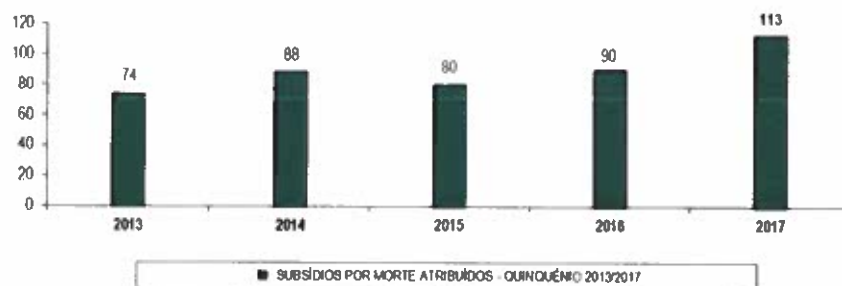


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

SUBSÍDIO POR MORTE

No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídos 113 subsídios por morte, cujo custo respectivo atingiu 354.697,88 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

SUBSÍDIO POR MORTE					
ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	74				
2014	88	+ 14		+ 18,92%	
2015	80	- 8		- 9,09%	
2016	90	+ 10		+ 12,50%	
2017	113	+ 23	+ 39	+ 25,56%	+ 52,70%



57

CUSTO TOTAL DO SUBSÍDIO POR MORTE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	323.503,85 €				
2014	447.866,53 €	+ 124.362,68 €		+ 38,44%	
2015	301.224,86 €	- 146.641,67 €		- 32,74%	
2016	277.921,88 €	- 23.302,98 €		- 7,74%	
2017	354.697,88 €	+ 76.776,00 €	+ 31.194,03 €	+ 27,63%	+ 9,64%

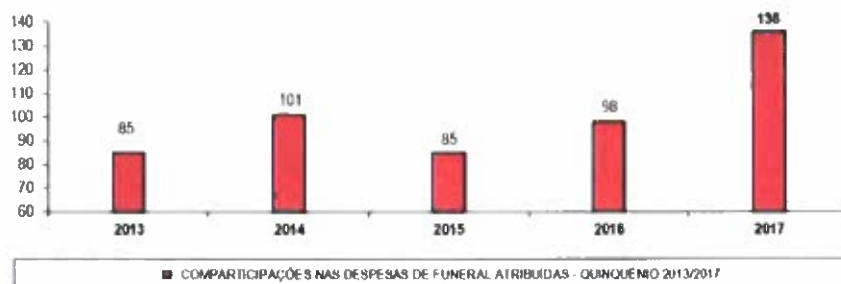


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO EM DESPESAS DE FUNERAL

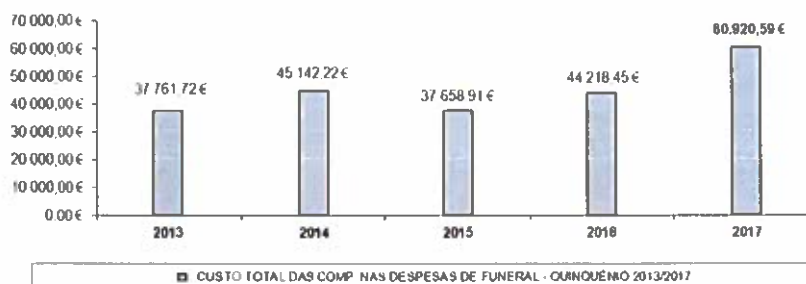
No EXERCÍCIO DE 2017 foram atribuídas 136 participações em despesas de funeral, cujo custo respectivo atingiu 60.920,59 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE FUNERAL					
ANO	COMPARTICIPAÇÕES ATRIBUÍDAS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	85				
2014	101	+ 16		+ 18,82%	
2015	85	- 16		- 15,84%	
2016	98	+ 13		+ 15,29%	
2017	136	+ 38	+ 51	+ 38,78%	+ 60,00%



58

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE FUNERAL					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	37.761,72				
2014	45.142,22 €	+ 7.380,50 €		+ 19,54%	
2015	37.658,91 €	- 7.483,31 €		- 16,58%	
2016	44.218,45 €	+ 6.559,54 €		+ 17,42%	
2017	60.920,59 €	+ 16.702,14 €	+ 23.158,87 €	+ 37,77%	61,33%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA

No EXERCÍCIO DE 2017 não foram atribuídos subsídios de assistência sendo que o total destes subsídios em pagamento, no final do ano, era de 27 e o custo total respectivo atingiu 70.737,84 Euros. O valor do subsídio normal de assistência foi de 2.484,00 Euros por ano, pago em duodécimos de 207,00 Euros, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA					
ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	0				
2014	0	0		-	
2015	3	+3		-	
2016	8	+5		+166,67%	
2017	0	-8	05	-100,00%	0,00%



TOTAL DE ASSISTIDOS					
ANO	TOTAL DE ASSISTIDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	41				
2014	29	-12		-29,27%	
2015	24	-5		-17,24%	
2016	32	+8		+33,33%	
2017	27	-5	-14	-15,63%	-34,15%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

CUSTO TOTAL DO SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	106.191,00 €				
2014	88.596,00 €	- 17.595,00 €		- 16,57%	
2015	76.797,00 €	- 11.799,00 €		- 13,32%	
2016	86.319,00 €	+ 9.522,00 €		+ 12,40%	
2017	70.737,84 €	- 15.581,16 €	- 35.453,16 €	- 18,05%	- 33,39%



BOLSA DE ESTUDO

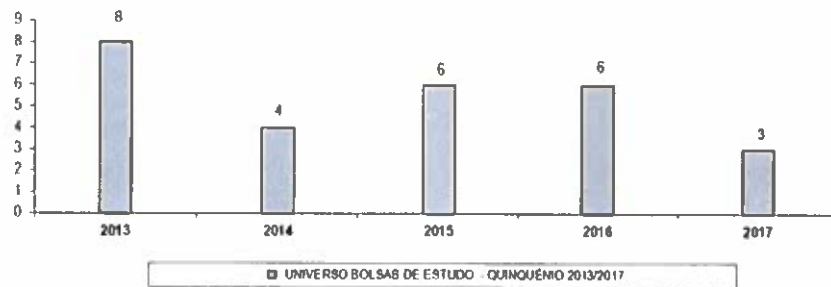
No EXERCÍCIO DE 2017 não foram atribuídas bolsas de estudo e foram terminadas 3 bolsas de estudo, sendo de 3 o total de bolsas de estudo em pagamento no final do ano, com um custo de 2.618,70 Euros. O valor mensal da bolsa de estudo é de 87,29 Euros, pago de Outubro a Julho, tudo conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

BOLSA DE ESTUDO					
ANO	BOLSAS ATRIBUÍDAS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	3				
2014	0	- 3		- 100,00%	
2015	2	+ 2		-	
2016	1	+ 1		- 50,00%	
2017	0	- 1	- 3	- 100,00%	- 100,00%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BOLSA DE ESTUDO					
ANO	UNIVERSO DE BOLSAS DE ESTUDO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	8				
2014	4	-4		-50,00%	
2015	6	+2		+50,00%	
2016	6	0		0,00%	
2017	3	-3	-5	-50,00%	-62,50%



CUSTO TOTAL DA BOLSA DE ESTUDO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	5.499,27 €				
2014	5.499,27 €	0,00 €		0,00%	
2015	4.277,21 €	-1.222,06 €		-22,22%	
2016	6.372,17 €	+2.094,96 €		+48,98%	
2017	2.618,70 €	-3.753,47 €	-2.880,57 €	-58,90%	-52,38%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

SÍNTESE DOS BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS NO QUINQUÊNIO 2013/2017

Os benefícios atribuídos revelam a evolução no QUINQUÊNIO 2013/2017, conforme adiante se expressa:

BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS					
ESPÉCIE	2013	2014	2015	2016	2017
Benefício de nascimento	879	946	998	907	914
Benefício de maternidade	520	572	609	544	517
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por maternidade	258	287	271	251	205
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por doença	465	503	530	486	549
Benefício de recuperação	261	265	293	275	313
Comparticipação nas despesas de assistência médica e medicamentosa	249	276	263	247	227
Subsídio por morte	74	88	80	90	113
Comparticipação nas despesas de funeral	85	101	85	98	136
Subsídio de assistência	0	0	3	8	0
Subsídio de assistência eventual	0	0	0	0	0
Bolsa de estudo	3	0	2	1	0
TOTAL DE BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	2.794	3.038	3.134	2.907	2.974

SÍNTESE DO CUSTO TOTAL COM BENEFÍCIOS NO QUINQUÊNIO 2013/2017

O custo total benefícios atribuídos no QUINQUÊNIO 2013/2017 apresenta a seguinte expressão:

CUSTO TOTAL COM BENEFÍCIOS					
ESPÉCIE	2013	2014	2015	2016	2017
Benefício de nascimento	426.315,00 €	471.250,00 €	513.565,00 €	492.620,00 €	523.216,00 €
Benefício de maternidade	892.691,00 €	979.410,00 €	1.082.399,50 €	1.012.985,00 €	1.117.290,60 €
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por maternidade	81.531,71€	95.384,88 €	94.760,99 €	77.754,75 €	66.996,38 €
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por doença	295.477,89 €	341.188,59 €	344.218,60 €	354.508,01 €	356.314,22 €
Benefício de recuperação	185.360,00 €	193.755,00 €	214.295,00 €	211.500,00 €	266.876,00 €
Comparticipação nas despesas de assistência médica e medicamentosa	34.278,67 €	33.225,31 €	30.152,89 €	28.893,71 €	25.325,46 €
Subsídio por morte	323.503,85 €	447.866,53 €	301.224,86 €	277.921,88 €	354.697,88 €
Comparticipação nas despesas de funeral	37.761,72 €	45.142,22 €	37.658,91 €	44.218,45 €	60.920,59 €
Subsídio de assistência	106.191,00 €	88.596,00 €	76.797,00 €	86.319,00 €	70.737,84 €
Subsídio de assistência eventual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bolsa de estudo	5.499,27 €	5.499,27 €	4.277,21 €	6.372,17 €	2.618,70 €
TOTAL DO CUSTO COM BENEFÍCIOS	2.388.610,11 €	2.701.317,80 €	2.699.349,96 €	2.593.092,97 €	2.844.993,67 €

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

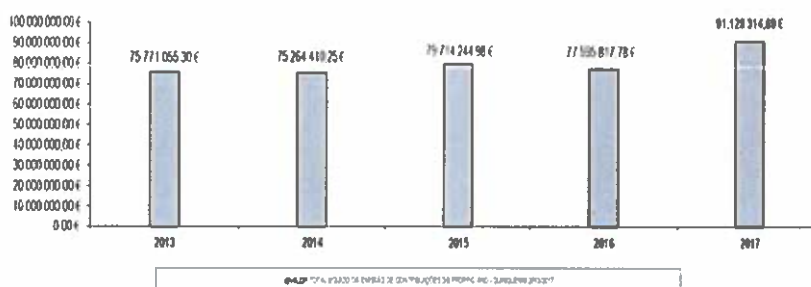
PROVEITOS E GANHOS ⁽²⁾

PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

CONTRIBUIÇÕES

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor líquido da emissão de contribuições do próprio ano foi de 91.129.314,69 Euros, o que representou um acréscimo de 13.368.523,81 Euros relativamente ao ano anterior, conforme se retira dos mapas relativos à evolução quinquenal que adiante se expressam:

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	75.771.055,30 €				
2014	75.264.410,25 €	- 506.645,05 €		- 0,67%	
2015	79.714.244,98 €	+ 4.449.834,73 €		+ 5,91%	
2016	77.760.790,88 €	- 1.953.454,10 €		- 2,45%	
2017	91.129.314,69 €	+ 13.368.523,81 €	+ 15.358.259,39 €	+ 17,19%	+ 20,27%

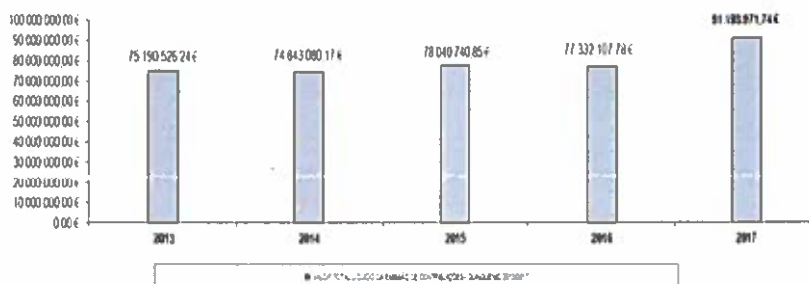


Aquele valor líquido da emissão do próprio ano, há que adicionar as emissões e deduzir as anulações, ambas relativas a anos anteriores, de 290.053,34 Euros e 225.396,29 Euros, o que totaliza 91.193.971,74 Euros de emissão líquida no EXERCÍCIO DE 2017, traduzindo-se num acréscimo de 13.861.863,96 Euros relativamente a 2016, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	75.190.526,24 €				
2014	74.843.080,17 €	- 347.446,07 €		- 0,46%	
2015	78.040.740,85 €	+ 3.197.660,68 €		+ 4,27%	
2016	77.332.107,78 €	- 708.633,07 €		- 0,91%	
2017	91.193.971,74 €	+ 13.861.863,96 €	+ 16.003.445,50 €	+ 17,93%	+ 21,28%

² Os dados analisados neste capítulo são referentes ao MAPA 2 (Demonstração de Resultados - modelo CPAS) - páginas 157 e 158

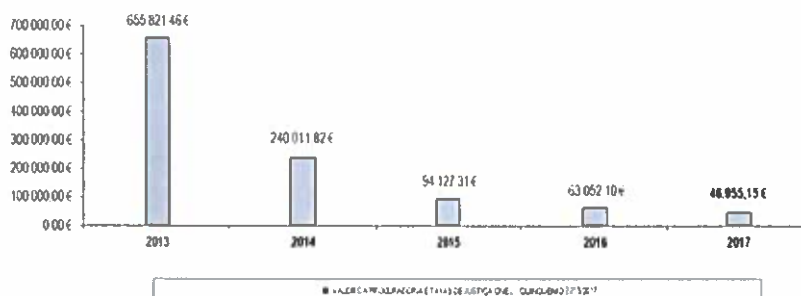
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



PROCURADORIA E TAXA DE JUSTIÇA CÍVEL

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor da procuradoria e da taxa de justiça cível, cobrado nos tribunais e remetido pelo Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça, I. P., na parte legalmente atribuída à CPAS pelo ARTIGO 42.º do DECRETO-LEI N.º 224-A/96, de 26 de Dezembro, e pelo ARTIGO 131.º do DECRETO-LEI N.º 324/2003, de 27 de Dezembro, totalizou 46.955,15 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	655.821,46 €				
2014	240.011,82 €	- 415.809,64 €		- 63,40%	
2015	94.127,31 €	- 145.884,51 €		- 60,78%	
2016	63.052,10 €	- 31.075,21 €		- 33,01%	
2017	46.955,15 €	- 16.096,95 €	- 608.866,31 €	- 25,53%	- 92,84%



Cabe salientar que os valores remetidos a título de procuradoria e de taxas de justiça cível se reportam a processos entrados até à data da revogação das referidas disposições legais, o que ocorreu, quanto à procuradoria, com o DECRETO-LEI N.º 324/2003, de 27 de Dezembro, e quanto à taxa de justiça cível, com a LEI N.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

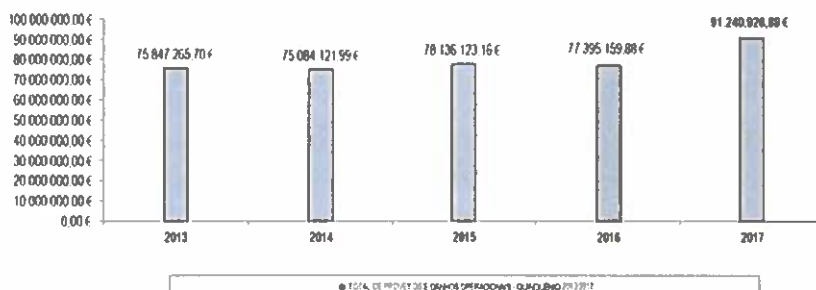
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos Proveitos e Ganhos Operacionais foi de 91.240.926,89 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS					
RUBRICA	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Contribuições	75.190.076,24 € 98,731%	74.843.080,17 € 99,679%	78.040.740,85 € 99,878%	77.332.107,78 € 99,919%	91.193.971,74 € 99,949%
Procuradoria e taxas de justiça cível	655.821,46 € 0,861%	240.011,82 € 0,320%	94.127,31 € 0,120%	63.052,10 € 0,081%	46.955,15 € 0,051%
Receitas de assistência	1.368,00 € 0,002%	1.030,00 € 0,001%	1.255,00 € 0,002%	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%
TOTAL	75.847.265,70 € 100,00%	75.084.121,99 € 100,00%	78.136.123,16 € 100,00%	77.395.159,88 € 100,00%	91.240.926,89 € 100,00%

VALOR TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	75.847.265,70 €				
2014	75.084.121,99 €	- 763.143,71 €		- 1,01%	
2015	78.136.123,16 €	+ 3.052.001,17 €		+ 4,06%	
2016	77.395.159,88 €	- 740.963,28 €		- 0,95%	
2017	91.240.926,89 €	+ 13.845.767,01 €	+ 15.393.661,19 €	+ 17,89%	+ 20,30%



CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

CUSTOS COM PENSÕES DE REFORMA

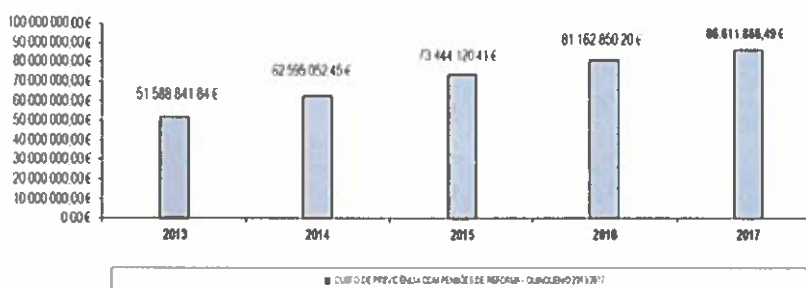
No capítulo 6 analisou-se o custo total das pensões de reforma, o qual, enquanto custo de previdência, se decompõe em duas parcelas:

- Pensões de reforma resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária;
- Suplementos às pensões de reforma dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No EXERCÍCIO DE 2017 os custos de previdência com pensões de reforma foram de 86.611.866,49 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE PREVIDÊNCIA					
CUSTOS DE PREVIDÊNCIA COM PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	51.588.841,84 €				
2014	62.595.052,45 €	+ 11.006.210,61 €		+ 21,33%	
2015	73.444.120,41 €	+ 10.849.067,96 €		+ 17,33%	
2016	81.162.850,20 €	+ 7.718.729,79 €		+ 10,51%	
2017	86.611.866,49 €	+ 5.449.016,29 €	+ 35.023.024,65 €	+ 6,71%	+ 67,89%



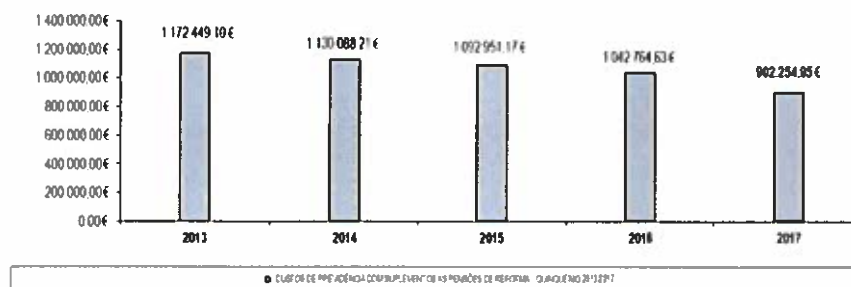
66

CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA

No EXERCÍCIO DE 2017 os custos de previdência com suplementos às pensões de reforma foram de 902.254,95 €, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE PREVIDÊNCIA					
CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	1.172.449,10 €				
2014	1.130.088,21 €	- 42.360,89 €		- 3,61%	
2015	1.092.951,17 €	- 37.137,04 €		- 3,29%	
2016	1.042.764,63 €	- 50.186,54 €		- 4,59%	
2017	902.254,95 €	- 140.509,68 €	- 270.194,15 €	- 13,47%	- 23,05%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 - ARTIGOS 20.º E 25.º

A CPAS, nos termos das respectivas normas regulamentares, abona nos meses de Julho e Novembro de cada ano aos seus Beneficiários titulares de pensão de reforma, subsídio de invalidez e subsídio de sobrevivência, um montante adicional de igual quantitativo.

A CPAS entende que não se encontra abrangida pelas disposições no artigo 25.º da LOE 2012.

Contudo, a Caixa Geral de Aposentações (CGA), que foi a entidade designada na LOE 2012 para receber os montantes relativos aos subsídios cujo pagamento foi suspenso (n.º 5 do artigo 25.º), entendeu que a CPAS estava obrigada a suspender os referidos pagamentos e a entregar-lhe os montantes que fossem de deduzir nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º.

Também quanto ao artigo 20.º da LOE 2012 e, em particular, quanto aos seus números 13, 14 e 15, a CPAS, contrariamente à CGA, entende que não se encontra abrangida pelas respectivas disposições.

Neste contexto e face à divergência de entendimentos, foi em 2012 requerida pela CPAS uma providência cautelar e instaurada acção administrativa comum contra a CGA e o Ministério das Finanças, junto da 5.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, sob os números, respectivamente, 1166/12.2BELSB e 1014/12.3BELSB, visando que o Tribunal reconheça e declare expressamente que aquelas disposições da LOE 2012 não se aplicam à CPAS.

No que se refere à providência cautelar, requerida em 9 de Maio de 2012, foi, em decorrência do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, transitado em julgado em 28.11.2013, deferido o pedido formulado pela CPAS de abstenção, pela CGA e pelo Ministério das Finanças, de qualquer comportamento que vise a aplicação à CPAS das normas previstas nos n.ºs 13 e 15 do artigo 20.º, do n.º 5 do artigo 25.º e do artigo 202.º, todos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Quanto à acção administrativa comum, a mesma está pendente de decisão.

Face à não prolação de decisão judicial definitiva sobre a matéria, a CPAS equacionou as consequências legais que poderiam advir para os Beneficiários e para a Instituição do não cumprimento do preceituado nos referidos artigos da LOE 2012, tendo concluído que a posição que melhor salvaguardava os Beneficiários e a Instituição era a de sujeitar as pensões de reforma e os subsídios de sobrevivência, de invalidez e de assistência referentes ao ano de 2012 à contribuição extraordinária de solidariedade e à redução e à retenção previstas no artigo 25.º da LOE 2012.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Têm vindo a manter-se à guarda da CPAS os montantes não entregues aos Beneficiários referentes ao subsídio de férias e de Natal e os retidos a título de contribuição extraordinária de solidariedade. Estes montantes têm vindo a ser objecto de aplicações financeiras a prazo que naturalmente se mantêm.

Entendeu a CPAS, em cumprimento do princípio contabilístico da prudência, constituir em 2012 uma provisão correspondente ao total dos referidos montantes não entregues aos Beneficiários.

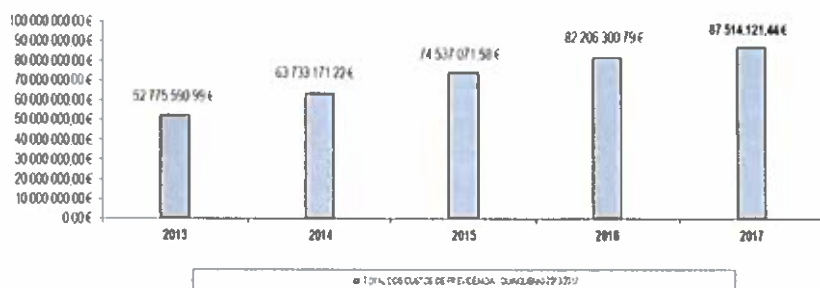
Durante o ano de 2017 manteve-se esta situação e não houve alteração do valor da provisão relativa a processamentos de subsídios de férias e de Natal relativos a 2012. A provisão ascende a 5.382.321,37 Euros.

TOTAL DOS CUSTOS DE PREVIDÊNCIA

No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos custos de previdência foi de 87.514.121,44 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

TOTAL DOS CUSTOS DE PREVIDÊNCIA					
ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Pensões de reforma	51.588.841,84 € 97,751%	62.595.052,45 € 98,214%	73.444.120,41 € 98,534%	81.162.850,20 € 98,731%	86.611.866,49 € 98,969%
Suplementos às pensões de reforma	1.172.449,10 € 2,222%	1.130.088,21 € 1,773%	1.092.951,17 € 1,466%	1.042.764,63 € 1,268%	902.254,95 € 1,031%
Provisão LOE – 2012 Art. 20.º e 25.º	14.300,05 € 0,027%	8.030,56 € 0,013%	0,00 € 0,000%	685,96 € 0,001%	0,00 € 0,000%
TOTAL	52.775.590,99 € 100,000%	63.733.171,22 € 100,000%	74.537.071,58 € 100,000%	82.206.300,79 € 100,000%	87.514.121,44 € 100,000%

TOTAL DOS CUSTOS DE PREVIDÊNCIA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	52.775.590,99 €				
2014	63.733.171,22 €	+ 10.957.580,23 €		+ 20,76%	
2015	74.537.071,58 €	+ 10.803.900,36 €		+ 16,95%	
2016	82.206.300,79 €	+ 7.669.229,21 €		+ 10,29%	
2017	87.514.121,44 €	+ 5.307.820,65 €	+ 34.738.530,45 €	+ 6,46%	+ 65,82%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

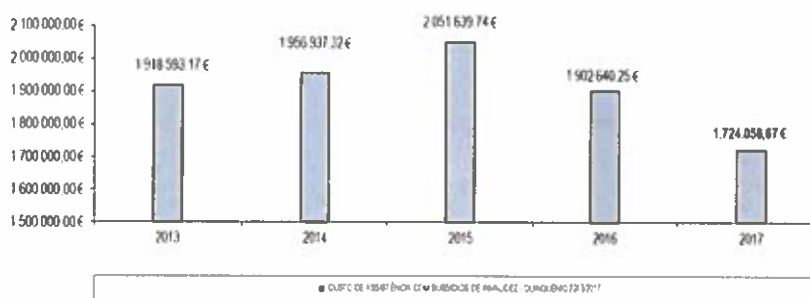
CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No capítulo 6 analisou-se o custo total dos subsídios de invalidez que, enquanto custo de assistência, se decompõe em duas parcelas:

- Pensões de reforma resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária;
- Suplementos às pensões de reforma dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

No EXERCÍCIO DE 2017, os custos com subsídios de invalidez foram de 1.724.056,67 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	1.918.593,17 €				
2014	1.956.937,32 €	+ 38.344,15 €		+ 2,00%	
2015	2.051.639,74 €	+ 94.702,42 €		+ 4,84%	
2016	1.902.640,25 €	- 148.999,49 €		- 7,26%	
2017	1.724.056,67 €	- 178.583,58 €	- 194.536,50 €	- 9,39%	- 10,14%



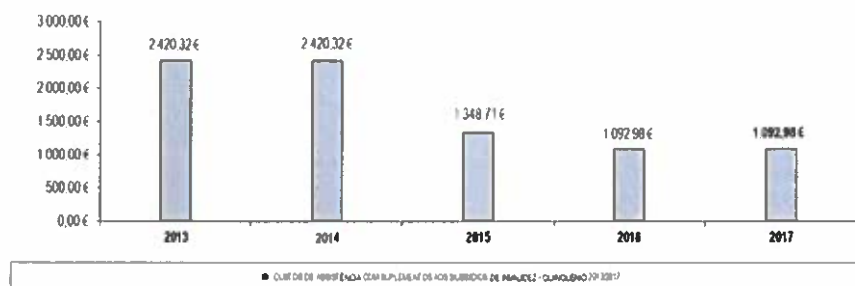
69

CUSTO COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No EXERCÍCIO DE 2017 o custo com suplementos aos subsídios de invalidez foi de 1.092,98 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
CUSTOS COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	2.420,32 €				
2014	2.420,32 €	0,00 €		0,00%	
2015	1.348,71 €	- 1.071,61 €		- 44,28%	
2016	1.092,98 €	- 255,73 €		- 18,96%	
2017	1.092,98 €	0,00 €	- 1.327,34 €	0,00%	- 54,84%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



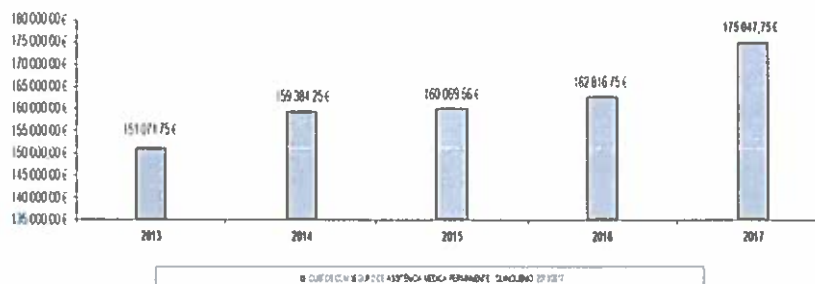
OUTROS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA

Nos custos de assistência, para além dos montantes despendidos com subsídios de sobrevivência, benefícios de nascimento, benefícios de maternidade, internamentos hospitalares por maternidade, internamentos hospitalares por doença, benefícios de recuperação, assistências médicas e medicamentosas, subsídios por morte, benefícios de participações nas despesas de funeral, subsídios de assistência e bolsas de estudo, já analisados, individualmente, nos capítulos 6 e 7, há a considerar ainda os dois seguros que a seguir se referem.

CUSTO COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE

No EXERCÍCIO DE 2017 o custo com a atribuição gratuita do Seguro de Assistência Médica Permanente aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2016, bem como a todos os pensionistas de reforma e a todos os Beneficiários de subsidio de invalidez e de assistência da CPAS e seus familiares, ascendeu a 175.047,75 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	151.071,75 €				
2014	159.384,25 €	+ 8.312,50 €		+ 5,50%	
2015	160.069,56 €	+ 685,31 €		+ 0,43%	
2016	162.816,75 €	+ 2.747,19 €		+ 1,72%	
2017	175.047,75 €	+ 12.231,00 €	+ 23.976,00 €	+ 7,51%	+ 15,87%

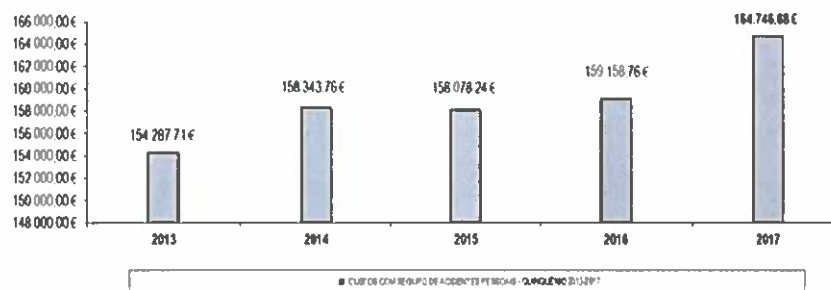


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTO COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

No EXERCÍCIO DE 2017 o custo com a atribuição gratuita do Seguro de Acidentes Pessoais aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2016, ascendeu a 164.746,68 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	154.287,71 €				
2014	158.343,76 €	+ 4.056,05 €		+ 2,63%	
2015	158.078,24 €	- 265,52 €		- 0,17%	
2016	159.158,76 €	+ 1.080,52 €		+ 0,68%	
2017	164.746,68 €	+ 5.587,92 €	+ 10.458,97 €	+ 3,51%	+ 6,78%



71

TOTAL DOS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA

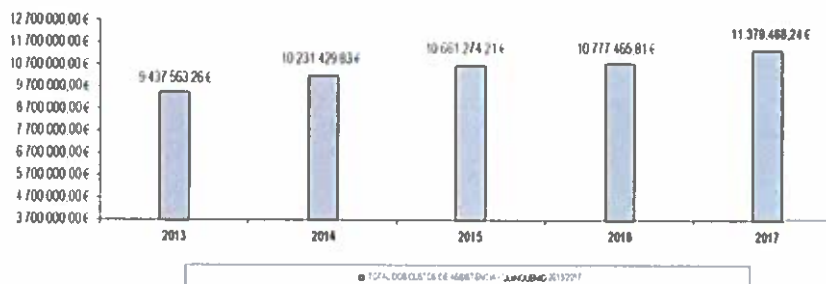
No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos custos de assistência foi, pois, de 11.379.468,24 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

TOTAL DOS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Subsídios de invalidez	1.918.593,17 € 21,519%	1.956.937,32 € 21,949%	2.051.639,74 € 19,244%	1.902.640,25 € 17,654%	1.724.056,67 € 15,151%
Suplementos aos subsídios de invalidez	2.420,32 € 0,027%	2.420,32 € 0,027%	1.348,71 € 0,013%	1.092,98 € 0,010%	1.092,98 € 0,010%
Subsídios de sobrevivência	4.822.580,20 € 54,091%	5.253.026,39 € 58,919%	5.590.788,00 € 52,440%	5.958.664,10 € 55,288%	6.469.530,49 € 56,853%
Benefícios de nascimento	426.315,00 € 4,782%	471.250,00 € 5,286%	513.565,00 € 4,817%	492.620,00 € 4,571%	523.216,00 € 4,598%
Benefícios de maternidade	892.691,00 € 10,013%	979.410,00 € 10,985%	1.082.399,50 € 10,153%	1.012.985,00 € 9,399%	1.117.290,60 € 9,818%
Benefícios de recuperação	185.360,00 € 2,079%	193.755,00 € 2,173%	214.295,00 € 2,010%	211.500,00 € 1,962%	266.876,00 € 2,345%
Internamentos hospitalares por maternidade	81.531,71 € 0,914%	95.384,88 € 1,070%	94.760,99 € 0,889%	77.754,75 € 0,721%	66.996,38 € 0,589%
Internamentos hospitalares por doença	295.477,89 € 3,314%	341.188,59 € 3,827%	344.218,60 € 3,229%	354.508,01 € 3,289%	356.314,22 € 3,131%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Assistências médicas e medicamentos	34.278,67 € 0,384%	33.225,31 € 0,373%	30.152,89 € 0,283%	28.893,71 € 0,268%	25.325,46 € 0,223%
Subsídios por morte	323.503,85 € 3,628%	447.866,53 € 5,023%	301.224,86 € 2,825%	277.921,88 € 2,579%	354.697,88 € 3,117%
Despesas de funeral	37.761,72 € 0,424%	45.142,22 € 0,506%	37.658,91 € 0,353%	44.218,45 € 0,410%	60.920,59 € 0,535%
Subsídios de assistência	106.191,00 € 1,191%	88.596,00 € 0,994%	76.797,00 € 0,720%	86.319,00 € 0,801%	70.737,84 € 0,622%
Bolsas de estudo	5.499,27 € 0,062%	5.499,27 € 0,062%	4.277,21 € 0,040%	6.372,17 € 0,059%	2.618,70 € 0,023%
Seguro de assistência médica permanente	151.071,75 € 1,694%	159.384,25 € 1,788%	160.069,56 € 1,501%	162.816,75 € 1,511%	175.047,75 € 1,538%
Seguro de acidentes pessoais	154.287,71 € 1,731%	158.343,76 € 1,776%	158.078,24 € 1,483%	159.158,76 € 1,477%	164.746,68 € 1,448%
TOTAL	9.437.563,26 € 100,000%	10.231.429,83 € 100,000%	10.661.274,21 € 100,000%	10.777.465,81 € 100,000%	11.379.468,24 € 100,000%

TOTAL DOS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	9.437.563,26 €				
2014	10.231.429,83 €	+ 793.866,57 €		+ 8,41%	
2015	10.661.274,21 €	+ 429.844,38 €		+ 4,20%	
2016	10.777.465,81 €	+ 116.191,60 €		+ 1,09%	
2017	11.379.468,24 €	+ 602.002,43 €	+ 1.941.904,98 €	+ 5,59%	+ 20,58%



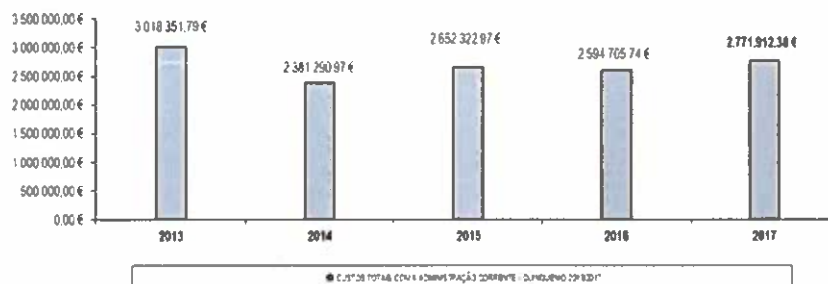
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE

No EXERCÍCIO DE 2017 o custo total com administração corrente foi de 2.771.912,38 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO					
CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	3.018.351,79 €				
2014	2.381.290,97 €	- 637.060,82 €		- 21,11%	
2015	2.652.322,97 €	+ 271.032,00 €		+ 11,38%	
2016	2.594.705,74 €	- 57.617,23 €		- 2,17%	
2017	2.771.912,38 €	+ 177.206,64 €	- 246.439,41 €	+ 6,83%	- 8,16%



73

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor dos custos totais com administração social foi de 115.768,39 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO					
CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	150.791,48 €				
2014	103.043,66 €	- 47.747,82 €		- 31,66%	
2015	117.402,48 €	+ 14.358,82 €		+ 13,93%	
2016	136.716,91 €	+ 19.314,43 €		+ 16,45%	
2017	115.768,39 €	- 20.948,52 €	- 35.023,09 €	- 15,32%	- 23,23%

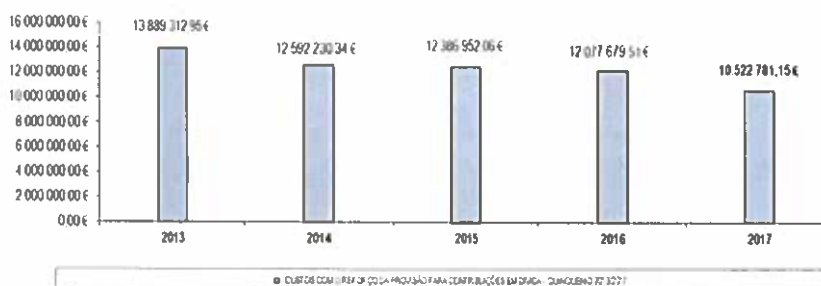
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

No EXERCÍCIO DE 2017 o custo com reforço da provisão para contribuições em dívida foi de 10.522.781,15 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	13.889.312,95 €				
2014	12.592.230,34 €	- 1.297.082,61 €		- 9,34%	
2015	12.386.952,06 €	- 205.278,28 €		- 1,63%	
2016	12.077.679,51 €	- 309.272,55 €		- 2,50%	
2017	10.522.781,15 €	- 1.554.898,36 €	- 3.366.531,80 €	- 12,87%	- 24,24%



CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS

Nesta rubrica estão reflectidos os valores relativos a eventuais responsabilidades efectivas da CPAS em processos instaurados pelos Beneficiários contra a CPAS.

No EXERCÍCIO DE 2017, a provisão para risco e encargos foi reforçada em 1.752,89 Euros, passando a totalizar 40.300,43 Euros no final de 2017.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No EXERCÍCIO DE 2017 a rubrica de Outros Custos e Perdas Operacionais ascendeu a 1.671.944,00 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	2.272.812,19 €				
2014	2.326.339,44 €	+ 53.527,25 €		+ 2,36%	
2015	2.174.070,01 €	- 152.269,43 €		- 6,55%	
2016	1.640.208,72 €	- 533.861,29 €		- 24,56%	
2017	1.671.944,00 €	+ 31.735,28 €	- 600.868,19 €	+ 1,93%	- 26,44%



Refira-se que nesta rubrica está incluído o imposto, pago à taxa liberatória, sobre o rendimento pago pela CPAS relativamente às aplicações financeiras cujos ganhos não se encontram abrangidos pela isenção conferida pelo artigo 9.º n.º 1 alínea c) e n.º 2 do Código do IRC.

75

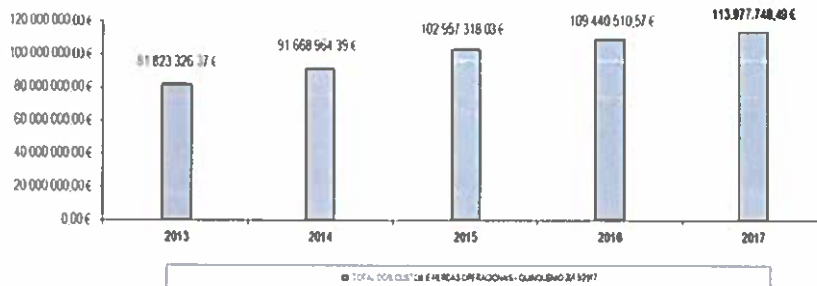
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No que se refere ao valor total dos Custos e Perdas Operacionais, a visão retrospectiva do QUINQUÉNIO 2013/2017 revelou a evolução que adiante se expressa:

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
ESPÉCIE	EXERCÍCIO DE 2013	EXERCÍCIO DE 2014	EXERCÍCIO DE 2015	EXERCÍCIO DE 2016	EXERCÍCIO DE 2017
Custos de previdência	52.775.590,99 € 55,797%	63.733.171,22 € 69,525%	74.537.071,58 € 72,396%	82.206.300,79 € 75,115%	87.514.121,44 € 76,782%
Custos de assistência	9.437.563,26 € 9,978%	10.231.429,84 € 11,161%	10.661.274,21 € 10,355%	10.777.465,81 € 9,848%	11.379.468,24 € 9,984%
Custos com resgates de contribuições	278.903,71 € 0,295%	301.458,92 € 0,329%	428.224,72 € 0,416%	7.433,09 € 0,007%	0,00 € 0,000%
Custos de administração	3.169.143,27 € 3,351%	2.484.334,63 € 2,710%	2.769.725,45 € 2,690%	2.731.422,65 € 2,496%	2.887.680,77 € 2,534%
Custos com reforço da provisão para contribuições em dívida	13.889.312,95 € 14,685%	12.592.230,34 € 13,737%	12.386.952,06 € 12,031%	12.077.679,51 € 11,036%	10.522.781,15 € 9,232%
Custos com reforço da provisão para riscos e encargos	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%	1.752,89 € 0,002%
Outros custos e perdas operacionais	2.272.812,19 € 2,403%	2.326.339,44 € 2,538%	2.174.070,01 € 2,112%	1.640.208,72 € 1,499%	1.671.944,00 € 1,467%
TOTAL	81.823.326,37 € 100,000%	91.668.964,39 € 100,000%	102.957.318,03 € 100,000%	109.440.510,57 € 100,000%	113.977.748,49 € 100,000%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

VALOR TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	81.823.326,37 €				
2014	91.668.964,39 €	+ 9.845.658,02 €		+ 12,03%	
2015	102.957.318,03 €	+ 11.288.353,64 €		+ 12,31%	
2016	109.440.510,57 €	+ 6.483.192,54 €		+ 6,30%	
2017	113.977.748,49 €	+ 4.537.237,92 €	+ 32.154.422,12 €	+ 4,15%	+ 39,30%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RESULTADO OPERACIONAL

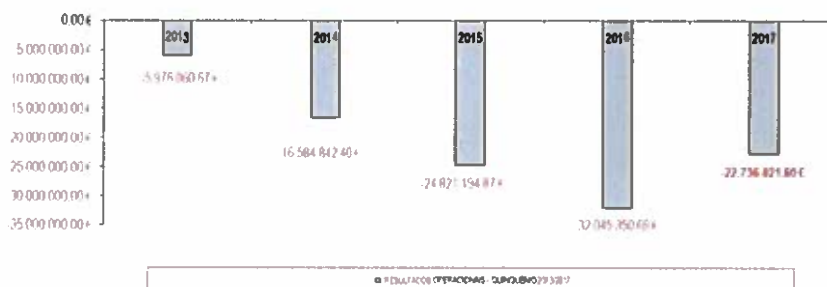
Nesta secção analisam-se os Ganhos e as Perdas resultantes da actividade principal da Instituição.

Com o apuramento do Resultado Operacional, também denominado resultado económico, pretende-se medir e avaliar a capacidade da actividade principal da CPAS para gerar, ou não, excedente no fim do exercício.

Conforme atrás se deixou referido, no EXERCÍCIO DE 2017 os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram 91.240.926,89 Euros, contra Custos e Perdas Operacionais totais de 113.977.748,49 Euros.

No EXERCÍCIO DE 2017 o Resultado Operacional foi de (-) 22.736.821,60 Euros, do que decorre que os proveitos e ganhos da actividade principal da Instituição não foram suficientes para cobrir os custos e perdas emergentes da mesma actividade. Saliente-se que, em 2017, o Resultado Operacional inverteu significativamente a tendência de variação negativa tendo um acréscimo de 9.308.529,09 Euros face a 2016, tudo conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	- 5.976.060,67 €				
2014	- 16.584.842,40 €	- 10.608.781,73 €		- 177,52%	
2015	- 24.821.194,87 €	- 8.236.352,47 €		- 49,66%	
2016	- 32.045.350,69 €	- 7.224.155,82 €		- 29,10%	
2017	- 22.736.821,60 €	+ 9.308.529,09 €	- 16.760.760,93€	+ 29,05%	- 280,47%



77

A anterior evolução dos Resultados Operacionais constituiu (e ainda constitui, não obstante a recuperação registada) justo motivo de apreensão e demonstra que, há muito tempo, era inevitável proceder à revisão do Sistema, o que acabou por ter sido feito tardiamente com os efeitos nefastos que sempre resultam do protelamento de decisões tendentes a assegurar a sustentabilidade do Sistema.

Com a adopção do novo Regulamento foi perspectivada uma inversão da tendência negativa apresentada para os diferentes indicadores do Sistema, o que notoriamente começa a ocorrer neste EXERCÍCIO DE 2017, designadamente com a inversão da tendência de decréscimo dos Resultados Operacionais negativos que vinham a agravar-se nos últimos anos.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

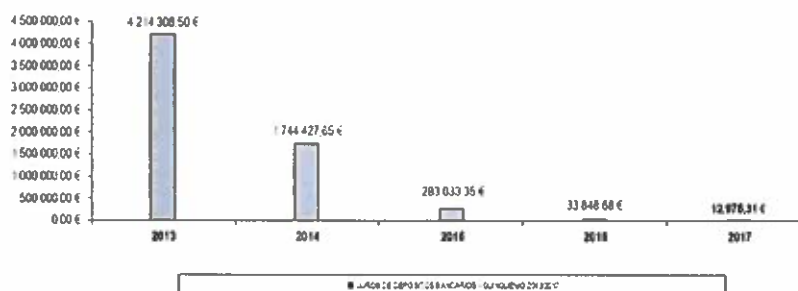
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

No EXERCÍCIO DE 2017 e no que concerne aos depósitos à ordem em contas remuneradas, o valor dos juros foi de 2.276,72 Euros. As aplicações financeiras em depósitos a prazo renderam 10.698,59 Euros, do que resulta que os juros de depósitos bancários totalizaram 12.975,31 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	4.214.308,50 €				
2014	1.744.427,85 €	- 2.469.880,85 €		- 58,61%	
2015	283.033,35 €	- 1.461.394,30 €		- 83,78%	
2016	33.848,68 €	- 249.184,67 €		- 88,04%	
2017	12.975,31 €	- 20.873,37 €	- 4.201.333,19 €	- 61,67%	- 99,69%



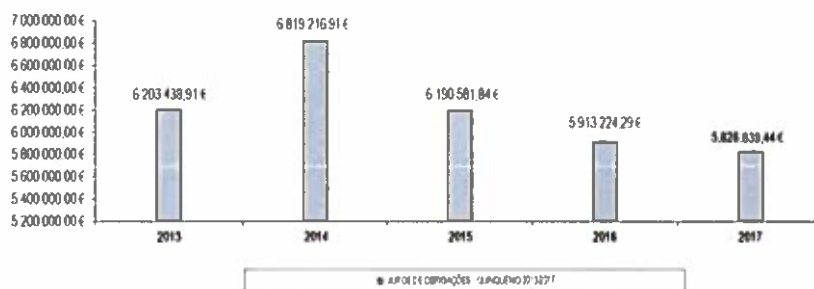
78

JUROS DE OBRIGAÇÕES

No EXERCÍCIO DE 2017 os juros gerados pelas aplicações financeiras em obrigações (cupão) totalizaram 5.826.839,44 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
JUROS DE OBRIGAÇÕES					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	6.203.438,91 €				
2014	6.819.216,91 €	+ 615.778,00 €		+ 9,93%	
2015	6.190.581,84 €	- 628.635,07 €		- 9,22%	
2016	5.913.224,29 €	- 277.357,55 €		- 4,48%	
2017	5.826.839,44 €	- 86.384,85 €	- 376.599,47 €	- 1,46%	- 6,07%

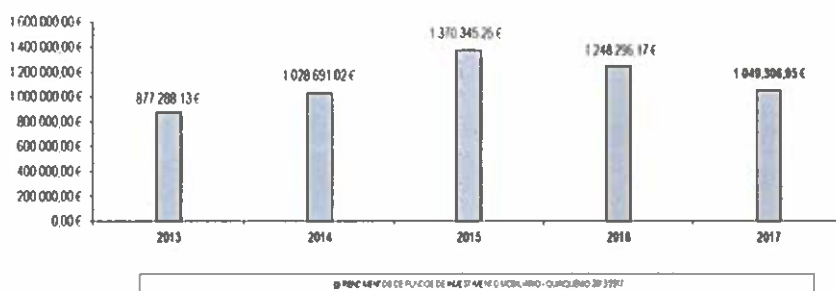
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

No EXERCÍCIO DE 2017 os Rendimentos de Aplicações Financeiras em fundos de investimento mobiliário totalizaram 1.049.306,95 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	877.288,13 €				
2014	1.028.691,02 €	+ 151.402,89 €		+ 17,26%	
2015	1.370.345,25 €	+ 341.654,23 €		+ 33,21%	
2016	1.248.296,17 €	- 122.049,08 €		- 8,91%	
2017	1.049.306,95 €	- 198.989,22 €	+ 172.018,82 €	- 15,94%	+ 19,61%

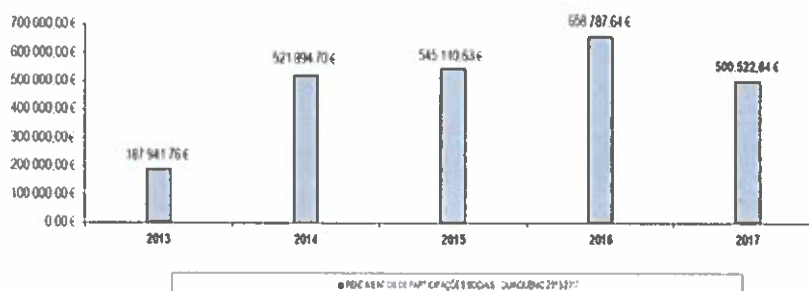


RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

No EXERCÍCIO DE 2017 os Rendimentos de Aplicações Financeiras em participações sociais (dividendos) totalizaram 500.522,64 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIAIS					
DIVIDENDOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	187.941,76 €				
2014	521.894,70 €	+ 333.952,94 €		+ 177,69%	
2015	545.110,63 €	+ 23.215,93 €		+ 4,45%	
2016	658.787,64 €	+ 113.677,01 €		+ 20,85%	
2017	500.522,64 €	- 158.265,00 €	+ 312.580,88 €	- 24,02%	+ 166,32%



80

TOTAL DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

No EXERCÍCIO DE 2017 os rendimentos de Aplicações Financeiras totalizaram 7.389.644,34 Euros, conforme se retira do mapa que adiante se expressa:

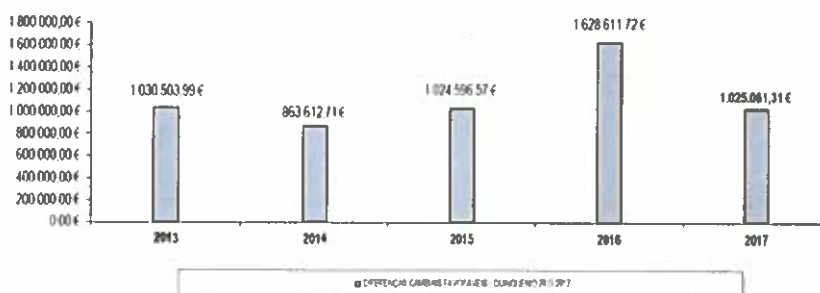
TOTAL DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Juros de depósitos bancários	4.214.308,50 € 36,700%	1.744.427,65 € 17,247%	288.842,50 € 3,189%	33.848,68 € 0,431%	12.975,31 € 0,176%
Juros de obrigações	6.203.438,91 € 54,023%	6.819.216,91 € 67,422%	6.190.581,84 € 69,743%	5.913.224,29 € 75,288%	5.826.839,44 € 78,851%
Rendimentos de fundos de investimento mobiliário	877.288,13 € 7,640%	1.028.691,02 € 10,171%	1.370.345,25 € 15,438%	1.248.296,17 € 15,893%	1.049.306,95 € 14,200%
Rendimentos de fundos de investimento imobiliário	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%	487.180,40 € 5,489%	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%
Rendimentos de participações sociais	187.941,76 € 1,637%	521.894,70 € 5,160%	545.110,63 € 6,141%	658.787,64 € 8,388%	500.522,64 € 6,773%
TOTAL	11.482.977,30 € 100,000%	10.114.230,28 € 100,000%	8.876.251,47 € 100,000%	7.854.156,78 € 100,000%	7.389.644,34 € 100,000%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIFERENÇAS CAMBIAIS FAVORÁVEIS

No EXERCÍCIO DE 2017 os Ganhos por Diferenças Cambiais totalizaram 1.025.061,31 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinzenal que adiante se expressa:

GANHOS POR DIFERENÇAS CAMBIAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	1.030.503,99 €				
2014	863.612,71 €	- 166.891,28 €		- 16,20%	
2015	1.024.596,57 €	+ 160.983,86 €		+ 18,64%	
2016	1.628.611,72 €	+ 604.015,15 €		+ 58,95%	
2017	1.025.061,31 €	- 603.550,41 €	- 5.442,68 €	- 37,06%	- 0,53%

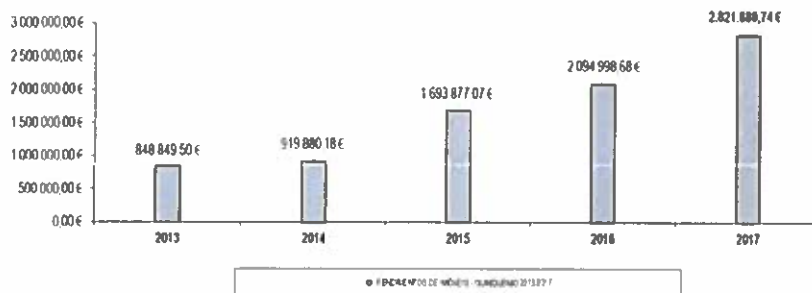


81

RENDIMENTOS DE IMÓVEIS

No EXERCÍCIO DE 2017 os rendimentos gerados pelos imóveis do parque imobiliário da CPAS totalizaram 2.821.680,74 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinzenal que adiante se expressa:

RENDIMENTOS DE IMÓVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	848.849,50 €				
2014	919.880,18 €	+ 71.030,68 €		+ 8,37%	
2015	1.693.877,07 €	+ 773.996,89 €		+ 84,14%	
2016	2.094.998,68 €	+ 401.121,61 €		+ 23,68%	
2017	2.821.680,74 €	+ 726.682,06 €	+ 1.972.831,24 €	+ 34,69%	+ 232,41%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

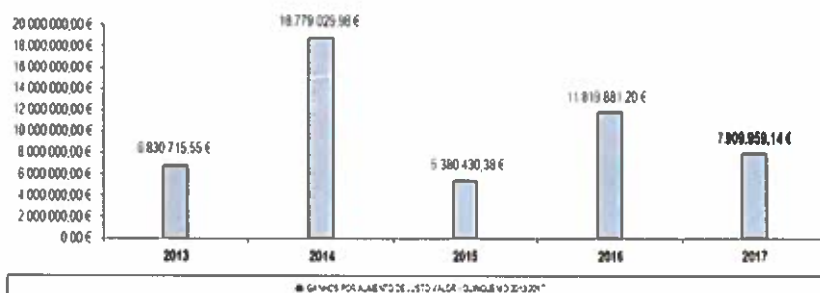
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR

A adopção do critério de valorimetria dos investimentos financeiros pelo seu justo valor, que a CPAS passou a adoptar desde o exercício de 2010, de acordo com os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, permite ilustrar, de forma apropriada, a situação líquida da Instituição, ao considerar-se o valor pelo qual o investimento financeiro detido poderia ser negociado no mercado de capitais, em 31 de Dezembro, entre partes conhecedoras e dispostas a tal, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

Os ganhos dos investimentos financeiros da CPAS, avaliados em 31 de Dezembro de 2017, pelo seu justo valor, totalizaram 7.909.959,14 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS					
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	6.830.715,55 €				
2014	18.779.029,98 €	+ 11.948.314,43 €		+ 174,92%	
2015	5.380.430,38 €	- 13.398.599,60 €		- 71,35%	
2016	11.819.881,20 €	+ 6.439.450,82 €		+ 119,68%	
2017	7.909.959,14 €	- 3.909.922,06 €	+ 1.079.243,59 €	- 33,08%	+ 15,80%

82

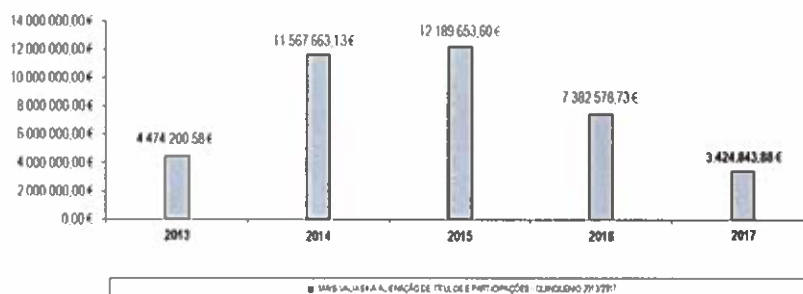


MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

No EXERCÍCIO DE 2017 os ganhos gerados pelas mais-valias na alienação de títulos e de unidades de participação em fundos, totalizaram 3.424.843,88 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

GANHOS GERADOS PELAS MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	4.474.200,58 €				
2014	11.567.663,13 €	+ 7.093.462,55 €		+ 158,54%	
2015	12.189.653,60 €	+ 621.990,47 €		+ 5,38%	
2016	7.382.578,73 €	- 4.807.074,87 €		- 39,44%	
2017	3.424.843,88 €	- 3.957.734,85 €	- 1.049.356,70 €	- 53,61%	- 23,45%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

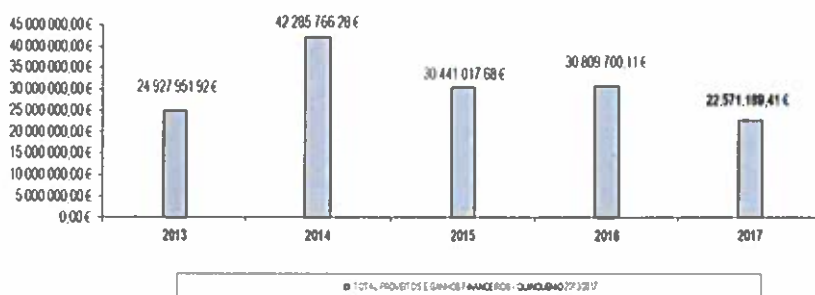
No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos Proveitos e Ganhos Financeiros foi, assim, de 22.571.189,41 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS					
ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimentos de aplicações financeiras	11.482.977,30 € 30,517%	10.114.230,28 € 23,919%	8.876.251,47 € 29,159%	7.854.156,78 € 25,492%	7.389.644,34 € 32,739%
Diferenças cambiais favoráveis	1.030.503,99 € 2,739%	863.612,71 € 2,042%	1.024.596,57 € 3,366%	1.628.611,72 € 5,286%	1.025.061,31 € 4,541%
Ajustes em operações com futuros	260.705,00 € 0,693%	41.350,00 € 0,098%	1.275.999,48 € 4,192%	0,00 € 0,000%	0,00 € 0,000%
Rendimentos de imóveis	848.849,50 € 2,256%	919.880,18 € 2,175%	1.693.877,07 € 5,564%	2.094.998,68 € 6,800%	2.821.680,74 € 12,501%
Ganhos por aumento de justo valor	6.830.715,55 € 18,153%	18.779.029,98 € 44,410%	5.380.430,38 € 17,675%	11.819.881,20 € 38,364%	7.909.959,14 € 35,044%
Mais-valias na alienação de títulos e de unidades de participação em fundos	4.474.200,58 € 11,890%	11.567.663,13 € 27,356%	12.189.653,60 € 40,044%	7.382.578,73 € 23,962%	3.424.843,88 € 15,174%
Outros proveitos e ganhos financeiros			209,11 € 0,001%	29.473,00 € 0,096%	0,00 € 0,000%
TOTAL	24.927.951,92 € 100,000%	42.285.766,28 € 100,000%	30.441.017,68 € 100,000%	30.809.700,11 € 100,000%	22.571.189,41 € 100,000%

83

VALOR TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	24.927.951,92 €				
2014	42.285.766,28 €	+ 17.357.814,36 €		+ 69,63%	
2015	30.441.017,68 €	- 11.844.748,60 €		- 28,01%	
2016	30.809.700,11 €	+ 368.682,43 €		+ 1,21%	
2017	22.571.189,41 €	- 8.238.510,70 €	- 2.356.762,51 €	- 26,74%	- 9,45%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

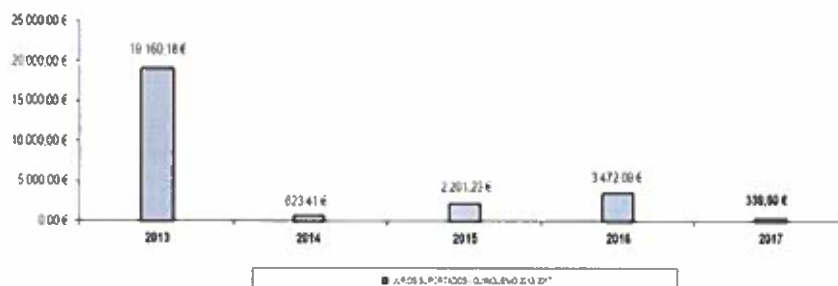


CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

JUROS SUPOSTADOS

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor dos juros suportados foi de 339,60 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
JUROS SUPOSTADOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	19.160,18 €				
2014	623,41 €	- 18.536,77 €		- 96,75%	
2015	2.201,23 €	+ 1.577,82 €		+ 253,10%	
2016	3.472,09 €	+ 1.270,86 €		+ 57,73%	
2017	339,60 €	- 3.132,49 €	- 18.820,58 €	- 90,22%	- 98,23%

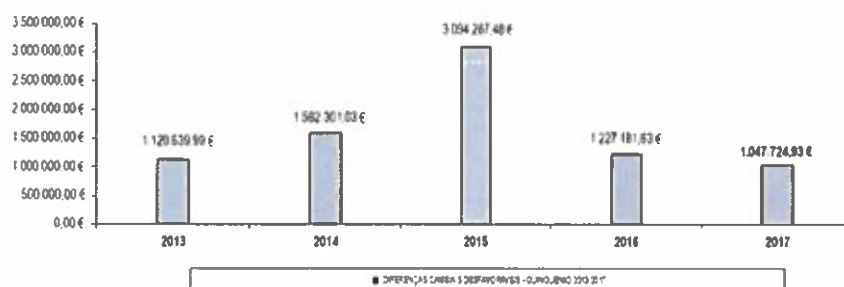


DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor das diferenças cambiais desfavoráveis foi de 1.047.724,93 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	1.120.639,99 €				
2014	1.582.301,03 €	+ 461.661,04 €		+ 41,20%	
2015	3.094.267,48 €	+ 1.511.966,45 €		+ 95,55%	
2016	1.227.181,63 €	- 1.867.085,85 €		- 60,34%	
2017	1.047.724,93 €	- 179.456,70 €	- 72.915,06 €	- 14,62%	- 6,51%

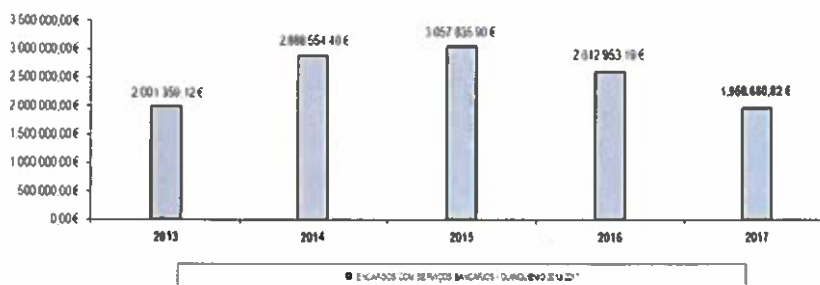


ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS

Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com comissões de gestão de carteiras, comissões de guarda de títulos, encargos com venda de activos financeiros, encargos com cobrança de contribuições, encargos com cobrança de juros, encargos com transferências bancárias (entre bancos, para pagamento de pensões e para pagamentos de benefícios), encargos com informações bancárias e encargos com requisição de cheques, que totalizaram, em 2017, 1.958.660,82 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	2.001.359,12 €				
2014	2.888.554,40 €	+ 887.195,28 €		+ 44,33%	
2015	3.057.635,90 €	+ 169.081,50 €		+ 5,85%	
2016	2.612.953,19 €	- 444.682,71 €		- 14,54%	
2017	1.958.660,82 €	- 654.292,37 €	- 42.698,30 €	- 25,04%	- 2,13%

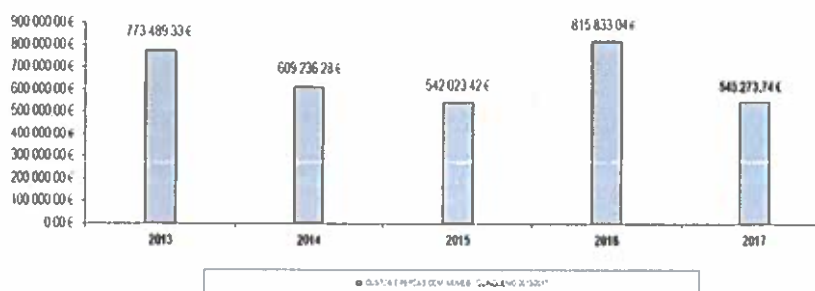
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS

Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com conservação e reparação, amortizações e reintegrações, fornecimento de serviços, água e electricidade, seguros, material de limpeza, trabalhos especializados, remunerações certas com porteiros e segurança social dos porteiros, que totalizaram, em 2017, 545.273,74 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	773.489,33 €				
2014	609.236,28 €	- 164.253,05 €		- 21,24%	
2015	542.023,42 €	- 67.212,86 €		- 11,03%	
2016	815.833,04 €	+ 273.809,62 €		+ 50,52%	
2017	545.273,74 €	- 270.559,30 €	- 228.215,59 €	- 33,16%	- 29,50%

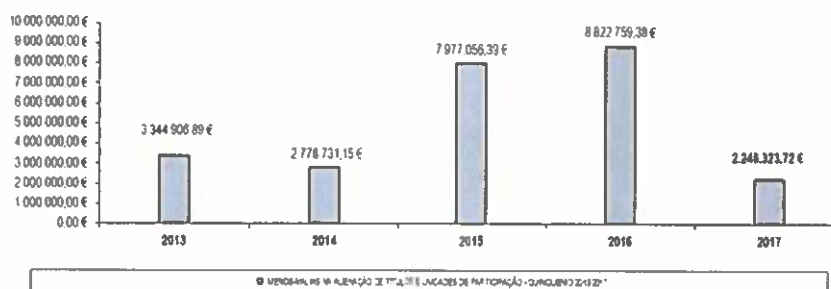


MENOS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor das Menos-Valias na alienação de títulos e unidades de participação foi de 2.246.323,72 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS EXTRAORDINÁRIAS					
MENOS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	3.344.906,89 €				
2014	2.778.731,15 €	- 566.175,74 €		- 16,93%	
2015	7.977.056,39 €	+ 5.198.325,24 €		+ 187,08%	
2016	8.822.759,38 €	+ 845.702,99 €		+ 10,60%	
2017	2.246.323,72 €	- 6.576.435,66 €	- 1.098.583,17 €	- 74,54%	- 32,84%



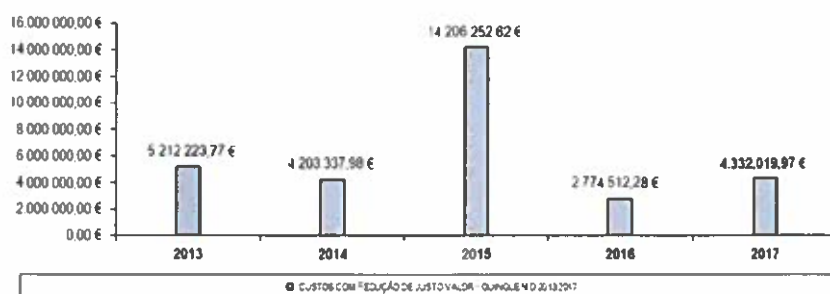
CUSTOS COM REDUÇÃO DE JUSTO VALOR

A adopção do critério de valorimetria dos investimentos financeiros pelo seu justo valor, que a CPAS passou a adoptar desde o exercício de 2010, de acordo com os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, permite ilustrar, de forma apropriada, a situação líquida da Instituição, ao considerar-se o valor pelo qual o investimento financeiro detido poderia ser negociado no mercado de capitais, em 31 de Dezembro, entre partes conhecedoras e dispostas a tal, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

A redução do valor dos activos financeiros da CPAS, avaliados em 31 de Dezembro de 2017, pelo seu justo valor, totalizou 4.332.019,97 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS EXTRAORDINÁRIAS					
CUSTOS COM REDUÇÃO DE JUSTO VALOR					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	5.212.223,77 €				
2014	4.203.337,98 €	- 1.008.885,79 €		- 19,36%	
2015	14.206.252,62 €	+ 10.002.914,64 €		+ 237,98%	
2016	2.774.512,28 €	- 11.431.740,34 €		- 80,47%	
2017	4.332.019,97 €	+ 1.557.507,69 €	- 880.203,80 €	+ 56,14%	- 16,89%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



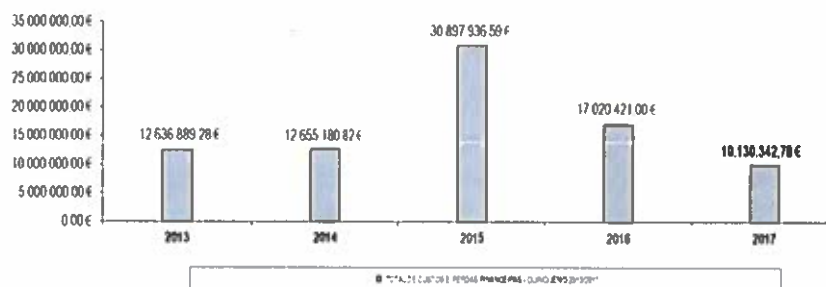
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos Custos e Perdas Financeiras foi, assim, de 10.130.342,78 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
ESPÉCIE	2013	2014	2015	2016	2017
Juros suportados	19.160,18 € 0,152%	623,41 € 0,005%	2.201,23 € 0,007%	3.472,09 € 0,020%	339,60 € 0,003%
Diferenças de Câmbio desfavoráveis	1.120.639,99 € 8,868%	1.582.301,03 € 12,503%	3.094.267,48 € 10,014%	1.227.181,63 € 7,210%	1.047.724,93 € 10,342%
Encargos com Serviços bancários	2.001.359,12 € 15,837%	2.888.554,40 € 22,825%	3.057.635,90 € 9,896%	2.612.953,19 € 15,352%	1.958.660,82 € 19,335%
Ajustes em operações com futuros	165.110,00 € 1,307%	592.396,57 € 4,681%	2.012.192,77 € 6,512%	746.659,39 € 4,387%	0,00 € 0,000%
Imóveis	773.489,33 € 6,121%	609.236,28 € 4,814%	542.023,42 € 1,754%	815.833,04 € 4,793%	545.273,74 € 5,383%
Menos-valias	3.344.906,89 € 26,469%	2.778.731,15 € 21,957%	7.977.056,39 € 25,817%	8.822.759,38 € 51,836%	2.246.323,72 € 22,174%
Redução de justo valor	5.212.223,77 € 41,246%	4.203.337,98 € 33,214%	14.206.252,62 € 45,978%	2.774.512,28 € 16,301%	4.332.019,97 € 42,763%
Outros custos e perdas financeiras			6.306,78 € 0,020%	17.050,00 € 0,100%	0,00 € 0,000%
TOTAL	12.636.889,28 € 100,000%	12.655.180,82 € 100,000%	30.897.936,59 € 100,000%	17.020.421,00 € 100,000%	10.130.342,78 € 100,000%

VALOR TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	12.636.889,28 €				
2014	12.655.180,82 €	+ 18.291,54 €		+ 0,14%	
2015	30.897.936,59 €	+ 18.242.755,77 €		+ 144,15%	
2016	17.020.421,00 €	- 13.877.515,59 €		- 44,91%	
2017	10.130.342,78 €	- 6.890.078,22 €	- 2.506.546,50 €	- 40,48%	- 19,84%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



RESULTADO FINANCEIRO

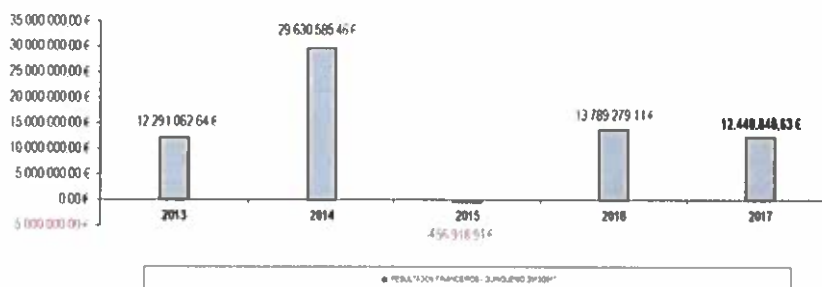
Nesta secção analisam-se os ganhos e as perdas em matéria de investimentos financeiros.

Com o apuramento do resultado financeiro, pretende-se medir e avaliar o impacto dos investimentos financeiros sobre os resultados da Instituição.

No EXERCÍCIO DE 2017 e no que concerne aos proveitos e ganhos, conforme atrás referido, os proveitos e ganhos financeiros totalizaram 22.571.189,41 Euros, ao passo que os custos e perdas financeiras ascenderam a 10.130.342,78 Euros.

Daqui resulta um Resultado Financeiro positivo de 12.440.846,63 Euros, sendo que os proveitos e ganhos dos investimentos financeiros da Instituição foram suficientes para cobrir os custos e perdas financeiras, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

RESULTADOS FINANCEIROS					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	12.291.062,64 €				
2014	29.630.585,46 €	+ 17.339.522,82 €		+ 141,07%	
2015	- 456.918,91 €	- 30.087.504,37 €		- 101,54%	
2016	13.789.279,11 €	+ 14.246.198,02 €		+ 3.117,88%	
2017	12.440.846,63 €	- 1.348.432,48 €	+ 149.783,99 €	- 9,78%	+ 1,22%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RESULTADO CORRENTE

Nesta secção analisam-se os ganhos ou as perdas resultantes da actividade corrente da Instituição.

Com o apuramento do resultado corrente, pretende-se medir e avaliar o equilíbrio da exploração corrente da Instituição.

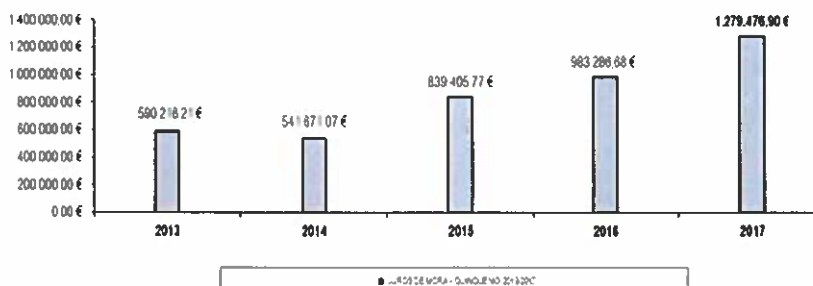
Como se referiu, o Resultado Operacional foi no EXERCÍCIO DE 2017 de (-) 22.736.821,60 Euros e o Resultado Financeiro de (+) 12.440.846,63 Euros, do que se apurou um Resultado Corrente de (-) 10.295.974,97 Euros.

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

JUROS DE MORA

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor dos Juros de Mora cobrados pela CPAS aos Beneficiários pelo pagamento das contribuições fora do prazo regulamentar, totalizou 1.279.476,90 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
JUROS DE MORA					
ANO	VALOR	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	590.216,21 €				
2014	541.671,07 €	- 48.545,14 €		- 8,22%	
2015	839.405,77 €	+ 297.734,70 €		+ 54,97%	
2016	983.286,68 €	+ 143.880,91 €		+ 17,14%	
2017	1.279.476,90 €	+ 296.190,22 €	+ 689.260,69 €	+ 30,12%	+ 116,78%



JUROS DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS E DE ACORDOS DE PAGAMENTO

Os juros de prestações pagas pelos Beneficiários durante o EXERCÍCIO DE 2017, no âmbito de planos de regularização de créditos por dívidas de contribuições à CPAS (Decreto-Lei n.º 167/2012, de 1 de Agosto) totalizaram 186.021,32 Euros.

Os juros de prestações pagas pelos Beneficiários durante o EXERCÍCIO DE 2017, no âmbito de acordos de pagamento prestacional de contribuições em dívida totalizou 1.205.112,61 Euros.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

MULTAS

O valor das multas provenientes das Penas Pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, que revertem para a CPAS, nos termos do artigo 84.º do RCPAS, foi de 75.665,91 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
MULTAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	124.200,69 €				
2014	75.130,89 €	- 49.069,80 €		- 39,51%	
2015	74.822,69 €	- 308,20 €		- 0,41%	
2016	113.985,27 €	+ 39.162,58 €		+ 52,34%	
2017	75.665,91 €	- 38.319,36 €	- 48.534,78 €	- 33,62%	- 39,08%



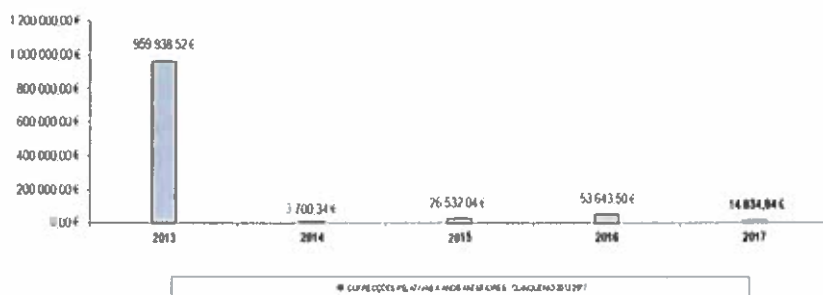
91

CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor das Correções relativas a exercícos anteriores foi de 14.834,94 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	959.938,52 €				
2014	3.700,34 €	- 956.238,18 €		- 99,61%	
2015	26.532,04 €	+ 22.831,70 €		+ 617,02%	
2016	53.643,50 €	+ 27.111,46 €		+ 102,18%	
2017	14.834,94 €	- 38.808,56 €	- 945.103,58 €	- 72,35%	- 98,45%

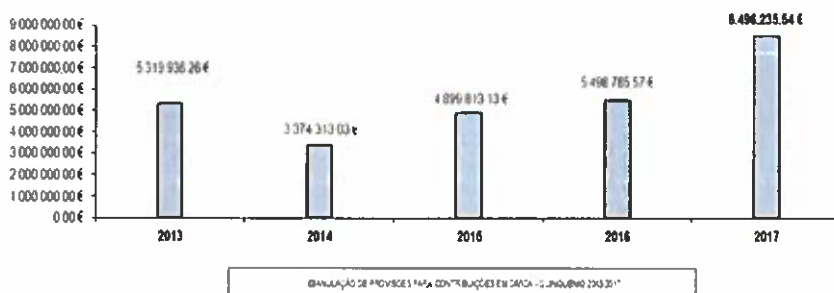
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



ANULAÇÃO DE PROVISÕES PARA CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

No EXERCÍCIO DE 2017 os Ganhos Extraordinários provenientes do pagamento de contribuições em dívida de anos anteriores, que haviam sido provisionadas com a consequente anulação dessas provisões, foi de 8.496.235,54 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
ANULAÇÃO DE PROVISÕES PARA CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	5.319.936,26 €				
2014	3.374.313,03 €	- 1.945.623,23 €		- 36,57%	
2015	4.899.813,13 €	+ 1.525.500,10 €		+ 45,21%	
2016	5.498.785,57 €	+ 598.972,44 €		+ 12,22%	
2017	8.496.235,54 €	+ 2.997.449,97 €	+ 3.176.299,28 €	+ 54,51%	+ 59,71%

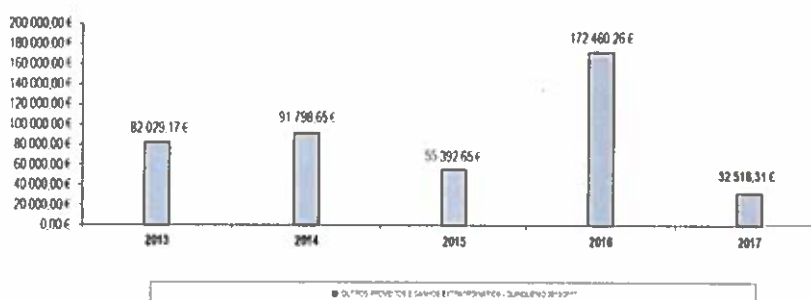


OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários foi de 32.516,31 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	82.029,17 €				
2014	91.798,65 €	+ 9.769,48 €		+ 11,91%	
2015	55.392,65 €	- 36.406,00 €		- 39,66%	
2016	172.460,26 €	+ 117.067,61 €		+ 211,34%	
2017	32.516,31 €	- 139.943,95 €	- 49.512,86 €	- 81,15%	- 60,36%



TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos Proveitos e Ganhos Extraordinários foi de 11.303.623,53 Euros, conforme se retira dos mapas que adiante se expressam:

93

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
ESPÉCIE	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Juros de mora	590.216,21 € 7,615%	541.671,07 € 12,165%	839.405,77 € 13,799%	983.286,68 € 12,910%	1.279.476,90 € 11,319%
Juros do plano de regularização de dívidas	572.519,11 € 7,387%	366.225,43 € 8,225%	187.110,10 € 3,076%	253.294,59 € 3,326%	186.021,32 € 1,646%
Juros de acordos prestacionais para regularização de dívidas				540.722,41 € 7,100%	1.205.112,61 € 10,661%
Multas	124.200,69 € 1,602%	75.130,89 € 1,687%	74.822,69 € 1,230%	113.985,27 € 1,497%	75.665,91 € 0,669%
Indemnização por revogação de contrato de arrendamento					13.760,00 € 0,122%
Correcções relativas a exercícios anteriores	959.938,52 € 12,385%	3.700,34 € 0,083%	26.532,04 € 0,436%	53.643,50 € 0,704%	14.834,94 € 0,131%
Anulação de provisões para contribuições em dívida	5.319.936,26 € 68,637%	3.374.313,03 € 75,779%	4.899.813,13 € 80,548%	5.498.785,57 € 72,199%	8.496.235,54 € 75,164%
Redução da provisão LOE 2012 Art. 20.º e 25.º	4.792,80 € 0,062%				
Redução da provisão para processos judiciais	97.206,46 € 1,254%				
Outros proveitos e ganhos extraordinários	82.029,17 € 1,058%	91.798,65 € 2,062%	55.392,65 € 0,911%	172.460,26 € 2,264%	32.516,31 € 0,288%
TOTAL	7.750.839,22 € 100,000%	4.452.839,41 € 100,000%	6.083.076,38 € 100,000%	7.616.178,28 € 100,000%	11.303.623,53 € 100,000%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	7.750.839,22 €				
2014	4.452.839,41 €	- 3.297.999,81 €		- 42,55%	
2015	6.083.076,38 €	+ 1.630.236,97 €		+ 36,61%	
2016	7.616.178,28 €	+ 1.533.101,90 €		+ 25,20%	
2017	11.303.623,53 €	+ 3.687.445,25 €	+ 3.552.784,31 €	+ 48,42%	+ 45,84%



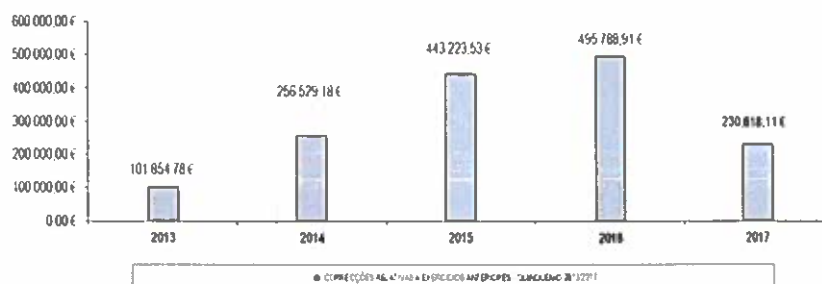
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

94

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor das Correções relativas a exercícios anteriores foi de 230.618,11 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS					
CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2013	101.854,78 €				
2014	256.529,18 €	+ 154.674,40 €		+ 151,86%	
2015	443.223,53 €	+ 186.694,35 €		+ 72,78%	
2016	495.788,91 €	+ 52.565,38 €		+ 11,86%	
2017	230.618,11 €	- 265.170,80 €	+ 128.763,33 €	- 53,48%	+ 126,42%

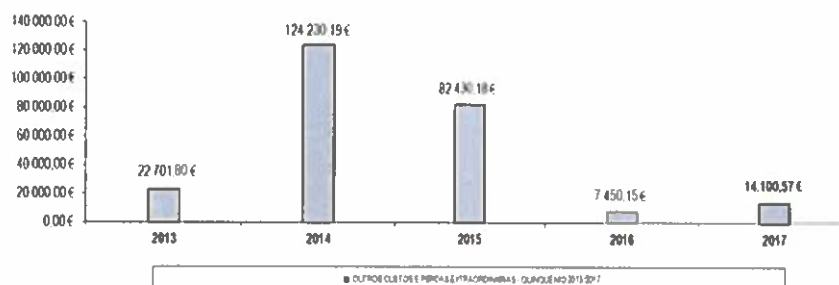


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO DE 2017 o valor de Outros Custos e Perdas Extraordinárias foi de 14.100,57 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa:

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS					
OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2013	22.701,80 €				
2014	124.230,19 €	+ 101.528,39 €		+ 447,23%	
2015	82.430,18 €	- 41.800,01 €		- 33,65%	
2016	7.450,15 €	- 74.980,03 €		- 90,96%	
2017	14.100,57 €	+ 6.650,42 €	- 8.601,23 €	+ 89,27%	- 37,89%



95

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

No EXERCÍCIO DE 2017 o total dos Custos e Perdas Extraordinárias foi de 244.718,68 Euros, conforme se retira do mapa que adiante se expressa:

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS					
RUBRICA	VALOR E PESO RELATIVO				
	2013	2014	2015	2016	2017
Correcções relativas a exercícios anteriores	101.854,78 € 81,774%	256.529,18 € 67,373%	443.223,53 € 84,319%	495.788,91 € 98,520%	230.618,11 € 94,238%
Outros custos e perdas extraordinárias	22.701,80 € 18,226%	124.230,19 € 32,627%	82.430,18 € 15,681%	7.450,15 € 1,480%	14.100,57 € 5,762%
TOTAL	124.556,58 € 100,000%	380.759,37 € 100,000%	525.653,71 € 100,000%	503.239,06 € 100,000%	244.718,68 € 100,000%

RESULTADO EXTRAORDINÁRIO

Nesta secção analisam-se os ganhos ou as perdas alheias à exploração corrente da CPAS.

No EXERCÍCIO DE 2017 os Proveitos e Ganhos Extraordinários totalizaram 11.303.623,53 Euros, tendo sido os Custos e Perdas Extraordinárias de 244.718,68 Euros, do que decorre o Resultado Extraordinário de 11.058.904,85 Euros, conforme se retira do mapa relativo à evolução quinquenal que adiante se expressa: